



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES, NA ESPECIALIDADE DE SEGURANÇA (GNR)

CURSO DE CAVALARIA/GNR 2009/2010

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**A COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE A
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E O PODER LOCAL
NA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE**

Aluno: Aspirante GNR/CAV Óscar Daniel Morgado Capelo

Orientador: Capitão GNR/CAV Feliciano José Pinto Amaral

Lisboa, Agosto de 2010



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES, NA ESPECIALIDADE DE SEGURANÇA (GNR)

CURSO DE CAVALARIA/GNR 2009/2010

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**A COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE A
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E O PODER LOCAL
NA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE**

Aluno: Aspirante GNR/CAV Óscar Daniel Morgado Capelo

Orientador: Capitão GNR/CAV Feliciano José Pinto Amaral

Lisboa, Agosto de 2010

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmãos e à Catarina Brás.

AGRADECIMENTOS

Foi pela disponibilidade e colaboração de várias pessoas que se tornou possível a realização do presente trabalho pelo que aqui ficam os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que, com empenho, prontamente atenderam às minhas solicitações dando, assim, o seu, imprescindível, contributo à concretização do mesmo.

Desta forma agradeço:

- Ao Capitão Feliciano Amaral, na qualidade de orientador, pela dedicação, paciência, disponibilidade e empenho que sempre demonstrou o que contribuiu, sobretudo, para solucionar a maioria das dificuldades e dúvidas que iam surgindo ao longo da elaboração do trabalho de que me ocupei;
- Ao Capitão David Martins, Comandante do Destacamento Territorial da Covilhã e ao Capitão Pedro Gonçalves, Comandante do Destacamento Territorial de Pinhel pela ajuda fundamental que me prestaram na elaboração do Questionário – Piloto;
- Aos comandantes dos nove Destacamentos Territoriais estudados, Capitão Paulo Gomes; Capitão Ricardo Bessa; Tenente Mafalda Martins; Tenente Fernando Alves, Tenente Pedro Ramos; Capitão Jorge Costa; Capitão Pedro Gonçalves; Capitão João Marques; Tenente Tiago Pombo, pela sua disponibilidade e prontidão com que responderam aos questionários;
- Ao Vereador da Câmara Municipal de Mafra, Hélder Sousa Silva; Ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Fernando Seara; Ao Presidente da Câmara Municipal de Pinhel, António Ruas; Ao Chefe de Gabinete da presidência da Câmara Municipal da Guarda, João Carvalho, pela disponibilidade demonstrada e pela cordialidade com que fui recebido por todos eles, no âmbito das entrevistas levadas a cabo junto dos mesmos;
- À Escola da Guarda, pela disponibilidade dos seus serviços, nomeadamente no que respeita à impressão do presente trabalho;
- Àqueles que, directa ou indirectamente, me ajudaram na realização do presente trabalho. A todos o meu sincero obrigado!

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS	II
ÍNDICE GERAL	III
ÍNDICE DE FIGURAS	VI
ÍNDICE DE GRÁFICOS	VII
ÍNDICE DE TABELAS	VIII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	IX
RESUMO	X
ABSTRACT	XI
EPIGRAFE	XII

INTRODUÇÃO	1
-------------------------	----------

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1 - Conceitos, Noções e Enquadramento de Poder Local.....	5
Introdução	5
1.1. Poder Local e Administração Local Autárquica	5
1.1.1. Autarquias Locais	6
1.2. Divisões administrativas básicas	6
1.2.1. O Município	7
1.2.1.1. Os órgãos do Município	7
1.2.1.2. Atribuições e competências de polícia administrativa dos Municípios	8
Capítulo 2 - Enquadramento da Guarda Nacional Republicana	10
2.1. A Guarda Nacional Republicana e a sua implementação no país	10
2.2. Parcerias comunitárias	11
Capítulo 3 - Enquadramento da cooperação entre Autarquias e GNR	13
Introdução	13
3.1. Dever de colaboração	13
3.2. As Autarquias e das Forças de Segurança na prevenção da criminalidade	14
3.3. Conselhos e Comissões Municipais	15
3.4. Contratos Locais de Segurança	17

PARTE II - TRABALHO PRÁTICO

Capítulo 4 - Delimitação do estudo	19
Capítulo 5 - Métodos e técnicas de recolha de dados.....	21
Introdução	21
5.1. Questionários	21
5.2. Entrevistas.....	23
Capítulo 6 - Tratamento de dados	25
Capítulo 7 - Apresentação e análise de resultados	26
7.1. Análise dos questionários	26
7.1.1. Contributo da GNR na cooperação	26
7.1.2. Contributo da Autarquia na cooperação.....	27
7.1.3. Formalidade e Informalidade da cooperação.....	30
7.1.4. Celeridade, eficiência, satisfação e dificuldades ou limitações	30
7.1.4.1. Por Destacamento Territorial	30
7.1.4.2. Por grupo de Destacamentos Territoriais.....	31
7.1.4.3. Dificuldades ou limitações por Destacamento Territorial.....	31
7.1.4.4. Dificuldades ou limitações por grupo de Destacamentos Territoriais	32
7.1.5. Comunicação entre GNR e Autarquias.....	32
7.1.5.1 Por Destacamento Territorial	32
7.1.5.2 Por grupo de Destacamentos Territoriais.....	33
7.1.6. Desafios futuros	33
7.2. Análise das entrevistas	34
7.2.1. Análise da Questão 1.....	34
7.2.2. Análise da Questão 2.....	34
7.2.3. Análise da Questão 3.....	35
7.2.4. Análise da Questão 4.....	35
7.2.5. Análise da Questão 5.....	35
7.2.6. Análise da Questão 6.....	35
Capítulo 8 - Discussão dos resultados.....	37
Introdução	37
8.1. Discussão de resultados à luz das hipóteses formuladas	37
Capítulo 9 - Conclusão	43
Introdução	43
9.1. Verificação das hipóteses	43
9.2. Reflexões finais.....	44

9.3. Recomendações	45
9.4. Limitações	45
9.5. Investigações futuras	46
BIBLIOGRAFIA.....	47

APÊNDICES

Apêndice A - Objectivo geral e objectivos específicos.....	51
Apêndice B - Delimitação do objecto de estudo	52
Apêndice C - Metodologia da investigação	53
Apêndice D - Estrutura do trabalho	54
Apêndice E - Organização da Administração do Estado.....	55
Apêndice F - O poder administrativo das Autarquias Locais e das Forças de Segurança	56
Apêndice G - Divisões administrativas básicas da Administração Local	58
Apêndice H - Municípios associados aos Destacamentos da GNR e dados demográficos	59
Apêndice I - Questionário.....	60
Apêndice J - Entrevista - Carta de apresentação e guião	66
Apêndice L - Métodos de amostragem	70
Apêndice M - Cálculo do coeficiente do Alpha de Cronbach	71
Apêndice N - Formalidade e informalidade da cooperação por Comando Territorial	72
Apêndice O - Agilização da cooperação	73
Apêndice P - Comunicação entre GNR e Autarquias	75
Apêndice Q - Resposta às duas questões abertas do questionário	76
Apêndice R - Entrevista aos representantes dos Municípios	77
Apêndice R.1 - Entrevista ao representante Câmara Municipal de Mafra	77
Apêndice R.2 - Entrevista ao representante da Câmara Municipal de Sintra	81
Apêndice R.3 - Entrevista ao representante da Câmara Municipal da Guarda.....	84
Apêndice R.4 - Entrevista ao representante da Câmara Municipal de Pinhel	86
Apêndice S - Expressões essenciais das entrevistas	88

ANEXOS

Anexo T - Freguesias e Municípios em Portugal.....	90
Anexo U - Importância dos Municípios	91
Anexo V - Atribuições dos Municípios	92
Anexo X - Organograma da GNR.....	96
Anexo Z - Protocolo entre MAI, Município e GNR	97

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 5.1:	População – Comandantes de DTer – alvo da aplicação dos questionários.....	22
Figura A.1:	Objectivo geral e objectivos específicos.....	51
Figura B.1:	Delimitação do objecto de estudo na parte prática do trabalho.....	52
Figura C.1:	Metodologia da investigação.....	53
Figura D.1:	Estrutura do trabalho.....	54
Figura E.1:	Organização da Administração do Estado.....	55
Figura G.1:	Divisões administrativas básicas da Administração Local	58
Figura L.1:	Métodos de amostragem e amostra final.....	70
Figura T.1:	Mapa delimitador dos Distritos e Municípios de Portugal.....	90
Figura X.1:	Organograma da GNR.....	96

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 7.1:	Número, variedade e frequência de acções, contributo da GNR na cooperação.....	26
Gráfico 7.2:	Número, variedade e frequência de acções, contributo da Autarquia na cooperação	28
Gráfico N.1:	Formalidade e Informalidade da cooperação por Comando Territorial.....	72
Gráfico O.1:	Celeridade, eficiência, satisfação e dificuldades ou limitações, por Destacamento Territorial	73
Gráfico O.2:	Celeridade, eficiência, satisfação e dificuldades ou limitações, entre Comandos Territoriais.	73
Gráfico O.3:	Cariz das dificuldades ou limitações na cooperação.....	74
Gráfico O.4:	Cariz das dificuldades ou limitações na cooperação, por Comando Territorial.....	74
Gráfico P.1:	Comunicação entre GNR e Autarquias.....	75
Gráfico P.2:	Comunicação entre GNR e Autarquias, por Comando Territorial.....	75

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 6.1:	Consistência interna dos questionários.....	25
Tabela 8.1:	Correspondência entre hipóteses e os instrumentos de recolha de dados.....	37
Tabela H.1:	Dados referentes aos Municípios adstritos ao Comando Territorial da Guarda.....	59
Tabela H.2:	Dados referentes aos Municípios adstritos ao Comando Territorial de Lisboa	59
Tabela I.1:	Relação entre variáveis e as respostas do questionário.....	60
Tabela J.1:	Relação entre bloco de variáveis, objectivos específicos e perguntas da entrevista.....	68
Tabela M.1:	Dados obtidos nos questionários e cálculo da variância.....	71
Tabela Q.1:	Desafios futuros indicados nos questionários.....	76
Tabela S.1:	Respostas à questão 1 da entrevista.....	88
Tabela S.2:	Respostas à questão 2 da entrevista.....	88
Tabela S.3:	Respostas à questão 3 da entrevista.....	88
Tabela S.4:	Respostas à questão 4 da entrevista.....	89
Tabela S.5:	Respostas à questão 5 da entrevista.....	89
Tabela S.6:	Respostas à questão 6 da entrevista.....	89
Tabela T.1:	Quantitativos de Freguesias e Municípios em Portugal.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	<i>American Psychological Association</i>
Art.º	Artigo
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
CLAS	Conselhos Locais de Acção Social
CLS	Contrato Local de Segurança
CPCJ	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
CRP	Constituição da Republica Portuguesa
CTer	Comando Territorial
DGIE	Direcção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos do Ministério da Administração Interna
DTer	Destacamento Territorial
EPNA	Equipa de Protecção da Natureza e do Ambiente
GCG	General Comandante-geral
GNR	Guarda Nacional Republicana
LSI	Lei de Segurança Interna
MAI	Ministério da Administração Interna
NIPC	Número de Identificação de Pessoa Colectiva
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEPNA	Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente
SPSS	<i>Statistical Package for Social Sciences</i>
SSGNR	Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana

RESUMO

Inserido no tema “Cooperação institucional entre a Guarda Nacional Republicana e o Poder Local na prevenção da criminalidade” surge a questão chave – Como se materializa a cooperação existente entre a Guarda Nacional Republicana e as Autarquias?

A GNR, na última década tem sido exemplo de uma instituição que desenvolve parcerias institucionais em que toma lugar a partilha de responsabilidades em projectos de segurança, tanto com Autarquias Locais, Tribunais, Ministério Público como com tantas outras entidades. É, assim, com base nesta realidade que o presente trabalho assume o seu objecto de estudo – a cooperação entre a GNR e as Autarquias Locais, e como objectivo principal – perceber a amplitude da cooperação entre o Poder Local e GNR, essencialmente, no que respeita aos contributos e acções desenvolvidas de parte a parte.

O presente trabalho encontra-se bipartido e por isso faseado. Na primeira parte realizou-se uma ampla pesquisa documental com intuito de enquadrar teoricamente o tema. Na segunda parte, de teor prático, é apresentada e seguida uma metodologia científica, tendo em vista obter resposta à problemática em causa e verificar as hipóteses formuladas no âmbito da mesma. Foram aplicados questionários e entrevistas, respectivamente, a comandantes de Destacamento Territorial e a autarcas destacando-se entre estes últimos, o Sr. Presidente Fernando Seara. Ainda em relação a esta segunda parte saliente-se que o objecto de estudo foi delimitado ao escalão de Destacamento Territorial e ao nível do Município e ainda, circunscrito a dois Comandos Territoriais – Lisboa e Guarda.

Por fim, discutiram-se os resultados à luz das hipóteses inicialmente formuladas, onde se destaca uma cooperação ligeiramente mais ágil no Distrito de Lisboa em relação ao da Guarda e a ausência de Contratos Locais de Segurança no universo de estudo; teceram-se algumas reflexões e recomendações, como incidir maior formação nos comandantes de Destacamento em relações públicas e deixaram-se algumas sugestões visando futuras investigações no âmbito da questão abordada pelo presente trabalho.

De tudo o que resultou desta obra conclui-se que a cooperação existe, é diferenciada, é multifacetada, é levada a cabo através de formalismos legais e de relações informais, consoante as circunscrições administrativas e as pessoas que estejam à frente da mesma; é aceitável, porém existem vicissitudes vislumbrando-se, assim, vários desafios futuros.

Palavras-chave: GNR, Autarquias Locais, Destacamentos Territoriais, Cooperação Institucional.

ABSTRACT

Inserted at the theme “Institutional Cooperation between the Republican National Guard and the local authorities on criminality prevention” comes the central/major question - How do we completed the cooperation between the Republican National Guard and the local authorities on that prevention?

In the last decade, the Republican National Guard has been an example of an institution that develop the institutional partnerships, in which there is room for share of responsibilities in safety projects, with the local authorities, courts, State Counsel’s Office/Public Prosecutor and as well as with other entities. It is based in this reality that the present paper work assumes his study subject – the cooperation between the Republican National Guard and local authorities, with special in focus and main objective in understanding the extent of that cooperation regarding the contribution and actions taken by each party in order to pursue that objective.

The present paper work is divided in two parts. In the first half it has been developed a large documental research with the purpose of establish a theoretical framework. In the second half, more practical, is presented and followed a scientific methodology, in order to obtain the answer to the issue in discussion and verify the assumptions made under it. Among actions carried out, stand out the questionnaires and interviews to Territorial Seconding commander and to local authorities, such as the Sintra Municipality President, Mr. Fernando Seara. Still regarding the second half of the present paper work, should be noted that the study subject was limited to the Territorial Seconding at municipal level and confined to two districts – Lisboa e Guarda.

Finally, the results were discussed regarding the hypotheses initially formulated. It was concluded by a slightly more agile cooperation in the Lisbon district compared with Guarda district and the absence of Safety Local Contracts in the universe of study. Some reflexions and recommendations were made, such as provide more training to seconding masters in issues like public relations. It was also left some suggestions for further investigations on the same subject.

Of the present study it was concluded that the cooperation exists, is differentiated, multifaceted, being pursued through legal formalities as well as informal relationships, depending on administrative districts and those who lead these administrative districts. The level of cooperation is acceptable but there are some difficulties, so it will be to wait several future challenges.

Key words: Republican National Guard, Local Authorities, Territorial Seconding, Institutional Cooperation.

EPÍGRAFE

“A segurança não será, jamais, uma responsabilidade exclusiva das polícias.”

General José Manuel da Silva Viegas

INTRODUÇÃO

O relatório aqui iniciado insere-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau Mestre em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança – Curso de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana, subordinado ao tema “A Cooperação Institucional entre a Guarda Nacional Republicana e o Poder Local na Prevenção da Criminalidade”.

O presente capítulo apresenta o assunto de forma contextualizada, encaminhando-o para a temática do trabalho, inclui os objectivos da investigação a formulação do problema e das hipóteses, a delimitações do objecto de estudo, a relevância e justificativa do tema, a metodologia empregue e uma síntese da estrutura do presente trabalho.

A prossecução do interesse público encontra-se, por excelência, inerente à missão das Forças de Segurança. Porém, este interesse só poderá ser bem concretizado se forem criadas relações de cooperação entre aquelas e outras entidades do mesmo meio envolvente.

A GNR, como polícia actual e adepta do policiamento comunitário ou de proximidade, tem sido, na última década, o exemplo de uma instituição que desenvolve parcerias institucionais de partilha de responsabilidades, tanto com Autarquias Locais, como com Tribunais, Ministério Público e tantas outras entidades que têm sido convidadas a associarem-se em projectos de segurança. É neste campo de acções, que surgem as parcerias estabelecidas entre a GNR e as Autarquias Locais.

Objectivos¹

A fim de concretizarmos a presente temática concebemos o objectivo geral e vários objectivos específicos que a seguir estão expressos.

Objectivo geral

O objectivo geral é perceber a amplitude da cooperação entre o Poder Local e a GNR essencialmente no que respeita aos contributos e acções desenvolvidas de parte a parte.

¹ Ver apêndice A.

Objectivos específicos

- Conhecer parcerias, comissões e contratos existentes que efectivam a cooperação;
- Conhecer detalhadamente, de parte a parte, as acções desenvolvidas respeitantes à cooperação de ambas as instituições;
- Obter informações sobre a vivência e sustentabilidade da cooperação;
- Conhecer a razão das possíveis dificuldades ou limitações;
- Conhecer se a cooperação é formal e/ou informal;
- Conhecer os meios de comunicação mais usados na lida da cooperação.
- Conhecer eventuais desafios futuros no clima da cooperação;

Problema e hipóteses

A fim de concretizarmos estes objectivos criámos o seguinte problema e formulámos as hipóteses que se seguem.

Problema:

- Como se materializa a cooperação existente entre a GNR e as Autarquias?

Hipóteses:

Hipótese Base: A GNR e as Autarquias cooperam através de mecanismos legais e não só, em várias matérias acrescentando um valor perceptível na prevenção da criminalidade;

Hipótese 1: A cooperação entre ambas as entidades é maioritariamente formal;

Hipótese 2: A cooperação entre ambas as entidades administrativas desenvolve-se com menor eficiência, celeridade, satisfação e com mais limitações ou dificuldades no Distrito de Lisboa em relação ao da Guarda;

Hipótese 3: A comunicação entre Autarquia e Destacamentos da GNR é iminentemente por correio e fax, atendendo aos formalismos legais;

Hipótese 4: O estado actual da cooperação é considerado aceitável, não se vislumbrando necessidades de modificações.

Objecto de estudo² e sua delimitação

Sendo o objecto de estudo a cooperação institucional entre dois actores do cenário nacional, importa delimitar o objecto a nível temporal e territorial. O presente estudo pretende analisar a relação, actual, entre as instituições mencionadas, ao escalão de Destacamento Territorial (DTER) e a nível de Município deixando-se, assim, de fora por um lado, as relações que se referem aos Comandos e Postos Territoriais e por outro, as

² Ver apêndice B.

Freguesias. Assim, quando durante o trabalho de campo nos referimos ao termo “Autarquia”, subentenda-se o escalão de “Município”.

Destacamos que o estudo não sendo a nível de Comando Territorial, quando nos referimos ao “conjunto de destacamentos” de um Comando Territorial, estamos-nos a referir somente a este mesmo agrupado de destacamentos e não ao Comando Territorial.

O objecto de estudo, aquando da parte teórica será circunscrito a dois Comandos Territoriais – Lisboa e Guarda.

Dentro destes Comandos territoriais serão analisadas e comparadas as relações de cooperação de cada um dos 9 destacamentos pertencentes àqueles, com os respectivos municípios, especificamente, 26 municípios.

Relevância e justificação do tema

O presente tema além de ser inovador uma vez que não há investigações similares é uma temática constante dos dias que correm. Exemplos ilustrativos são os mediáticos Contratos Locais de Segurança, que se resumem a uma parceria entre o Ministério da Administração Interna e as Autarquias Locais. Estes tiveram o seu início em 2008, no ano seguinte foi um ano em que aumentou o número dos mesmos e 2010 está a ser um desafio pela crescente preocupação dos autarcas, face à insegurança nos seus Municípios, sendo estes, também, entidades responsáveis na produção de segurança, essencialmente através da prevenção.

Será, ainda, estimulante saber como se materializa a aludida cooperação, bem como os seus resultados, o quanto a mesma é importante e até onde poderá ir essa relação.

Pelas razões enunciadas foi o presente tema escolhido, prevendo-se de todo oportuno, na medida em que proporciona, não só aos agentes das Forças de Segurança, como também à organização e à comunidade o conhecimento das relações inter-institucionais da GNR com as organizações do meio que envolve esta Força de Segurança.

Metodologia³

Partimos do método hipotético-dedutivo, o que nos obrigou à construção de hipóteses que foram submetidas a testes de confirmação da sua veracidade, os quais se basearam na aplicação de técnicas e instrumentos de investigação. Estas foram: pesquisa documental e bibliográfica no enquadramento teórico do trabalho e questionários e entrevistas a um conjunto de oficiais e autarcas no plano prático.

As orientações para redacção de trabalhos da Academia Militar foram o principal guião na estruturação deste relatório.

³ Ver apêndice C.

No que respeita às referências e citações usadas, estas estão de acordo com a normativa APA (American Psychological Association).

Estrutura do trabalho⁴

Este trabalho encontra-se bipartido e por isso faseado. De forma a enquadrar e, sobretudo, obter uma noção clara do objecto da análise empírica que constitui o cerne da presente dissertação – A Cooperação entre as Autarquias Locais e a GNR – introduzimos, na primeira parte, com base numa análise documental e legislativa, os conceitos e diferentes realidades integrantes e basilares que ao mesmo se encontram subjacentes e sua harmonização. Assim, surgem os três primeiros capítulos, o primeiro referente ao poder local, o segundo à GNR e o terceiro à cooperação entre ambas as entidades aqui mencionadas.

É apresentada e seguida, numa segunda fase e numa perspectiva prática, entre o capítulo quatro e sete, uma metodologia de investigação. Nesta fase, delimitaremos o nosso objecto de estudo, seguidamente, indicaremos os métodos e técnicas usados na recolha de dados bem como a forma como se procedeu ao tratamento e análise da informação obtida.

Por fim são discutidos os resultados e retiradas algumas conclusões que dão resposta à problemática que nos propusemos analisar. Observada a verificação das hipóteses construídas fazemos recomendações, efectuamos um balanço dos resultados obtidos e propomos, ainda, algumas sugestões para futuras pesquisas.

⁴ Ver apêndice D.

PARTE I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1

Conceitos, Noções e Enquadramento de Poder Local

Introdução

Num dos extremos do objecto que nos propomos analisar encontra-se o Poder Local que toma expressão através de toda a dinâmica definida e levada a cabo pelas Autarquias Locais, pelo que importa definir o que são estes conceitos, enquadrá-los e conciliá-los entre eles e com outras realidades.

1.1. Poder Local e Administração Local Autárquica

Poder Local e Administração Local Autárquica são duas concepções com significados semelhantes aplicáveis à mesma realidade, divergindo, somente, o seu emprego no contexto doutrinário.

O termo de Administração Local Autárquica é usado num âmbito puramente administrativo como se infere da Lei Constitucional, no seu Título VIII e como o afirma a filosofia de Freitas do Amaral (2003a). Por sua vez o conceito de Poder *“transcende a realidade jurídico-administrativa para entrar no campo da ciência política”* (Zbyszewski, 2006, p. 21).

Assim, o professor Freitas do Amaral (2003^a, p.417) define Administração Local Autárquica, em sentido orgânico como um “conjunto das Autarquias Locais” e, em sentido material, como “a actividade administrativa desenvolvida pelas Autarquias Locais”. Da mesma maneira, o Ex. Director-Geral de Administração Autárquica João Zbyszewski através das palavras do ex. deputado Luís Sá, **define Poder Local** como o *“conjunto das Autarquias Locais” acrescentando, ainda “..., das atribuições e competências de que dispõem e do modo como são exercidas num sistema político e administrativo concreto”* (Zbyszewski, 2006, p. 21).

1.1.1. Autarquias Locais

"As Autarquias Locais são um dos principais fundamentos de todo o regime democrático", assim, está enunciado no preâmbulo da Carta Europeia de Autonomia Local, aprovada em 1985 pelo Conselho da Europa.

É, no entanto, através da Lei Constitucional, no seu art.º 235º nº 2, que chegamos a uma enunciação simples e clara do que são as Autarquias Locais, sendo naquele definidas como *"pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas."*

Esta figura de Poder Local, é autónoma administrativamente (art.º 242º CRP), financeiramente e patrimonialmente (art.º 238º CRP) e no domínio da Administração Pública, integra a Administração Autónoma⁵. Assim sendo, e segundo a Lei da Tutela Administrativa - Lei n.º 27/96, de 01 de Agosto - as Autarquias Locais não fazem parte do Estado, mas estão sujeitas à sua fiscalização e controlo sendo, inclusivamente, subsidiadas por este, tudo na base do respeito pelo Estado unitário cuja consagração vê expressão no art.º 6º da CRP.

Portanto, as Autarquias Locais são entidades públicas administrativas não estaduais, e constituem-se como pertencentes à administração pública⁵. E sendo a administração pública independente de outros poderes, nomeadamente o judicial *"é, efectivamente, uma autoridade, um poder público – é o poder administrativo"* (Amaral, 2003b, p. 19)

1.2. Divisões administrativas básicas⁷

Podemos dizer que no território nacional se definem dois tipos de divisões administrativas, uma que se reconduz à chamada Administração Local do Estado – Administração Periférica Interna do Estado, e outra que se reconduz à Administração Local Autárquica coincidindo esta com a forma como se encontra constituído o Poder Local.

No que diz respeito à Administração Local do Estado, e no âmbito desta, o território divide-se em **Distritos e Concelhos** salientando-se, contudo, como divisão básica, a divisão em Distritos, uma mera circunscrição administrativa⁸. Os Distritos são, por sua vez, compostos pelos serviços e órgãos locais do Estado inseridos em determinado território. Pelo que, no âmbito da Administração Local, o Estado actua, assim, através da instalação dos seus serviços nos diferentes Distritos, aos quais é adstrita uma chefia que, suportando poderes orgânicos - por isso e para isso - toma decisões em nome daquele. Exemplo elucidativo desta realidade é a existência, em cada Distrito, de um Comando Territorial da

⁵ Ver apêndice E.

⁶ As Autarquias e as Forças de Segurança exercem poderes administrativos – Ver apêndice F.

⁷ Ver apêndice G.

⁸ Circunscrição administrativa – "Zonas existentes no país para efeitos de administração local" (Amaral, 2003a, p. 311).

GNR chefiado por um oficial superior, o qual, aí representa a vontade de actuação do Estado, sendo, por isso, tal Comando Territorial considerado um órgão local do Estado. (Amaral, 2003a, p. 315).

Já no que concerne à Administração Local Autárquica, a qual encontra a sua expressão no Poder Local concretizado pelas Autarquias Locais (Título VIII da CRP), ela determina que o território nacional se divida em **Freguesias, Municípios⁹ e Regiões Administrativas**, estas últimas ainda por instituir.

A freguesia constitucionalmente consagrada, no art.º 244º e seguintes da CRP, é a mais pequena circunscrição administrativa e é a expressão material mais clara de descentralização do poder democrático e a consequente aproximação da vida cívica a milhares de portugueses.

Os Municípios, igualmente instituídos constitucionalmente, estes no artigo 249º e seguintes da CRP, são definidos como “*a Autarquia Local que visa a persecução de interesses próprios da população residente na circunscrição concelhia, mediante órgãos representativos por ela eleitos*” (Amaral, 2003a, p. 452). Através desta definição de Freitas do Amaral é legítimo associar os Municípios aos Concelhos que, como vimos anteriormente, é a mais pequena circunscrição da Administração Local do Estado. Por diversos motivos¹⁰, considera o autor que vimos citando, que os Municípios são a mais importante de todas as espécies de Autarquias Locais.

1.2.1. O Município

1.2.1.1. Os órgãos do Município

Os órgãos municipais, bem como as suas competências¹¹ variam de acordo com a classificação¹² do Município, porém os órgãos base do Município e as suas funções primordiais são segundo a redacção do art.º 250º da CRP:

- ✓ A Assembleia Municipal¹³, que funciona como parlamento municipal por ter o papel de órgão deliberativo; e,
- ✓ A Câmara Municipal, que é o órgão executivo colegial, gestor permanente dos assuntos municipais e é composto pelo Presidente da Câmara e pelos Vereadores.

⁹ Ver anexo A.

¹⁰ Ver anexo B.

¹¹ O quadro de competências e regime jurídico dos órgãos dos Municípios e das Freguesias encontra-se plasmado na Lei nº 169/99, 18 Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro

¹² Segundo o artigo 2º do Código Administrativo de 1969 os concelhos federados a Lisboa seriam considerados Urbanos, bem como os “cuja população da sede e dos núcleos urbanos com mais de 10 000 habitantes exceda o total de 25 000 habitantes, ou 20 000 sendo capital de Distrito, quando essa população corresponda à quarta parte, pelo menos, da população total do concelho”. Os restantes Municípios seriam então considerados rurais. (Amaral, 2003a, p. 470)

¹³ Órgão tipicamente desinvestido de atribuições e competências de polícia administrativa.

1.2.1.2. Atribuições e competências de polícia administrativa dos Municípios

Segundo a Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro a transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais implica a concessão, aos órgãos das mesmas, de poderes que lhes permitam actuar dentro da legalidade, nomeadamente, poderes: Consultivos; de planeamento; de gestão; de investimento; de fiscalização e; de licenciamento.

Nesta base, ao longo dos art.ºs 13.º e seguintes¹⁴ da mesma lei, podemos conhecer as **atribuições concedidas aos Municípios** as quais abarcam os seguintes domínios: equipamento rural e urbano; energia; transportes e comunicações; educação; património, cultura e ciência; tempos livres e desporto; saúde; acção social; habitação; protecção civil; ambiente e saneamento básico; defesa do consumidor; promoção do desenvolvimento; ordenamento do território e urbanismo; polícia municipal; e, cooperação externa.

É de realçar, tendo em conta o leque de poderes atribuídos, que “a lei confere à Câmara Municipal amplos poderes de polícia municipal”, sendo que “um dos domínios mais ricos de poderes de polícia municipal da Câmara é sem dúvida o domínio do licenciamento e fiscalização” (Sousa, 2003, p. 72). Neste âmbito, além, das competências legitimadas no artigo 64º, nº 5 da Lei 169/99, de 18 de Setembro de 1999 na perspectiva de “polícia das edificações” (Sousa, 2003, p. 97), também o Decreto-Lei nº 264/2002, de 25 de Novembro¹⁵ imputa às **Câmaras Municipais competências** nos domínios enunciados anteriormente. Nesta senda, constitui âmbito deste último diploma regular o regime jurídico do licenciamento, do exercício e da fiscalização das seguintes actividades: guarda-nocturno; venda ambulante de lotarias; arrumador de automóveis; realização de acampamentos ocasionais; exploração de máquinas automáticas, mecânicas, eléctricas e electrónicas de diversão; realização de espectáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre; venda de bilhetes para espectáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda; realização de fogueiras e queimadas; e, realização de leilões.

A actividade de fiscalização nos termos definidos não é, contudo, uma competência, exclusivamente, camarária. Esta competência de fiscalização encontra-se, também, atribuída às autoridades policiais não só por imposição do Regulamento Geral das Contra-ordenações (Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro), nomeadamente, por força do seu art.º 48º como, ainda, por imposição do Decreto-Lei n.º 310/02, de 18 de Dezembro de 2002 que definindo como competência das Câmara Municipal fiscalizar o disposto nesse mesmo diploma, contempla no seu art.º 52.º como entidades fiscalizadoras com o mesmo objectivo, as autoridades policiais. Através destes diplomas encontra-se, assim, legitimada a

¹⁴ Ver anexo C.

¹⁵ Transferência de competências dos governos civis para as Câmaras.

fiscalização do exercício das actividades já acima enumeradas, pela GNR, muitas vezes em colaboração com os Municípios.

É, ainda, da competência da Câmara Municipal, e bem assim, das forças policiais, a fiscalização do estacionamento de veículos nos locais públicos do Município, bem como proceder à captura de canídeos e gatídeos (art.º 64, nº1, Lei 169/99, de 18 de Setembro).

Como é visível são diversas as atribuições do Município às vezes coincidentes com as das forças policiais podendo, por isso e para isso, ser exercidas pelos mesmos num contexto de cooperação.

Decorrencia do que vimos dizendo e olhando para cada representante ou órgão do Município é lícito dizer que às demais atribuições e competências que lhe estão inerentes se somam as atribuições e competências de polícia administrativa. Assim, são **competências do Presidente da Câmara**, no domínio enunciado e segundo o quadro de competências e regime jurídico dos órgãos dos Municípios e das freguesias estatuído na Lei nº 169/99, de 18 Setembro: presidir ao Conselho Municipal de segurança; conceder licenças policiais ou fiscais, de harmonia com o disposto nas leis, regulamentos e posturas; e, determinar a instrução dos processos de contra-ordenação e aplicar as coimas, nos termos da lei, com a faculdade de delegação em qualquer dos restantes membros da Câmara.

Quanto à **Assembleia Municipal** apesar de não ser um órgão tipicamente investido de atribuições e competências de polícia administrativa, segundo a Lei nº 169/99, é ela a responsável por elaborar e aprovar o regulamento do conselho municipal de segurança (art.º 53 nº1 al. I), bem como aprovar posturas e regulamentos (art.º 3 nº2 al. a) e deliberar sobre a criação e a instituição, em concreto, do corpo de polícia municipal (art.º 53 nº3 al. a).

Hoje em dia, muitas Câmaras já possuem corpos próprios para a prossecução das atribuições de polícia administrativa que lhe estão cometidas – são eles a **Polícia Municipal**. As funções e competências deste corpo, directamente ou indirectamente, já foram anteriormente mencionadas e estão esplanadas, respectivamente, nos art.ºs 3º e 4º da Lei 19/2004, de 20 de Maio¹⁶. Havendo acções conjuntas entre esta polícia e as Forças de Segurança, por força do disposto no n.º 2 do art.º 6º, da lei acabada de enunciar, “a coordenação entre a acção da Polícia Municipal e as Forças de Segurança é assegurada, em articulação, pelo presidente da Câmara e pelos comandantes das Forças de Segurança com jurisdição na área do Município”.

¹⁶ A Lei n.º 19/2004, de 20 de Maio define o regime e forma de criação das polícias municipais.

Capítulo 2

Enquadramento da Guarda Nacional Republicana

2.1. A Guarda Nacional Republicana¹⁷ e a sua implementação no país

A GNR é uma força de segurança actualizada e eficaz, de prestígio nacional e internacional, é **definida** na sua lei orgânica, no art.º 1º da Lei nº 63/2007, 6 de Novembro, como “uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.” Ainda pelo mesmo artigo “**tem por missão**, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e protecção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.” Assim, a sua missão geral desenrola-se nas seguintes **áreas de actuação**:

- ✓ Policial – compreendendo as missões de **polícia criminal** e de **polícia administrativa** (Geral e Específica) das quais se destacam as seguintes **valências**: segurança e ordem públicas, fiscalização e ordenamento da circulação rodoviária, combate às infracções fiscais-aduaneiras, e protecção da natureza e do ambiente;
- ✓ Apoio e socorro;
- ✓ Honorífica e de representação de Estado; e,
- ✓ Militar (Guarda Nacional Republicana, 1996).

A Guarda tem dupla **dependência**, pois depende do Ministério da Administração Interna e nos casos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, depende do Ministério da Defesa Nacional bem como no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento (art.º 2, da Lei nº 63/2007).

Segundo dados do Comando-Geral¹⁸, a instituição possui actualmente um **efectivo** de 25.586 Homens dos quais 1.034 são civis. Este efectivo cobre 94% do território (86.597.4 km2) ao que correspondem 54% da população (5.756.027 indivíduos).

As **Unidades/Subunidades** da Guarda ocupam 674 Edifícios em que 476 são Postos Territoriais e parte significativa destes são cedidos pelas Autarquias Locais.

¹⁷ Ver anexo D.

¹⁸ Números obtidos a 11 de Maio de 2010.

Com estes valores a Guarda cobre presencialmente a malha nacional, possuindo 20 unidades Territoriais que correspondem aos 18 Distritos continentais e 2, às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Segundo a Portaria n.º 1450/2008, de 16 de Dezembro, que estabelece a organização interna das várias unidades da Guarda, cada unidade territorial, designada por Comando Territorial, possui subunidades operacionais, que em regra são: Destacamentos Territoriais, Destacamentos de Trânsito e Destacamento de Intervenção sendo que os primeiros se articulam localmente em Subdestacamentos ou Postos.

Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os Comandos Territoriais compreendem unicamente Destacamentos Territoriais, que se articulam localmente em Postos Territoriais.

Os Comandos Territoriais estão implementados segundo circunscrições correspondentes ao Distrito, os Destacamentos Territoriais, objecto de estudo nesta dissertação, estão em regra, implementadas de acordo com as circunscrições administrativas correspondentes aos Municípios e os Subdestacamentos ou Postos correspondem de igual modo a freguesias.

2.2. Parcerias comunitárias

A GNR tem hoje enraizado um mega programa denominado **Segurança Solidária**¹⁹ que tem como “objectivo garantir que os diferentes sectores da sociedade contribuem para a prevenção e contenção da criminalidade. Este projecto enquadra-se numa concepção cidadã da segurança, não só porque põe a defesa dos direitos dos cidadãos como primeira prioridade, mas também porque eles devem ser actores do seu próprio destino. Numa primeira fase os programas da Segurança Solidária centram-se nas principais áreas de exclusão social com fortes índices de criminalidade, estabelecendo para prevenir e combater a criminalidade planos integrados, envolvendo o governo, as Forças de Segurança, as Autarquias Locais e as organizações da sociedade civil, em sintonia com o Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social.” (Guarda Nacional Republicana, 2003)

A Segurança Solidária ganha forma através de:

- ✓ Um conjunto de programas variados, alguns de carácter eminentemente civil de combate à exclusão social (no âmbito do desenvolvimento económico, urbanismo, educação); e,

¹⁹ Segurança Solidária é um projecto que foi lançado pelo Governo no dia 9 de Abril de 2003.

- ✓ Outros programas com uma forte componente policial a desenvolver através das Forças de Segurança, que são os programas de policiamento comunitário²⁰ dantes designados por policiamento de proximidade. Também aqui, os princípios orientadores da segurança comunitária se aplicam procurando-se a cooperação estreita entre as Forças de Segurança, as Autarquias e outras entidades sociais e públicas. (Guarda Nacional Republicana, 2003)

Este projecto pauta-se pelas seguintes linhas de actuação:

- ✓ Promoção duma política integrada de prevenção e de contenção da delinquência;
- ✓ Fortalecimento de parcerias locais com organismos governamentais, Autarquias Locais e sociedade civil;
- ✓ Coordenação da actuação conjunta e eficaz de todos os organismos/instituições do MAI destinados à implementação dos vários programas;
- ✓ Fomentação da responsabilidade e da participação dos cidadãos (Guarda Nacional Republicana, 2003).

Assim, no âmbito do **policiamento comunitário** da Segurança Solidária a GNR desenvolve hoje, pela sua iniciativa e em colaboração com outras entidades, programas com intuito de anular comportamentos de risco associados a públicos alvo, sempre na prossecução do bem colectivo pela máxima da aproximação à população mais necessitada. Salienta-se, neste âmbito, a execução, no terreno, dos seguintes **programas**: Apoio ao turismo, Verão seguro, Comércio seguro, Escola segura, Farmácias em segurança, Idosos em segurança, Igreja segura, Polícia em Movimento, Protecção da natureza, Abastecimento seguro, SOS azulejo, Táxi seguro, Transporte seguro de tabaco, entre outros (Ministério da Administração Interna, 2009).

²⁰ “O modelo de policiamento comunitário assenta numa filosofia e estratégia organizacional que permita à Guarda Nacional Republicana trabalhar em conjunto com a comunidade, no intuito de através deste mútuo apoio se dar uma satisfação à resolução dos problemas da sociedade” (Guarda Nacional Republicana, 2003).

Capítulo 3

Enquadramento da cooperação entre Autarquias e GNR

Introdução

A cooperação é um processo de interacção social e é compreendida como uma norma institucional essencial à prossecução de objectivos. É fundamental que nenhuma instituição se vire para si mesma tendo, antes, na sua base o conceito do “viver comunitário”. *“Hoje nascemos em hospitais, alimentamo-nos em restaurantes, trabalhamos em empresas, departamentos públicos, instituições sem fins lucrativos e quando morremos, recorreremos à igreja e à empresa funerária”* – este “viver comunitário”, criado pelas organizações, pauta por “relações de cooperação”, pela “coordenação formal de acções”, “pela prossecução de metas” e “pela diferenciação de funções”. (Alves, 2005, p. 6)

No contexto da organização policial as relações de colaboração contribuem, em muito, para a adopção de medidas preventivas, ao invés de repressivas. Tomemos como exemplo a existência de um local degradado, sem iluminação e de grande incidência criminal. Este local pode vir a ser recuperado se se potenciar um espaço de reflexão, entre Autarquia e Forças de Segurança, com vista a serem meditadas e alcançadas medidas de recuperação daquele mesmo espaço. É neste sentido que podemos afirmar que “a prevenção é feita de atitudes que tomamos. Exige intenção, tacto, sabedoria e muitas vezes apoio” (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2002, p. 3).

3.1. Dever de colaboração

A Guarda Nacional Republicana mantém laços estreitos com várias entidades, estando estes elos legitimados pela Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana - Lei 63/2007, de 06 de Novembro de 2007 - através da máxima do dever de colaboração. Assim, nesse sentido, pode ler-se no seu art.º 6º:

1 — A Guarda, sem prejuízo das prioridades legais da sua actuação, coopera com as demais forças e serviços de segurança, bem como com as autoridades públicas, designadamente com os órgãos autárquicos e outros organismos, nos termos da lei.

2 — As autoridades da administração central, regional e local, os serviços públicos e demais entidades públicas e privadas devem prestar à Guarda a colaboração que legitimamente lhes for solicitada para o exercício das suas funções.

3 — As autoridades administrativas devem comunicar à Guarda, quando solicitado, o teor das decisões sobre as infracções que esta lhes tenha participado.

Os referidos números um e dois representam as duas faces daquilo a que se pode chamar cooperação, ou seja a GNR coopera, dá o seu contributo mas, por outro lado, também recebe o contributo, a colaboração, de outras entidades como consta em diploma orgânico. De salientar a colaboração com as Autarquias, como autoridades públicas, a qual é consagrada explicitamente no, já citado, número um.

Pela interpretação do artigo 17º do supramencionado diploma continuamos a constatar a disponibilidade de colaboração da GNR para com os órgãos e as entidades da administração central, regional e local, neste caso, pela afectação de pessoal militar para a prestação de serviços. No seguimento desta prestação de serviços, o artigo seguinte, vem reforçar no seu número um, a ideia que *“a Guarda pode prestar colaboração a outras entidades públicas e privadas que a solicitem”*.

Ainda relativamente à colaboração com entidades públicas, segundo o expresso no nº 2 do art.º 18º da lei que ora nos ocupa, a Guarda pode beneficiar de instalações e edifícios através de protocolos entre a Administração Central e as Autarquias Locais²¹.

Portanto, vemos assim, legalmente consagrada a colaboração estabelecida entre a GNR e as restantes entidades públicas e privadas.

3.2. As Autarquias e das Forças de Segurança na prevenção da criminalidade

“A complexidade intrínseca do viver comunitário”... “pode apresentar fenómenos de exclusão, pobreza, conflitualidade étnica, criminalidade mais ou menos violenta, desagregação social” que conduzem a um acumular de tensões que pode culminar em incidentes mais ou menos perigosos, para pessoas e bens traduzindo-se num sentimento de insegurança pública (Lobo, 2005, p. 58). Num espaço de tamanha conflitualidade *“emerge progressivamente como um agente determinante e basilar das sociedades actuais”* o Poder Local (Teodora, 2008, p. 93).

“O Poder Local tem vindo a emergir ininterruptamente, tornando-se uma questão primordial da sociedade contemporânea” e não se fechando sobre si mesmo (Teodora, 2008, p. 104), constrói elos de ligação com a sociedade e com as organizações o que contribui para o seu estatuto actual.

Se o Poder Local ganha importância no ambiente de conflitualidade, já as Forças de Segurança o ganharam há muito tempo, pelo dever da missão que lhe está inerente. Assim, falar de **cooperação entre o Poder Local e as Forças de Segurança** deixa de ser uma utopia social mas uma realidade necessária ao bem colectivo.

No ramo da sociologia da Inovação evidencia-se a importância de um actor construir redes largas e sólidas, pois a prossecução de fins sociais não possui dinâmica autónoma,

²¹ Anexo E.

pelo facto da sua vida advir da mobilização de inúmeros indivíduos e instituições (Alves, 2005). Assim o papel de cooperação entre Forças de Segurança e Poder Local revela-se de importância irrefutável, nomeadamente, no âmbito do fenómeno da inserção social, do qual surgem as fugas para o mundo da criminalidade.

Ambos os actores estabelecem parcerias em diferentes matérias, procurando em cooperação prevenir a delinquência e combater os problemas inerentes à conflitualidade urbana advinda da complexidade da vida em sociedade se bem que, esta prevenção *“não é tarefa exclusiva dos Poderes Públicos ou dos Poderes Locais”* mas, também, dos cidadãos ou dos munícipes a responsabilidade desta luta, segundo a ex-Vereadora da acção social da Câmara Municipal de Lisboa (Costa, 2005, p. 73).

As acções desenvolvidas passam por programas de intervenção preventiva com a prestação indispensável de várias entidades sendo, neste caso, *“o carácter tradicionalmente repressivo da actividade policial superado pela dimensão preventiva e pedagógica das intervenções, por via da aproximação física e afectiva às pessoas e aos seus problemas”* (Nunes, 2005, p. 66). Esta dimensão proferida pelo ex-Comandante Geral da Guarda Nacional Republica, pretende que cresça o sentimento de pertença, contribuído o Poder Local para o mesmo com a instauração de espaços e ambientes que a isso conduzam, como a construção ou financiamento de escolas, centros socioculturais, desportivos, de lazer entre outros. O sentimento de pertença²² é a máxima a atingir tanto pelas Autarquias como pelos programas de proximidade da GNR aos cidadãos.

Nesta missão é importante o papel de várias entidades como é notável, porém, o papel das forças policiais não se pode substituir, pois pelas palavras do ex-Director Nacional da Polícia de Segurança Pública José Lobo, há que atender tanto à experiência acumulada destas forças, como ao nível crescente de formação e especialização do dispositivo, como à capacidade de intervenção que se traduz na actualidade em inúmeros programas comunitários (Lobo, 2005).

3.3.Conselhos e Comissões Municipais

Com o intuito de combater a marginalidade e promover a inserção social foi legislativamente criado um *“espaço de reflexão entre várias entidades com responsabilidades directas na segurança da cidade”* (Azevedo, 1998, p. 49). Surgiu assim,

²² Sobre sentimento de pertença, o Casal Harlow em 1958, mostra através de uma experiência com macacos que as crias exploram uma sala de maneira diferente consoante estejam na presença da sua mãe ou na ausência da mesma. No primeiro caso, exploram a sala num sentimento de segurança, e sem ela, sentiam-se inseguras, chorando muitas vezes ou até gritavam (Cracel, 2009). Esta experiência, pelas *“similaridades dos macacos com humanos em termos de estruturas cerebrais e comportamento social”* (Cardoso, 2001), representa o ser humano na sociedade mostrando que só o sentimento de pertença e a segurança nos permitem sobreviver, ultrapassar dificuldades, desenrolar e desenvolver a nossa vida com naturalidade.

através da Lei 33/98, de 18 de Julho, o Conselho Municipal de Segurança²³, mais uma acção de intersecção de esforços e “cooperação” (art. 1º) entre forças policiais e Autarquias. Este conselho, presidido pelo Presidente da Câmara, reúne ordinariamente uma vez por trimestre (art.º 7º) e tem por objectivo (art. 3º):

- a) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do Município, através da consulta entre todas as entidades que o constituem;*
- b) Formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos no respectivo Município e participar em acções de prevenção;*
- c) Promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social do Município;*
- d) Aprovar pareceres e solicitações a remeter a todas as entidades que julgue oportunos e directamente relacionados com as questões de segurança e inserção social.*

O mesmo conselho, constituído pelos comandantes das Forças de Segurança presentes no território do Município, por um representante do Ministério Público, e outras entidades enunciadas no art.º 5º da mesma lei tem natureza consultiva, promovendo a articulação, informação e cooperação entre os presentes, como o refere art.º 1º da mencionada lei.

Atendendo ao veredicto da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro de 1997, cabe ainda às Autarquias Locais “promover a criação de Conselhos Locais de Acção Social” (CLAS). Segundo o diploma acabado de referir, este conselho é “composto pelo Presidente da Câmara Municipal, que preside, e por representantes das entidades particulares sem fins lucrativos interessadas e de organismos da Administração Pública Central implantados na mesma área” onde se incluem as Forças de Segurança.

Neste espaço de reflexão, que trata problemáticas sociais, a GNR é uma mais-valia pela experiência e informações que possui dos diversos locais onde exerce a sua missão. “Intervém directamente junto dos CLAS, mormente junto das Autarquias, apoiando, também, as equipas que têm de intervir no terreno, acompanhando-as a zonas problemáticas, bem como, transmitindo os casos que suscitam a intervenção adequada das outras entidades interventoras em todo este processo” (Guarda Nacional Republicana, 2003).

A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) é outro palco onde a GNR assume responsabilidades de colaboração. Perante situações de perigo intervém, de imediato, no âmbito da sua competência e comunica-as à entidade com competência em matéria de infância e juventude, a CPCJ.

²³ O primeiro Conselho Municipal de Segurança foi criado a 21 de Fevereiro de 1995 por iniciativa da Câmara Municipal do Porto (Azevedo, 1998, p. 49)

Através da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo – ficou enquadrada a actuação de várias entidades, nomeadamente, da GNR e das Autarquias.

Além destes elos de ligação entre a GNR e Autarquias, directamente relacionados com a segurança e tranquilidade do Município, existem outras comissões municipais onde a GNR se faz representar, dá o seu contributo profissional e assume responsabilidades, nomeadamente:

- ✓ Na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios²⁴
- ✓ Na Comissão Municipal de Protecção Civil²⁵
- ✓ No Conselho Municipal de Educação²⁶
- ✓ Na Comissão Municipal para a Prevenção das Toxicodependências;
- ✓ Na Comissão Municipal de Trânsito; e,
- ✓ Em outras de iniciativa das diferentes Autarquias.

3.4. Contratos Locais de Segurança

No âmbito dos programas gerais de prevenção da criminalidade surgem os Contratos Locais de Segurança (CLS), mediáticos e em crescimento no que respeita à abrangência nacional. São celebrados num âmbito de intervenção geográfica, tendo como limites a circunscrição administrativa do Município ou da Freguesia. As entidades envolvidas no contrato são o MAI, e Câmara Municipal. O surgimento destes contratos, advém da crescente preocupação dos autarcas, face à insegurança nos seus Municípios.

Da análise de um contrato de segurança, nomeadamente, o primeiro²⁷ Contrato Local de Segurança, o do Município de Loures (Contrato Local de Segurança do Município de Loures, 2008), muito semelhante ao de tantos outros Municípios, destacamos o seguinte:

As Áreas de actuação são: delinquência juvenil, pequena criminalidade, violência doméstica, comportamentos anti-sociais e fenómenos de insegurança.

Assim, os principais **objectivos** dos CLS são:

- a) *Reduzir os índices de criminalidade, violência juvenil e o sentimento de insegurança;*

²⁴ Representação da GNR segundo a al. g), do nº 1, do art. 5º da Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio.

²⁵ Representação da GNR segundo a al. d), do nº 2, do art. 3º da Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro.

²⁶ Representação da GNR segundo a al. o), do nº 2, do art. 5º do Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro.

²⁷ Loures teve o primeiro Contrato Local de Segurança do país, firmado em Setembro de 2008 entre o Ministério da Administração Interna/Governo Civil de Lisboa e a Câmara Municipal de Loures no âmbito das políticas preventivas de segurança (Ministério da Administração Interna, 2010).

- b) Reforçar o policiamento de proximidade na via pública, e junto de grupos de risco e grupos vulneráveis - escolas e terceira idade;*
- c) Desenvolver uma estratégia e um plano de acções que permitam a obtenção de resultados;*
- d) Elaborar um diagnóstico nas Freguesias abrangidas pelo Contrato Local de Segurança, com base na informação disponível nas Forças de Segurança, Câmara Municipal de Loures e outros parceiros estratégicos;*
- e) Promover e estimular uma cultura de segurança assente na cidadania participativa e responsabilização dos agentes da sociedade civil e dos cidadãos da comunidade, pela concretização de acções e adopção de comportamentos que contribuam para a eficácia de políticas públicas preventivas de segurança.*

São ainda, celebrados compromissos de ambas as partes, compromissos, estes, que podem ir desde a construção de Postos Territoriais, cedência de terrenos e instalações à sensibilização dos agentes da sociedade civil para a adesão ao Contrato Local.

O presente contrato assenta numa **estrutura** flexível, composta pelas Forças de Segurança intrínsecas ao local, pelo órgão municipal, responsável pela gestão do projecto e por um conselho consultivo com todos os parceiros do programa.

Só em 2009 foram celebrados 29 CLS, segundo dados do Relatório Anual de Segurança Interna de 2009. “O governo continuará maximamente empenhado na execução dos Contratos Locais de Segurança existentes e na celebração de novos contratos”. Será realizado um balanço este ano, a fim de aprofundar o projecto, indispensável à “segurança comunitária”. (Sistema de Segurança Interna, 2010, p. 167)

PARTE II

TRABALHO PRÁTICO

Capítulo 4

Delimitação do estudo

O **objecto de estudo** que constitui o cerne desta investigação é a cooperação existente entre as Autarquias e os Destacamentos Territoriais da GNR.

Por vários factores, nomeadamente, o factor tempo e o factor económico, o nosso **universo de estudo** não nos vai além da análise dos Destacamentos Territoriais de dois Comandos Territoriais da GNR que, tacitamente, coincidem com dois Distritos de Portugal Continental. Considerámos, assim, numa primeira fase como **unidades estatísticas**²⁸, cada um dos Destacamentos Territoriais pertencentes aos Comandos Territoriais de Lisboa e Guarda e numa segunda fase os grupos de Destacamentos de cada um dos Comandos Territoriais referidos.

Tomámos o comandante de Destacamento o elemento alvo de aplicação do método e técnica de recolha de dados, por conhecer a realidade do Destacamento que lhe está cometido. Ao nível do Município visámos um representante de cada executivo municipal por constituir o grau máximo de conhecimento autárquico local tendo sido, por isso, também, alvo de aplicação de um método e técnica de recolha de dados. A informação proporcionada pelos representantes dos Municípios em causa desempenha no presente trabalho uma índole apenas sustentadora. Não sendo de qualquer maneira desprezada, não será alvo de tratamento tão afincado como será a informação proveniente dos Destacamentos, por vários motivos, designadamente:

- ✓ A informação obtida através das Autarquias é mais sinuosa, pois, a informação não está centralizada, bem pelo contrário, vários podem ser e são os elementos do executivo municipal²⁹ que possuem informações relativas a laços cooperantes com a GNR;

- ✓ A informação necessária a este trabalho e proveniente dos comandantes dos Destacamentos, além de estar centralizada nestes, vem de uma fonte oficial;

- ✓ Um instrumento de recolha de dados a todos os representantes do executivo municipal podia, certamente, resultar numa colheita de informações mais elucidativa quanto ao tema que tratamos, porém, por questões de acessibilidade e de tempo aliadas à

²⁸ Cada elemento da população é considerado uma unidade estatística.

²⁹ Elementos, nomeadamente o Presidente da Câmara e Vereadores, eleitos directamente pelos municípios.

grandeza da população – vinte e seis Autarquias a multiplicar pelo número de elementos do executivo municipal que criam laços com a GNR – tal não se previu ser viável.

A fim de conhecermos melhor as duas circunscrições administrativas, que reportamos no nosso estudo, torna-se importante sobrepor “ao transparente” dos limites dos Destacamentos Territoriais da GNR “o transparente” relativo às fronteiras dos Municípios.

Assim, como os limites dos Comandos Territoriais da GNR coincidem com os dos Distritos, também os limites dos Destacamentos Territoriais abarcam os de vários Municípios, apesar de, em certos casos, se verificarem algumas nuances³⁰. As competências territoriais da GNR no Distrito da Guarda e Lisboa estendem-se, assim, pelos respectivos concelhos nos moldes expressos nas tabelas H.1 e H.2 presente no apêndice H. Além destas nos mostrarem a dispersão territorial do dispositivo da GNR, na Guarda e em Lisboa, apresentam, ainda, a área, o número de habitantes e a densidade populacional dos Municípios onde a GNR cumpre missão.

Os dois Distritos inerentes ao presente estudo apresentam, múltiplas diferenças. Na tabela anterior salienta-se a área – o dobro no Distrito da Guarda, o número de habitantes – 7 vezes mais em Lisboa e a densidade populacional – 15 vezes maior em Lisboa.

Para além das diferenças evidenciadas pelos números acabados de apresentar, destaca-se, ainda, o facto de um dos Distritos, o da Guarda, pertencer ao interior do país, ser predominantemente rural, com actividades económicas maioritariamente ligadas à agricultura e alguma indústria sendo, por sua vez, Lisboa a capital do país, um Distrito do litoral, iminentemente urbano, com a pesca, a indústria, o comércio e serviços, a constituir as actividades económicas predominantes.

Além, destas diferenças distritais, de dois meios que podemos considerar opostos, outras razões nos levaram a escolher estas duas subpopulações. Designadamente:

- ✓ Em Lisboa grande parte dos Municípios em que actua a GNR, também actua a PSP;
- ✓ A área de actuação da GNR nos dois Distritos é bastante diferenciada;
- ✓ A diferença do índice de criminalidade³¹ é abismal;
- ✓ O executivo municipal é maior nos Municípios de Lisboa, por possuir mais habitantes; e
- ✓ Uma última razão, e não menos importante, para a eleição destes dois Comandos, contribuiu também o factor proximidade e acessibilidade aos mesmos.

³⁰ Por exemplo, o Posto Territorial de Pinzão do Destacamento Territorial da Guarda, pertence ao Município de Pinhel, e ainda apanha, em parte, o concelho de Almeida o qual é zona de acção do Destacamento de Vilar Formoso.

³¹ Em 2009 foram participados 3996 crimes no Distrito da Guarda e 108735 crimes no Distrito de Lisboa (Sistema de Segurança Interna, 2010)

Capítulo 5

Métodos e técnicas de recolha de dados

Introdução

Tendo como pretensão e objectivo albergar a informação relevante para o desenrolar da investigação, recorremos a dois instrumentos distintos – **Questionários e Entrevistas** – cada qual com diferente ênfase na absorvência e pertinência de dados recolhidos para o objectivo do trabalho de campo, visto que os dados quantitativos, fornecidos pelos questionários, tomam maior importância na resposta às hipóteses formuladas *ab initio*.

Outros instrumentos de recolha de dados foram utilizados, porém, não de forma tão sistemática, nomeadamente, a **análise documental e a observação directa**. Estas técnicas foram usadas numa das primeiras fases, a que poderemos chamar, segundo o professor José Rodrigues dos Santos (2007), a “**fase exploratória**”, com intuito de familiarização com o objecto de estudo através de uma observação livre da realidade aqui em causa. A fase exploratória coincidiu e foi posta em prática durante dois meses, Março e Abril de 2010, durante o período de estágio nos Comandos Territoriais. Através da utilização das referidas técnicas foi, então, possível acompanhar bem como ficar elucidado quanto àquela que é a relação entre um Destacamento Territorial (doravante designado por DTer), nomeadamente o Destacamento Territorial da Covilhã e o Município Local.

5.1. Questionários

Foi através dos questionários, aplicados a cada comandante dos DTer's estudados, que se pretendeu conhecer a realidade da cooperação nos mesmos. Tomámos, assim, **cada Destacamento Territorial de per si**, sendo considerado cada um, num primeiro momento, uma unidade de estudo. **Posteriormente** constituíram-se **dois grupos**, um referente aos Destacamentos pertencentes ao Comando Territorial de Lisboa e outro referente ao Comando Territorial da Guarda, para uma análise por Distrito.

Podemos dizer que nos fizemos valer da chamada “entrevista por questionário” (Santos, 1999) pelo facto de cada questionário ser analisado isoladamente, como se de uma entrevista se tratasse, considerando-se a especificidade de cada Destacamento Territorial, não implicando contudo, a consideração de cada um como sendo exclusivo e incomparável aos outros (Santos, 2007).

A **população coincide com a amostra** - os comandantes dos nove Destacamentos Territoriais, pertencentes aos Comandos Territoriais de Lisboa e Guarda, como ilustra a seguinte figura:



Figura 5.1: População – Comandantes de DTer – alvo da aplicação dos questionários.

Sendo necessário um instrumento que permitisse a extracção da informação que dê-se resposta às nossas **interrogações**, e por não existir, ainda, nenhum elaborado até aos dias de hoje, foi preparado, após várias conversas informais, com comandantes de Destacamento e autarcas, um **inquérito-piloto**. Assim, ainda numa fase exploratória, através deste **questionário** foram, previamente, ensaiados o tipo, a forma e a ordem das perguntas que, a título provisório, se foram integrando no projecto do questionário (Almeida & Pinto, 1981). Estes ensaios foram realizados presencialmente, entre 12 de Abril e 5 de Maio, a dois comandantes de Destacamento Territorial sabendo, os mesmos, que se tratava de um inquérito-piloto, com o fim de incutir neste **validade e fidelidade** (Santos, 2007).

Após, a análise dos resultados dos inquéritos-piloto, foi elaborado um questionário³², com um conjunto de questões de resposta fechada e a culminar com duas questões de resposta aberta.

O questionário foi aplicado por **administração directa** em suporte informático, entre os dias 3 e 15 de Junho. A visualização e preenchimento do mesmo era interactiva, devido ao recurso a ferramentas de resposta rápida, acessíveis no *Microsoft Word*, aplicação na qual o questionário ganhou forma.

Os inquiridos, foram antecipadamente contactados por telemóvel, a fim, de conhecerem o trabalho que estava a ser desenvolvido e a necessidade da sua colaboração no mesmo. Assim, foi possível, obter os seus e-mails para levar a cabo a difusão dos questionários vindo estes a ser devolvidos pelo mesmo meio. O retorno foi de 100%. A construção deste instrumento foi com delineado tendo em mente um posterior **tratamento quantitativo**, à excepção das duas últimas questões abertas que foram analisadas num plano qualitativo.

³² Ver apêndice I.

Na essência do questionário foi usada a **escala de avaliação de frequência**. O modelo de uma escala de avaliação de frequência dá-nos a habitualidade com que dadas acções ou comportamentos muito específicos ocorreram.

A maior desvantagem deste tipo de escala é o facto, de não ter limites, vindo a frequência a ser algo relativo de pessoa para pessoa, pois uma acção realizada 10 vezes num espaço de tempo, pode para uma pessoa ser regular enquanto para outra pode ser frequente.

Como principais vantagens tem, no entanto, a facilidade de resposta que proporciona ao inquirido bem como o facto de permitir a transformação numérica do grau de frequência, o que possibilita trabalhar com valores. Pelas características enunciadas da escala em causa é esta a que mais se adequa à nossa análise e por isso a escolhida.

Com intuito de uma coerente análise estatística, o questionário foi estruturado de forma a possibilitar o recurso a aplicações informáticas, nomeadamente o *Microsoft Excel* e o SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*).

5.2. Entrevistas

As entrevistas, aplicadas aos autarcas entre 21 de Junho e 8 de Julho visaram, particularmente, acrescentar valor às respostas obtidas nos questionários aplicados aos comandantes de Destacamento Territorial e não tanto, serem escalpelizadas num estudo pormenorizado, tratando-se de **entrevistas de controlo** – visam, apenas, o “*estudo do comportamento da população e pôr à prova as conclusões anteriormente obtidas*” (Santos, 2007, p. 60) – obtidas nos questionários, portanto.

Para este instrumento de recolha de dados, a entrevista, considerado complementar, foi criado um Guião³³ com três questões de validação e seis questões de recolha de informação qualitativa. A construção deste teve como base a estrutura dos questionários aplicados aos comandantes de Destacamento.

As características típicas da entrevista assentam na recolha de informações consideradas importantes para os objectivos do trabalho através de um diálogo estruturado e ordenado, de natureza profissional. Por se tratar de uma entrevista directiva, é considerada “*muito similar a um questionário*” (Santos, 2007, p. 59) com questões abertas e de respostas de curta duração.

A **População**, à qual foram aplicadas as entrevistas, é constituída por um representante de cada Município onde a GNR exerce competências territoriais nos Distritos de Lisboa e Guarda. São 26 Municípios e estão discriminados nas tabelas H.1 e H.2 no apêndice H.

³³ Ver apêndice J.

Determinámos uma amostra satisfatória para as necessidades da pesquisa considerando apenas os Municípios com Destacamentos Territoriais aí sedeados. Assim, devido a este critério, esta **amostragem** é considerada **não aleatória e intencional**³⁴ (Menezes, 2009).

Na condição supracitada, existem nove Municípios, e por **amostragem aleatória simples** foram escolhidos dois em cada Comando Territorial. Desta forma, e mais concretamente, foram seleccionados quatro Municípios, os de Sintra e de Mafra, no Comando Territorial de Lisboa, e os da Guarda e de Pinhel, no Comando Territorial da Guarda. O raciocínio acabado de descrever subjacente à obtenção da amostra está esquematizado na figura K.1 presente no apêndice K.

³⁴ “Este tipo de amostragem não permite o controlo da variabilidade da amostra, o que inviabiliza o controlo da qualidade da estimação” (Menezes, 2009).

Capítulo 6

Tratamento de dados

Relativamente aos dados obtidos através dos **questionários** os mesmos foram tratados de duas formas. Num primeiro momento foram-no de forma isolada, tendo sido analisadas as respostas dadas em cada **Destacamento de per si**, e numa segunda fase, através da análise das mesmas respostas obtidas mas, agora, englobadas em **dois grupos de Destacamentos**, os pertencentes ao Comando Territorial de Lisboa e os pertencentes ao Comando Territorial da Guarda.

De realçar que os dados obtidos foram tratados através da elaboração de gráficos e tabelas o que foi possível através do auxílio do Microsoft Excel.

Visto que os questionários foram, primeiramente, analisados de forma isolada vindo a ser, posteriormente, agrupados para um estudo global, por Comando Territorial, foi calculado o **coeficiente Alpha de Cronbach** com intuito de aferir da solidez das respostas conseguidas. De facto, o coeficiente mencionado é um dos métodos estatísticos mais usados com o objectivo de descortinar a consistência das respostas dos sujeitos aos vários itens a que corresponde uma gradação. Desta forma, numa escala de 0 a 1, quanto maior for o valor de Alpha mais consistentes se consideram as respostas aos itens do questionário.

Foi obtido³⁵ um valor de Alpha de Cronbach, relativamente às respostas obtidas no âmbito dos questionários a que vimos fazendo referência, igual a (0,72), podendo concluir-se através deste valor que o resultado obtido pelo presente instrumento possui razoável consistência interna, uma vez que os valores acima de 0,7 são considerados aceitáveis, enquanto os valores abaixo são considerados fracos ou inaceitáveis (Rocha, 2009).

Alpha de Cronbach	Número de itens
,720	28

Tabela 6.1: Consistência Interna dos questionários.

O valor conseguido demonstra, assim, não só que o instrumento de recolha de dados é fiável como são de qualidade e consistentes os dados recolhidos através do mesmo.

No que concerne, agora, às **entrevistas** e às duas últimas questões do questionário o seu tratamento qualitativo, foi conseguido através da consideração das ideias fundamentais de cada resposta, enunciadas em tabelas. A sua análise, por sua vez, foi concretizada através da comparação das respostas referentes aos diferentes elementos.

³⁵ Anexo L.

Capítulo 7

Apresentação e análise de resultados

7.1. Análise dos questionários

7.1.1. Contributo da GNR na cooperação

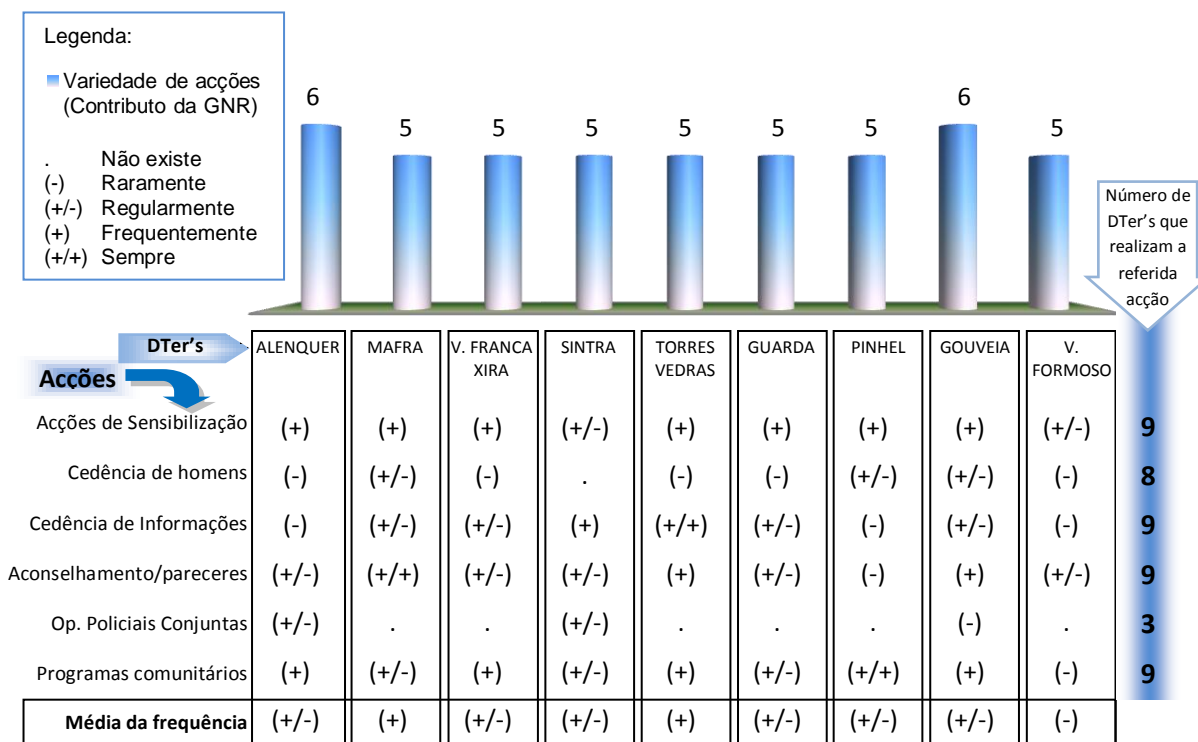


Gráfico 7.1: Número, variedade e frequência de acções, contributo da GNR na cooperação com as Autarquias.

O gráfico acima apresentado divide-se em duas partes. A parte superior, as barras, indica-nos a variedade de acções desenvolvidas pelos diferentes Destacamentos Territoriais no âmbito da cooperação com os respectivos Municípios. A parte inferior do gráfico dá-nos a frequência ou assiduidade com que as diferentes acções ocorrem por Destacamentos. Na parte final do esquema, na última linha, pudemos verificar a média³⁶ da assiduidade das acções tidas como existentes. Na última coluna verificamos o número total de DTer's que desenvolvem a respectiva acção em cooperação com o Município.

³⁶ Estes valores são obtidos através da transformação numérica do grau de frequência, e posterior cálculo da média, somente das acções que existem no Destacamento Territorial, não entrando nos cálculos as acções que não existem, ou seja, o valor "0".

Após o tratamento da informação obtida referente à cooperação entre Municípios e GNR, nomeadamente, no que diz respeito ao contributo da GNR, de acordo com o gráfico, verificamos o seguinte:

Da análise das barras do gráfico, aferimos que Alenquer e Gouveia apresentam o maior número de variedade de acções praticadas com o Município – seis acções distintas, apresentando os restantes DTer's apenas cinco.

Da análise da parte inferior do gráfico, apuramos que todos os Destacamentos Territoriais do Comando Territorial de Lisboa e Guarda realizam acções de sensibilização, cedem informações (com maior frequência em Sintra), dão aconselhamento/pareceres (com maior frequência em Mafra) e ainda, em colaboração com o Município levam avante programas comunitários.

Em relação à cedência de militares, só o Destacamento Territorial de Sintra não o faz sem cobrar gratificado.

As operações policiais conjuntas com a Câmara Municipal, de iniciativa dos Municípios, só acontecem em Alenquer, Sintra e Gouveia. Em Sintra, com a Polícia Municipal, mais concretamente, e em Gouveia na fiscalização de cães perigosos e potencialmente perigosos.

Tendo apenas em conta as acções tidas como existentes, **a frequência** de cooperação com os Municípios tem uma **média** maior em Mafra e Torres Vedras, com regularidade frequente. Esta média de ocorrência das acções é menor em Vilar Formoso, com regularidade rara.

Numa **análise por Comando Territorial** verificamos que a média da variedade de acções desenvolvidas pelos Destacamentos no âmbito da cooperação é muito semelhante nos dois Comandos Territoriais em apreço, sendo que se desenvolvem em média cerca de cinco acções distintas no âmbito da cooperação da GNR para com os Municípios, em ambos os grupos de Destacamentos. As diferentes acções, bem como a sua frequência, existem de forma idêntica em ambos os Comandos, á excepção das operações policiais conjuntas, que acontecem com maior frequência e em maior número relativo, no grupo de Destacamentos de Lisboa.

7.1.2. Contributo da Autarquia na cooperação

O gráfico seguinte, de estrutura e interpretação semelhante ao anterior, divide-se, também, em duas partes, contudo, o mesmo indicando-nos, respectivamente, a variedade de acções desenvolvidas pelos diferentes Municípios no âmbito da cooperação com os Destacamentos da GNR e a frequência com que as diferentes acções são executadas pelos Municípios.

Assim, analisando o contributo dos Municípios na cooperação, destacamos o seguinte:

Da análise das barras do gráfico, descortinamos que Sintra, seguidamente de Torres Vedras, Guarda e Pinhel, são os Destacamentos que beneficiam de uma maior diversidade de acções e/ou contributos dos Municípios Locais, Sintra com nove acções distintas, e oito acções os restantes Destacamentos referidos.

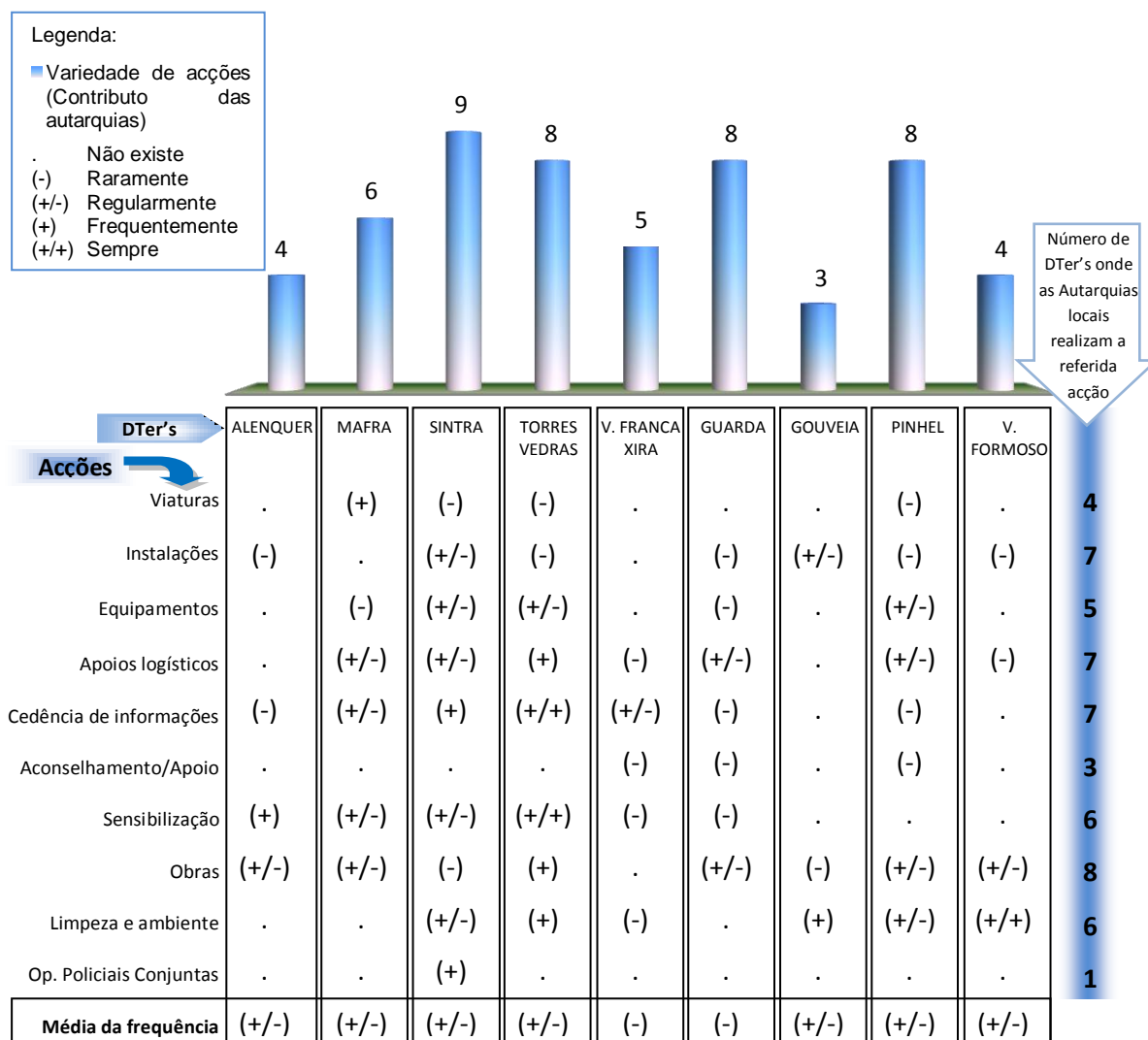


Gráfico 7.2: Número, variedade e frequência de acções, contributo da Autarquia na cooperação com a GNR.

Ao contrário, os Destacamentos Territoriais de Gouveia, seguidamente de Vilar Formoso e Alenquer, são os que beneficiam do menor número de variedade de acções advindas das respectivos Municípios, o que não significa que a cooperação seja baixa, mas sim que há pouco variedade de acções em que cooperam. Vilar Formoso e Alenquer contam com quatro tipos de acções de colaboração do Município. Já Gouveia, soma unicamente três tipos de acções de colaboração do Município para com o DTer – Cedência de

Instalações, nomeadamente instalações desportivas e o auditório municipal, obras e limpeza e meio ambiente.

Da análise da parte inferior do gráfico apuramos que as respectivas Autarquias facultam:

- ✓ Viaturas aos Destacamentos de Mafra, Sintra, Torres Vedras e Pinhel;
- ✓ Instalações, nomeadamente quartéis, a todos os Destacamentos, excepto o de Vila Franca de Xira e o de Mafra;
- ✓ Equipamentos, aos DTer's de Mafra, Sintra, Torres Vedras, Guarda e Pinhel;
- ✓ Apoio logístico, a todos os Destacamentos, excepto o de Alenquer e o de Gouveia;
- ✓ Informações, a todos os Destacamentos, excepto Gouveia e Vilar Formoso;
- ✓ Aconselhamento/apoio, através dos seus quadros especializados, apesar de ser raro, aconselhamento e/ou apoio aos militares da GNR ou familiares destes, bem como a vítimas específicas, unicamente nos DTer's de Vila Franca de Xira; Guarda e Pinhel;
- ✓ Acções de Sensibilização, essencialmente no âmbito do programa floresta segura, em todos os DTer's, excepto Gouveia, Pinhel e Vilar Formoso;
- ✓ Obras nos quartéis, que é a acção que cobre mais Destacamentos, só não existindo no DTer de Vila Franca de Xira;
- ✓ Acções de limpeza e meio ambiente, em todos os DTer's, excepto Alenquer, Mafra e Guarda.

De salientar, ainda, no âmbito da análise em questão que, somente os Municípios que colaboram com o Destacamento de Sintra realizam operações policiais conjuntas com o Destacamento, nomeadamente, através da policia municipal, por exemplo, em eventos oficiais e culturais.

As acções tidas como existentes por parte dos diferentes Municípios, têm uma **média de frequência** regular em todos os Destacamentos Territoriais, excepto em Vila Franca de Xira e Guarda, onde têm uma média de ocorrência rara.

Numa **análise por Comando Territorial** constatamos que a média da variedade de acções desenvolvidas pelos Municípios no âmbito da cooperação é semelhante nos dois Comandos Territoriais em análise, sendo que se desenvolvem em média cerca de seis acções distintas dos Municípios para com os Destacamentos Territoriais, em ambos os grupos de Destacamentos.

As diferentes acções são, praticadas em moldes idênticos em ambos os Comandos, à excepção da cedência de viaturas, cedência de informações e acções de sensibilização. Todas estas acções ganham maior ênfase na relação entre os Municípios do Distrito de Lisboa com os respectivos Destacamentos.

7.1.3. Formalidade e Informalidade da cooperação

Conhecidas as diversas acções e sua frequência, desenvolvidas no âmbito da cooperação entre Municípios e Destacamentos Territoriais vamos, agora, observar qual o carácter dessa cooperação, se formal ou se informal. Analisadas as respostas ao questionário, somamos, por um lado, as acções formais dentro de cada Destacamento e, por outro lado, as acções informais dos mesmos. Somamos ainda, os valores obtidos entre os Destacamentos do Comando Territorial da Guarda, e por outro lado, os valores dos Destacamentos do Comando Territorial de Lisboa. Calculámos as respectivas médias, transformámos estas em percentagens e obtemos os valores do gráfico N.1 do apêndice N.

De salientar que, na apreciação desta questão, não nos referimos a cada destacamentos em particular mas sim a cada conjunto de Destacamentos que compõe cada um dos Comandos Territoriais, o que se impôs pela complexidade a que a análise deste registo por cada Destacamento levaria e, bem assim, pelo objectivo pretendido que se reconduz a uma melhor percepção dos dados a que leva uma análise conjunta.

Assim, da leitura do gráfico N.1, nos Destacamentos do Comando Territorial de Lisboa, cerca de $\frac{3}{4}$ (três quartos) da colaboração desenvolvida, portanto a maioria, é formal, deixando apenas cerca de uma, em quatro acções ($\frac{1}{4}$) da colaboração, ganhar índole informal. Por sua vez, os Destacamentos do Comando Territorial da Guarda, na sua generalidade, apresentam um nível de cooperação com os Municípios tanto formal (51%) como informal (49%).

7.1.4. Celeridade, eficiência, satisfação e dificuldades ou limitações

7.1.4.1. Por Destacamento Territorial

Tomamos nesta secção como referência o gráfico O.1, do apêndice O.

Analisando a **celeridade**, isto é, a rapidez das diligências inerentes á cooperação, o relacionamento dos Destacamentos de Alenquer, Mafra, Sintra, Guarda e Gouveia com os respectivos Municípios apresenta-se como sendo “bastante” célere. Já, o relacionamento entre os destacamentos de Torres Vedras, Vila Franca de Xira, Pinhel e Vilar Formoso com as respectivas Câmaras Municipais, é pautado por um nível de celeridade “suficiente”.

Quanto à **eficiência** ou rendimento conseguido através da colaboração entre Destacamentos e Municípios, este apresenta-se como “bastante” nos destacamentos de Alenquer, Mafra, Sintra, Torres Vedras, Guarda e Pinhel. Já Vila Franca de Xira, Gouveia e Vilar Formoso sustentam o valor de “suficiente” na relação entre os resultados obtidos e os recursos utilizados.

Em relação á **satisfação** ou contentamento com a cooperação, com excepção de Vila Franca de Xira – em que é “pouca”, Gouveia e Vilar Formoso – “suficiente”, os restantes Comandos de Destacamento mostram “bastante” aprazer com a colaboração.

A análise por Destacamento Territorial no que respeita às **dificuldades ou limitações**, indica-nos que Mafra e Vilar Formoso não possuem qualquer impedimento, obstáculo na materialização da cooperação, enquanto em Vila Franca de Xira e Gouveia se apresentam “bastantes” dificuldades ou limitações na colaboração com os respectivos Municípios.

No que respeita ao conjunto de todos os itens analisados – celeridade, eficiência, satisfação e dificuldades ou limitações – na cooperação entre os Destacamentos Territoriais e os Municípios aproveitamos para aqui salientar dois casos que, não obstante, com localização distinta, apresentam valores reduzidos no que se refere a esta questão e que surgem encabeçados pelos Destacamentos de Vila Franca de Xira e Vilar Formoso.

7.1.4.2. Por grupo de Destacamentos Territoriais

Agrupando os valores dos Destacamentos de cada Comando Territorial, calculando a média dos mesmos e de seguida as percentagens quanto a cada item referido, obtivemos os resultados do gráfico O.2, em apêndice O.

Verificamos neste gráfico, que tanto a celeridade, como a eficiência, como a satisfação é moderadamente maior no grupo de Destacamentos do Comando Territorial de Lisboa. Em consonância com esta constatação está o facto de ser, também, neste grupo de destacamentos que existem menos dificuldades ou limitações referentes à relação com os Municípios locais.

7.1.4.3. Cariz das dificuldades ou limitações por Destacamento Territorial

Tomamos aqui como referência o gráfico O.3 do apêndice O.

Aferimos que Mafra e Vilar Formoso não apresentam dificuldades ou limitações na cooperação em causa, que o relacionamento cooperante no DTer de Alenquer apresenta um “pouco” de dificuldades a nível institucional e que, aquele mesmo relacionamento, no DTer de Sintra se manifesta “suficiente”, no que diz respeito à referida cooperação quer a nível institucional, quer pessoal, quer legal. Segundo o comando do DTer de Torres Vedras, o relacionamento com o Município, legalmente imposto, é “excessivamente” limitativo, enquanto o relacionamento pessoal e institucional apresenta “poucos” obstáculos. No DTer de Vila Franca de Xira são os laços institucionais que criam “bastantes” limitações à cooperação, sendo que, também, existem “suficientes” limitações legais mas, por sua vez, “poucas” de cariz pessoal. O DTer da Guarda apresenta dificuldades “suficientes” na

concretização da cooperação pelas três variáveis estudadas. O DTer de Gouveia apresenta “bastantes” dificuldades na cooperação motivadas pelo nível pessoal, obstáculos “suficientes” ao nível institucional e “poucas” limitações devido ao nível legal. O DTer de Pinhel, por sua vez, manifesta na relação com a câmara, “bastantes” limitações ao nível legal, “suficientes” a nível institucional e “poucas” a nível pessoal.

7.1.4.4. Cariz das dificuldades ou limitações por grupo de Destacamentos Territoriais

Da análise do gráfico O.4, ainda em sede do assunto anterior, mas considerando a média dos dois grupos de Destacamentos, referentes a cada Comando Territorial, salientam-se vários factos. Nos DTer's do CTer da Guarda, os diferentes tipos de dificuldades ou limitações apresentam todos o mesmo nível de relevância. Nos DTer's do CTer de Lisboa são os obstáculos legais que mais interferem na colaboração entre GNR e Município, seguindo-se os obstáculos de cariz institucional e por fim, com menos intromissão na benéfica prossecução da cooperação está o cariz pessoal.

Entre CTer's salientam-se as dificuldades ou limitações de índole pessoal, que diferem, significativamente, sendo mais baixas no CTer de Lisboa.

7.1.5. Comunicação entre GNR e Autarquias

7.1.5.1 Por Destacamento Territorial

Segue a análise do gráfico P.1, presente no apêndice P.

Da interpretação do diagrama que, agora, se apresenta salienta-se o facto da comunicação no âmbito da cooperação aqui estudada ser levada a cabo através de múltiplos meios. No universo em estudo, utilizam-se os seguintes meios para comunicar: pessoal, telefone, e-mail, fax e correio.

Refira-se que o DTer de Gouveia não usa, de todo, e-mail aquando da materialização da cooperação. Em Alenquer “raramente” se usa o e-mail, usando-se o fax e o correio com mais frequência – “frequentemente”. Mafra segue o exemplo de Alenquer no que diz respeito à utilização do e-mail, mas dá primazia, por sua vez, ao contacto pessoal e ao contacto telefónico – “frequentemente”, na comunicação com os respectivos Municípios. Já no DTer de Sintra, qualquer uma das modalidades de comunicação consideradas aquando da elaboração do gráfico, cuja análise nos ocupa, são usadas na prossecução da cooperação, de igual forma – “regularmente”. O DTer de Torres Vedras usa “frequentemente” o contacto pessoal e telefónico, e regularmente os outros meio já citados. Vila Franca de Xira “raramente” usa o contacto telefónico, dando mais ênfase ao contacto pessoal e por correio. O DTer da Guarda usa “frequentemente” os meios de comunicação

citados, excepto o e-mail, que “raramente” é usado. O DTer de Gouveia dá preferência ao contacto pessoal e por correio – “frequentemente”, e usa com “regularidade” o contacto telefónico e o fax. No que respeita ao DTer de Pinhel, este “raramente” usa o e-mail, usando “frequentemente” o contacto pessoal, telefónico e por correio. Por fim, no DTer de Vilar Formoso, usa de forma “regular” as formas de contacto citadas, excepto o meio telefónico e o correio sendo o recuso a estes “frequente”.

7.1.5.2 Por grupo de Destacamentos Territoriais

Tratando, ainda, do mesmo assunto – meios pelos quais que se concretiza a comunicação no âmbito da cooperação que vem sendo estudada – mas agora através da média dos dois grupos de Destacamentos, referentes a cada Comando Territorial, verificamos assim, através do **gráfico P.2**, no apêndice P, que os Destacamentos do Comando Territorial da Guarda utilizam o correio, o fax, o telefone e a comunicação pessoal, com uma frequência ligeiramente superior aos Destacamentos de Lisboa para comunicar com os Municípios. Já, o e-mail é utilizado com mais regularidade em Lisboa, no processo de comunicação com a Câmara municipal.

De salientar que o correio é a forma de comunicação mais usual, essencialmente nos DTer's da Guarda, e o e-mail, o menos fomentado, não obstante, ainda assim, é usado, na comunicação com os Municípios.

7.1.6. Desafios futuros

Se até aqui foram dadas a conhecer e analisadas as questões quantitativas resultantes do tratamento do questionário aplicado, passaremos agora, à análise das duas questões qualitativas a ele, também, inerentes.

Uma **primeira questão** passa por saber o que gostariam os comandantes dos diversos Destacamentos que fosse posto em prática num futuro próximo de forma a melhorar a cooperação.

As respostas aqui analisadas estão emolduradas na **tabela Q.1**, no apêndice Q, de onde verificamos que o Comandante do DTer de Alenquer não responde, Mafra, Sintra e Vilar Formoso referem que nada gostariam de alterar. Vila Franca de Xira e Pinhel são adeptos da criação de dinâmicas sociais que resultem em convívios entre ambas as instituições. Vila Franca de Xira observa que no seu caso particular, a distância à câmara não facilita a relação entre as partes, visto que a sede do destacamento é em outro município – Vialonga. Torres Vedras, por sua vez, desejaria que fosse a autarquia a assumir a responsabilidade pela manutenção dos quartéis da GNR. Já Guarda e Gouveia gostavam que houvesse mais intervenção da Autarquia, respectivamente na “cedência de equipamentos, instalações desportivas e apoio psicossocial” e nas jornadas de segurança.

Numa **segunda** e última **questão**, interrogaram-se os comandantes dos DTer do que gostariam de ver alterado na cooperação. Alenquer não respondeu, Mafra, Sintra e Gouveia referem que nada gostariam de alterar. Menos impedimentos legais é o que defende Torres Vedras e menos dependência do Município em determinadas situações é o proposto pelos DTer's da Guarda e Vilar Formoso. Pinhel e Vila Franca de Xira contornam a questão não respondendo directamente à mesma. O primeiro alerta o carácter político das Autarquias como possível entrave e o segundo DTer, de forma isolada, faz notar que o seu comando ali só dura só há seis meses, o que cria, limitações no relacionamento.

7.2. Analise das entrevistas

A reprodução integral das entrevistas encontra-se no apêndice R, e as expressões fundamentais, que a seguir são analisadas, encontram-se tabeladas no apêndice S.

7.2.1. Análise da Questão 1

Numa análise particularizada da primeira questão aplicada aos autarcas, com vista a aferir em que medida os municípios fazem uso de mecanismos instituídos legalmente, verificamos que a cooperação nos Destacamentos de Lisboa aposta na proximidade e informalidade, apesar dos mecanismos legais existentes. Os Destacamentos da Guarda só mencionam o Concelho Municipal de Segurança, apesar de, ainda, não se ter realizado nenhuma reunião na Câmara Municipal da Guarda.

Num âmbito geral podemos destacar o Conselho Municipal de Segurança como o principal mecanismo legal de cooperação e reflexão entre os dois parceiros aqui tratados, não descorando a existência de outros mecanismos como o Conselho Municipal de Protecção Civil, Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e o Conselho Municipal de Educação.

7.2.2. Análise da Questão 2

No respeitante à segunda questão que tem como objectivo aferir que tipos de laços se encontram subjacentes à cooperação, se formais, se informais, há um consenso. Estes são informais, ou pelo menos, é a forma a que os autarcas entrevistados dão mais valor, apesar de se ter consciência que muita da comunicação estabelecida tem de ser formalizada devido a mecanismos legais que assim o obrigam, como, aliás o, refere o entrevistado no Município da Guarda.

7.2.3. Análise da Questão 3

Da análise da terceira questão que tem como objectivo apurar que contributos ou iniciativas são de parte a parte efectivados pela relação cooperante salientam-se as seguintes acções desenvolvidas pela Câmara: cedência de viaturas, instalações, reboque de viaturas, suporte logístico, requalificação de infra-estruturas, equipamento de instalações e limpeza e jardinagem das mesmas. O tipo das acções desenvolvidas vão de encontro às palavras do Sr. Presidente Fernando Seara, ou seja, a Autarquia contribui ao nível da agilização e do facilitar os mecanismos de suporte dos recursos humanos. É de evidenciar o papel do Município de Sintra que reconhece o mérito dos elementos das Forças de Segurança com medalhas municipais.

Por parte da GNR verificamos que esta, no âmbito das suas atribuições e competências contribui, por exemplo, com a sua presença nos despejos de residências e no “empréstimo” de cavalos a favor de eventos comunitários.

7.2.4. Análise da Questão 4

No que respeita à quarta questão com a qual se pretende apreciar se existem dificuldades na cooperação de que falamos e de que tipo as respostas são unânimes no sentido de não haver entraves na relação entre ambas as instituições.

7.2.5. Análise da Questão 5

No âmbito da quinta questão, a qual tem em vista concluir como se processa a comunicação entre as entidades em causa e quem é a figura que, nesse aspecto, adquire o papel central, pode verificar-se que a comunicação entre ambas as instituições acontece de forma diversificada, consoante o Município. Deste modo, nos DTer's de Lisboa o contacto é iminentemente pessoal, enquanto nos DTer's da Guarda é maioritariamente por telefone ou telemóvel.

Em Mafra a figura tida como central com a qual os contactos são feitos no âmbito da cooperação é o Vereador da Segurança, já em Sintra é o Presidente da Câmara ou o seu gabinete. Na Guarda podem ser várias: ou o coordenador da Protecção Civil ou o Gabinete da Presidência ou os Vereadores ou, mesmo, até os técnicos superiores e em Pinhel é o executivo municipal.

7.2.6. Análise da Questão 6

Chegados à última questão colocada cujo objectivo é descortinar se da parte dos autarcas existe algo que gostassem de ver alterado junto das duas instituições em destaque com vista a maximizar ou melhorar a cooperação entre as mesmas as respostas foram no

sentido de o estado actual da cooperação ser bastante aceitável e satisfatório. Mesmo assim, apesar de Sintra e Guarda alegarem que não gostavam de alterar nem ver nada alterado na cooperação, Mafra, que busca incessante e permanentemente a melhoria, defende que poderiam ser trocadas mais informações entre instituições e, também, Pinhel gostaria de ver algo alterado baseando as melhorias que anseia em mais ajudas exteriores à cooperação, nomeadamente, na maximização de meios, equipamentos e homens.

Capítulo 8

Discussão dos resultados

Introdução

O objectivo deste capítulo é relacionar as hipóteses que atrás deixámos formuladas com os resultados obtidos através dos instrumentos de recolha de dados utilizados.

De salientar, que estes resultados jamais podem ser extrapolados para além do universo de estudo, portanto, além dos Comandos Territoriais da Guarda e de Lisboa.

Através da tabela 8.1, observamos a correlação entre as várias hipóteses formuladas inicialmente e a fonte de respostas às mesmas e obtemos, ainda, de forma sintetizada o resultado da validade das ditas hipóteses. De realçar que a hipótese base e a hipótese 4 além de, tal como as restantes, terem como base com vista à sua observação e comprovação os questionários e as entrevistas têm, ainda, como suporte, atento o mesmo objectivo, a parte teórica do trabalho.

Hipóteses	Parte teórica relacionada	Itens relacionados no questionário	Itens relacionados na entrevista	Verificação
H_base	Capítulo 3	Quadro 1 e 2	Questão 1 e 3	Confirmada
H_1	-	Quadro 1 e 2	Questão 2	Refutada
H_2	-	Quadro 4	Questão 4	Refutada
H_3	-	Quadro 5	Questão 5	Parcialmente válida
H_4	Capítulo 3	Questão 1 e 2	Questão 6	Refutada

Tabela 8.1: Correspondência entre hipóteses e os instrumentos de recolha de dados.

8.1. Discussão de Resultados à luz das hipóteses formuladas

Hipótese Base: A GNR e as Autarquias cooperam através de mecanismos legais e não só, em várias matérias acrescentando um valor perceptível na prevenção da criminalidade.

Ao longo do trabalho constatamos que a GNR e as Autarquias cooperam em várias matérias, através de mecanismos legais e não só o que contribui para um acréscimo perceptível na prevenção da criminalidade, vindo-se assim a confirmar a hipótese base.

São inúmeros os organismos legalmente instituídos que visam proporcionar um espaço de reflexão direccionado para as várias problemáticas sentidas por diferentes sectores da comunidade. Apesar de não serem uma realidade em todos os municípios, os mecanismos legais em que surge interacção entre GNR e Autarquia, são, nomeadamente:

- ✓ O Conselho Municipal de Segurança;
- ✓ O Conselho Local de Acção Social;
- ✓ A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens;
- ✓ A Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- ✓ A Comissão Municipal de Protecção Civil;
- ✓ O Conselho Municipal de Educação;
- ✓ A Comissão Municipal para a Prevenção das Toxicodependências;
- ✓ A Comissão Municipal de Trânsito;

Refira-se que o Conselho Municipal de Segurança, que existe há mais de 15 anos, é aquele em que as Forças de Segurança têm uma presença mais forte e assídua, não obstante, ainda não estar instituído, na prática, em todos os Municípios.

Para além dos espaços de reflexão legalmente instituídos e acabados de mencionar, existem, ainda, como forma legal de materializar a cooperação a que nos vimos referindo, os chamados Contratos Locais de Segurança. No Comando Territorial da Guarda não foi celebrado nenhum contrato deste tipo, até ao momento. Já no Comando de Lisboa, conseguimos aperceber-nos, numa conversa informal com o Coronel Damião – Comandante do Comando Territorial de Lisboa – que existe um contrato deste tipo na zona de acção da GNR em Lisboa mas que abarca, unicamente, uma faixa de cerca de 100 metros em Torres Vedras pelo que estamos a falar de uma área pouco expressiva.

Tanto através destes mecanismos legais como de outros informais o resultado da cooperação entre GNR e municípios materializa-se nas seguintes acções:

- ✓ Cedência de viaturas, instalações, equipamentos, apoios logísticos e informações; aconselhamento/apoio; acção de sensibilização; obras; limpeza e meio ambiente e operações policiais conjuntas, por parte da Câmara Municipal; e,
- ✓ Acções de Sensibilização; Cedência de homens e Informações; aconselhamento/pareceres; operações policiais conjuntas e direcção de programas comunitários, por parte dos destacamentos da GNR.

No âmbito das referidas acções há que destacar dois factos que nos parecem ser relevantes:

O primeiro é que as operações policiais conjuntas acontecem com maior frequência e em maior número relativo no grupo de destacamentos de Lisboa. Ainda que sem qualquer comprovação expressa, e salvo melhor opinião, supomos nós que isso se deva ao facto de existirem corpos de polícia municipal em Lisboa, força que não existe no Distrito da Guarda.

O segundo é que a cedência de viaturas dos Municípios para com os Destacamentos ganha maior ênfase igualmente em Lisboa. Mais uma vez, ainda que sem verificação expressa, temos para nós que esse facto poderá dever-se ao diferente orçamento atribuído a cada Câmara Municipal no âmbito de cada Orçamento de Estado. Neste ponto torna-se importante referir que muitas das viaturas cedidas são adquiridas pelas Câmaras Municipais ao abrigo de contratos de *leasing* pelo que, por esse facto, podem a qualquer momento ser retiradas à GNR, nomeadamente, quando no final dos períodos por que são celebrados os referidos contratos a câmara não opte pela compra efectiva do veículo através do pagamento do seu valor residual. No contexto económico actual de crise esta pode, efectivamente, ser uma razão para que tal aquisição definitiva não aconteça.

Atento o que fica dito, pudemos concluir que surgiu comprovada e verificada a veracidade da hipótese base formulada: a GNR e as Autarquias cooperam através de mecanismos legais e não só, em várias matérias, acrescentando um valor perceptível na prevenção da criminalidade.

Hipótese 1 - A cooperação entre ambas as entidades é maioritariamente formal.

No respeitante à questão da formalidade ou informalidade da cooperação, à qual faz alusão a hipótese 1, sabemos que muita da comunicação tem de ser formalizada devido a mecanismos legais que assim o obrigam. No entanto, segundo os autarcas inquiridos a cooperação alcança um carácter diferente sendo, até, em alguns casos, maioritariamente informal. Verificando, por sua vez as respostas aos questionários por parte dos vários comandantes de destacamento apuramos que a cooperação tem as duas índoles referidas, mas enquanto na generalidade dos Destacamentos do Comando Territorial da Guarda, a cooperação com os Municípios se desenvolve a um nível tanto formal como informal, já nos Destacamentos do Comando Territorial de Lisboa a maioria da colaboração desenvolvida é -o a nível formal.

Como pudemos comprovar, o conjunto das respostas conseguidas tanto através dos questionários como das entrevistas não foi elucidativo no sentido de confirmar, a hipótese formulada, no entanto, sempre pudemos aferir que a cooperação entre ambas as entidades não é unicamente formal nem apenas informal, tomando antes expressão através de ambas as modalidades e dependendo a opção por uma ou outra, da finalidade ou das acções em causa, bem como das pessoas que estão à frente da cooperação.

Hipótese 2: A cooperação entre ambas as entidades administrativas desenvolve-se com menor eficiência, celeridade, satisfação e com mais limitações ou dificuldades no Distrito de Lisboa em relação ao da Guarda

De um modo geral, pela observação dos elementos formulados e aplicados com vista à verificação da presente hipótese, apura-se que tanto nos Destacamentos do CTR de Lisboa como nos Destacamentos do CTR da Guarda a cooperação entre estes e os respectivos Municípios desenvolve-se com uma eficiência, celeridade e satisfação suficientes enquanto as dificuldades e limitações sentidas nessa cooperação, em correlação, são poucas.

Descendo a uma análise mais concreta pudemos verificar que os Destacamentos do CTER de Lisboa apresentam uma eficiência, celeridade e satisfação na cooperação com os respectivos Municípios ligeiramente superior à que se verifica nos Destacamentos do CTER da Guarda, assim como, as limitações ou dificuldades neste são ligeiramente superiores às que se observam naquele.

Assim, através dos questionários aplicados percebemos que a agilização da cooperação é ligeiramente superior nos destacamentos de Lisboa o que contraria a nossa hipótese. Já das entrevistas apuramos que não há dificuldades ou limitações à cooperação, o que nos parece uma informação enviesada e em cuja total veracidade custa a crer atentos os resultados que nos são deixados pelos questionários.

As limitações ou dificuldades a que nos temos vindo a referir são tanto de cariz, pessoal, institucional como legal, dependendo dos Destacamentos e dos Municípios que cooperem. No nosso universo de estudo todos os aspectos de limitações ou dificuldades tem um valor igual a “pouco”, sendo que os atritos pessoais entre os Destacamentos do Comando Territorial de Lisboa e os correspondentes Municípios, são praticamente nulos.

Verificamos assim, em conclusão que a cooperação entre ambas as entidades administrativas desenvolve-se com uma desenvoltura semelhante tanto num Comando Territorial como no outro, se bem que ligeiramente mais eficiente, célere, satisfatória e com menos limitações ou dificuldades em Lisboa.

Hipótese 3: A comunicação entre Autarquia e Destacamentos da GNR é iminentemente por correio e fax, atendendo aos formalismos legais.

Atendendo ao elevado nível de burocracia, hoje em dia, transversal a qualquer instituição ou serviço, suponha-se no início deste trabalho que a comunicação no âmbito da cooperação em estudo fosse por fax e correio pelo que tendo isso como base formulámos a hipótese 3. De facto, contrariamente ao que imaginávamos não só o correio e o fax são dos mais utilizados como ainda o telefone, e a comunicação pessoal. Todos estes meios são usados de forma “regular”, de acordo com o que apuramos nos questionários, ao contrário

do e-mail que “raramente” é usado. Numa análise comparativa concluímos que nas comunicações efectuadas no âmbito da cooperação o fax é utilizado com menos regularidade do que o correio, o telefone e a comunicação pessoal. Quanto ao e-mail há a destacar que apesar de ser um meio raramente utilizado, como aliás já referimos, o mesmo é mais usado entre os Destacamentos do CTER de Lisboa e correspondentes Municípios do que entre os Destacamentos do CTER da Guarda e respectivos Municípios, facto que nos deixa a pensar se tal circunstância não ficará a dever-se á extensão de cobertura das redes aliadas aos meios informáticos que tarda chegar ao interior do país.³⁷

Da interpretação das entrevistas, é a comunicação pessoal e telefónica, que ganha maior expressão na prossecução da cooperação.

Pelo acabado de expor, concluisse que a hipótese 3, nos precisos termos em que se encontra formulada, não é totalmente correcta, pois a comunicação entre destacamentos da GNR e municípios ganha forma, sobretudo, por correio, telefone, contacto pessoal e fax, apesar deste último meio ser ligeiramente menos usado que os primeiros.

Hipótese 4: O estado actual da cooperação é considerado aceitável, não se vislumbrando necessidades de modificações.

Com o intuito de conhecer alterações desejáveis, a **hipótese 4**, e última, foi formulada pensando nos desafios futuros.

O estado actual da cooperação é bastante aceite e satisfatório, porém isso não impede que em determinados campos se aspire a algumas mudanças. Ao longo dos questionários, principalmente, damos conta que em determinadas situações se considera que a GNR está bastante depende dos municípios, nomeadamente, naquilo que podemos chamar os mecanismos de suporte dos recursos humanos, encargo que devia ser da responsabilidade dos comandos superiores da GNR. Considera-se, ainda, que deveria haver menos impedimentos legais, mais participação dos municípios em eventos como as jornadas de segurança e deveriam ser criadas dinâmicas sociais que se traduzissem em convívios entre ambas as instituições.

Outras melhorias e desafios futuros que se anseiam no domínio da cooperação prendem-se com as melhorias das ajudas exteriores a esta, nomeadamente, na maximização de meios, equipamentos e homens, devendo estimular-se mais a troca de informações entre instituições sendo, ainda, defendido, por um elemento questionado, que poderia vir a ser da exclusiva responsabilidade dos municípios a manutenção dos quartéis da GNR.

³⁷ No Distrito da Guarda só os Destacamentos de Gouveia e da Guarda possuem intranet e Rede Nacional de Segurança Interna.

Também ao nível dos mecanismos legais de cooperação se impunha um impulso. De facto, tanto os Contratos Locais de Segurança, como os Conselhos Municipais de Segurança, são uma realidade que está, de alguns anos para cá, a ser implementada, no entanto, no nosso universo de estudo, apesar de já existirem os segundos, como atrás já demos conta, ainda não tomaram forma os primeiros, sendo que no que respeita a estes, está previsto para este ano, um balanço dos resultados dos contratos até agora celebrados a fim de alargar tal projecto a outros municípios, eventualmente, àqueles de que aqui tratamos.

Em jeito de conclusão, e atenta a hipótese formulada, podemos dizer que o estado actual da cooperação é considerado suficientemente aceitável, não obstante poder ser, efectivamente, mais satisfatório. Com vista a este objectivo vislumbra-se que possam vir a ocorrer alterações nos diferentes níveis da cooperação que aqui vem sendo estudada não só pelo aumento de novos laços entre GNR e os municípios, mas também, pela alteração de alguns comportamentos e responsabilidades.

Capítulo 9

Conclusão

Introdução

Atento o que para trás se deixou exposto é chegado o momento de concluir a presente investigação. A mesma, que aqui finda, encontra-se bipartida. A primeira parte enquadra o tema que nos propusemos tratar, teoricamente enquanto, a segunda, o apresenta de uma forma prática seguindo uma metodologia científica. Após esses dois momentos acabámos por chegar a este capítulo conclusivo através do qual, não só, será dada resposta à problemática que ao longo do presente trabalho nos ocupou como, ainda, dado o veredicto final no que respeita aos objectivos e às hipóteses enunciadas inicialmente. Finalmente, realizaremos uma autoavaliação do presente trabalho, faremos um balanço dos resultados obtidos, daremos a conhecer as limitações encontradas durante a execução do mesmo e, finalmente, aproveitaremos para deixar algumas sugestões tendo em vista futuras investigações.

9.1. Verificação das hipóteses

Depois da discussão de resultados à luz das hipóteses formuladas podemos retirar as seguintes conclusões:

Da verificação das hipóteses apenas a hipótese base foi confirmada de forma elucidativa atestando os resultados obtidos com vista à comprovação da mesma que a GNR e os Municípios cooperam através de mecanismos legais, como são as Comissões Municipais, e não só. Quanto aos Contratos Locais de Segurança e os Conselhos Municipais de Segurança são uma realidade constatada em Portugal, porém, no nosso Universo de estudo, pudemos afirmar que os primeiros não existem e os segundos, ainda, não tiveram expressão prática em todos os municípios, como já em momento anterior, neste trabalho, tivemos oportunidade de verificar e referir. Cooperam, ainda, de diversas outras formas sendo, disso, exemplo as operações policiais conjuntas. A cooperação acrescenta, assim, um valor perceptível e importante na prevenção da criminalidade.

No que concerne à verificação da hipótese 1 pudemos concluir que a cooperação entre ambas as entidades que aqui tratamos não é unicamente formal nem unicamente informal, mas sim ambas as modalidades, dependendo estas da finalidade ou das acções em causa, bem como das pessoas que dirigem a cooperação. Assim, não sendo esta

cooperação maioritariamente formal, a presente hipótese, tal como se encontra formulada, sai refutada.

Relativamente à hipótese 2, a cooperação entre ambas as entidades administrativas desenvolve-se com uma eficiência, celeridade, satisfação e com limitações ou dificuldades semelhantes no Distrito de Lisboa e Guarda, se bem que ligeiramente mais ágil e com menos obstáculos em Lisboa, o que nos leva a refutar a respectiva hipótese.

Já no que respeita à verificação da hipótese 3 pode concluir-se que a comunicação entre municípios e destacamentos da GNR ganha forma sobretudo por correio, telefone, contacto pessoal e fax, apesar deste último meio ser ligeiramente menos usado que os primeiros. O e-mail também é usado na comunicação entre município e destacamento territorial, porém, poucas vezes. Através das entrevistas verificámos que o relacionamento pessoal e por telefone é o mais habitual. Desta análise concluímos que a hipótese em causa é parcialmente válida, pelo facto de o correio ser dos meios de comunicação mais usados na cooperação e o fax não ser tão preponderante.

Quanto à confirmação da última hipótese formulada - hipótese 4 - resultou que o estado actual da cooperação é considerado aceitável, porém poderia ser mais satisfatório, vislumbrando-se, assim, vários desafios para o futuro, como o aumento da rede de Contratos Locais de Segurança e a alteração de alguns comportamentos e responsabilidades, como o sugere uma das personalidades inquiridas, que propõe passar-se a responsabilidade da manutenção dos quartéis para os municípios. A hipótese a que agora nos referimos resulta refutada, pois as alterações no universo da cooperação são uma necessidade constante.

9.2. Reflexões finais

Da questão chave “Como se materializa a cooperação existente entre a Guarda Nacional Republicana e as Autarquias?” podemos responder de acordo com a verificação de hipóteses que desenvolvemos, que a cooperação se materializa através de: cedência de viaturas, instalações, equipamentos, apoios logísticos e informações; aconselhamento/apoio; acções de sensibilização; obras; limpeza e meio ambiente e operações policiais conjuntas, por parte da Câmara Municipal; e, acções de sensibilização; cedência de homens e informações; aconselhamento/pareceres; operações policiais conjuntas e direcção de programas comunitários, por parte dos Destacamentos da GNR.

Existem vários mecanismos legais que concretizam a cooperação – o Conselho Local de Acção Social; a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; a Comissão Municipal de Protecção Civil; o Conselho Municipal de Educação; a Comissão Municipal para a Prevenção das

Toxicodependências; a Comissão Municipal de Trânsito; e outros consoante o Município em causa.

Assim sendo, consoante as circunscrições administrativas, a cooperação é diferenciada, multifacetada, elaborada de formalismos legais e de relações informais. É aceitável e suficientemente satisfatória vislumbrando-se no entanto, vicissitudes na mesma.

Os objectivos propostos inicialmente foram atingidos concebendo-se, desta forma, um balanço e uma auto-avaliação positivos dos resultados obtidos.

9.3. Recomendações

Foi de forma incisiva mencionado, essencialmente, nas entrevistas que as relações de cooperação entre as entidades em estudo dependem de quem está à frente, portanto de quem dá a cara por cada uma das entidades, e da boa relação que se crie entre estes. Assim, a cooperação estudada parece variar consoante quem personaliza cada instituição, o que significa que quando terminar o actual mandato autárquico ou quando o comandante de Destacamento mudar, pode alterar-se muita coisa na cooperação. Dado que a relação de cooperação parece ter a dependência aludida, incidir maior formação dos comandantes da GNR em relações públicas é uma modesta recomendação para que as parcerias mais facilmente surjam e se mantenham saudáveis em benefício da comunidade.

As forças policiais podem dividir responsabilidades no ramo da segurança, mas nunca devem criar ou deixar que se criem interdependências tais, que fique em causa a acção de comando ou a autoridade pública da força.

9.4. Limitações

Ao longo da concretização do presente trabalho ocorreram algumas limitações, umas contornáveis, outras nem tanto. As contornáveis prendem-se com o tempo disponível, dois meses, e com os meios ao dispor do investigador. Estas limitações determinaram, ainda, uma maior restrição do universo de estudo.

Menos contornável foi o caso de as entrevistas aos autarcas não terem sido de aplicação fácil, essencialmente, pelo facto de a informação necessária, desse órgão, não estar centralizada numa só pessoa, o que levou a que no seio do município tivesse chagado a haver dúvidas sobre quem seria a pessoa mais adequada e preparada a responder à entrevista. Estas dúvidas custaram tempo ao trabalho aqui apresentado. Outra limitação menos contornável foi o facto de comparar Destacamentos de dois Comandos Territoriais, resultando assim, uma população por cada Comando Territorial, diminuta – quatro ou cinco comandantes de Destacamento, o que cria dificuldades na extrapolação de resultados.

9.5. Investigações futuras

Tendo como ponto de partida um Destacamento Territorial e os Municípios respeitantes à sua área de acção, seria interessante efectuar um estudo de caso, um estudo aprofundado da relação entre esse Destacamento e os diferentes Municípios.

Por fim, numa vertente administrativa, calcular o valor dos contributos das Autarquias para com a GNR, desde instalações, viaturas, meios logísticos entre outros, podia igualmente ser um desafio curioso.

.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS:

Almeida, J. F., & Pinto, J. M. (1981). *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.

Amaral, D. F. (2003a). *Curso de Direito Administrativo* (2ª ed., Vol. I). Coimbra: Almedina.

Amaral, D. F. (2003b). *Curso de Direito Administrativo* (2ª ed., Vol. II). Coimbra: Almedina.

Canotilho, G., & Moreira, V. (1993). *Constituição da República Portuguesa anotada* (3ª ed., Vol. II). Coimbra: Coimbra Editora.

Guarda Nacional Republicana. (1996). *Manual de Operações* (Vol. I). Lisboa: Ministério da Administração Interna.

Zbyszewski, J. P. (2006). *O financiamento das Autarquias Locais Portuguesas*. Coimbra: Almedina.

ARTIGOS EM REVISTA:

Alves, A. C. (Julho-Setembro de 2005). A GNR como Organização. *Pela Lei e Pela Grei*, pp. 6-15.

Azevedo, M. J. (1998). O Papel Das Autarquias No Combate á Insegurança Urbana. *Revista de ciência e cultura: Lusíada*, pp. 47-53.

Rocha, M. F. (2009). A Segurança Nacional e a Problemática do Sistema Policial Dualista. *Revista Proelium*, nº 12, pp. 11-73.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. (2002). Prevenção na Família, na Escola, na Comunidade. *Revista Cidade Solidária*.

Sousa, A. F. (2003). Polícia Administrativa: Autoridades, Órgãos e Competências. *Polis: Revista de Estudos Jurídico-Políticos*.

Teodora, A. C. (2008). Território Urbano, Poder, Conflito e Desenvolvimento. Uma Visão Sociológica. *Revista Proelium*, nº 9, pp. 93-107.

TESES:

Leal, A. L. (2009). *A Actual Compreensão do Conceito de Poder de Polícia Administrativa sob a Perspectiva de Novos Elementos*. Lisboa: FDL.

INSTITUIÇÕES ON-LINE:

Associação Nacional de Municípios Portugueses. (Julho de 2010). *Municípios*. Obtido em 12 de Julho de 2010, de

http://www.anmp.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=67&Itemid=58

Direcção Geral da Administração e do Emprego Público. (s.d.). *Organização da Administração do Estado*. Obtido em 11 de Maio de 2010, de Direcção Geral da Administração e do Emprego Público: <http://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=a5de6f93-bfb3-4bfc-87a2-4a7292719839>

Guarda Nacional Republicana. (09 de 04 de 2003). *Segurança Solidária*. Obtido em 23 de 06 de 2010, de Guarda Nacional Republicana:

http://www.gnr.pt/portal/internet/seguranca_solidaria/default.asp

Ministério da Administração Interna. (2009). *Programas específicos de policiamento ou de prevenção ou de acção especiais*. Obtido em 14 de 06 de 2010, de Portal da Segurança:

http://www.portalseguranca.gov.pt/mediawiki/index.php/Programas_espec%C3%ADficos_de_policiamento_ou_de_preven%C3%A7%C3%A3o_ou_de_ac%C3%A7%C3%A3o_especiais_-_Toc225783083

Ministério da Administração Interna. (27 de Março de 2010). *Temas do momento*. Obtido em 15 de Julho de 2010, de Ministério da Administração Interna:

<http://www.mai.gov.pt/index.php?s2=arqactualidades&actualidade=167>

PUBLICAÇÕES ON-LINE:

Cardoso, S. H. (Agosto de 2001). *As Necessidades Vitais dos Bebés*. Obtido em 09 de 06 de 2010, de Brain & Mind:

http://www.cerebromente.org.br/n13/experiment/affective/rhesus_p.html

Contrato Local de Segurança do Município de Loures. (12 de Setembro de 2008). *Protocolo de Celebração do Contrato Local de Segurança no Município de Loures*. Obtido em 15 de Julho de 2010, de Câmara Municipal de Loures:

http://www.cm-loures.pt/doc/CLS/Protocolo_CMLoures.pdf

Cracel, D. (03 de Agosto de 2009). *A Ciência do Amor: Harry Harlow & a Natureza do Afeto*. Obtido em 09 de 06 de 2010, de Crescer Psicologia:

<http://psicologianaatualidade.blogspot.com/2009/08/ciencia-do-amor-harry-harlow-natureza.html>

Machado, M. (22 de Fevereiro de 2010). *A Nova Orgânica da GNR*. Obtido em 11 de Junho de 2010, de Operacional: <http://www.operacional.pt/a-nova-organica-da-gnr/>

Menezes, P. (23 de Dezembro de 2009). *Bioestatística aplicada - Amostragem*. Obtido em 09 de Julho de 2010, de Laboratório de Instrumentação e Acústica:

http://lia.uncisal.edu.br/ensino/pdf2/B_Bioestatistica_aula6.pdf

Santos, J. R. (Dezembro de 1999). *Textos de Apoio: Excertos de Publicações*. Obtido em 15 de Julho de 2010, de Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora:

http://www.cidehus.uevora.pt/investigacao/progcien/linv/l3/ics/capitulos/3_textos_de_apoio/3_2/nota_previa/index.htm

OUTROS:

Academia Militar. (Janeiro de 2008). *Orientações para Redacção de Trabalhos*. Lisboa: Direcção de ensino.

BioEstatístico. (27 de 04 de 2009). Obtido em 06 de 07 de 2010, de youtube:
http://www.youtube.com/watch?v=6x0_LUnXR1E

Costa, H. L.; Lobo, J. M.; Nunes, C. M. (2005). O Papel dos Poderes Públicos e da Sociedade Civil. *Seminário Cidadania e Discriminação* (pp. 73-77). Lisboa: ACIME.

Protocolo entre a Direcção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos do Ministério da Administração Interna e Município da Guarda e a Guarda Nacional Republicana. (22 de Abril de 2008). Guarda

Santos, J. R. (2007). Metodologia das Ciências Sociais. *Documento de Estudo*. Lisboa: Academia Militar.

Sistema de Segurança Interna. (2010). *Relatório Anual de Segurança Interna 2009*. Lisboa.

LEGISLAÇÃO:

Carta Europeia de Autonomia Local, aprovada em 1985 pelo Conselho Europeu.

Constituição da Republica Portuguesa – VII Revisão Constitucional (2005)

Decreto-Lei 264/02, de 25 de Novembro – Transfere competências dos Governos Cívicos para as Câmaras.

Decreto-Lei 310/02, de 18 de Dezembro de 2002 – Regula o regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas Câmaras Municipais de actividades diversas anteriormente cometidas aos Governos Cívicos.

Decreto-Lei 433/82, de 27 de Outubro – Regulamento Geral das Contra-ordenações.

Decreto-Lei 7/03, de 15 de Janeiro – Regulamenta os Conselhos Municipais de Educação.

Decreto-Lei 7/03, de 15 de Janeiro – Regulamenta os Conselhos Municipais de Educação.

Lei 14/04, de 8 de Maio – Cria as Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Lei 147/99, de 1 de Setembro – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Lei 159/99, de 14 de Setembro – Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais.

Lei 169/99, de 18 de Setembro de 1999 – Estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos Municípios e das Freguesias.

Lei 19/04, de 20 de Maio – Define o regime e forma de criação das Polícias Municipais.

Lei 27/96, de 01 de Agosto – Estabelece o regime jurídico da Tutela Administrativa.

Lei 33/98, de 18 de Julho – Cria os Conselho Municipal de Segurança.

Lei 53/08, de 29 de Agosto – Aprova a **Lei** de Segurança Interna.

Lei 63/07, 6 de Novembro – Lei Orgânica da GNR.

Lei 65/07, de 12 de Novembro – Define o enquadramento institucional e operacional da Protecção Civil no âmbito municipal.

Portaria 1450/08, de 16 de Dezembro – Estabelece a organização interna das unidades Territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva da Guarda Nacional Republicana.

Resolução do Conselho de Ministros 197/97, de 18 de Novembro de 1997 – Consagra o Conselho Local de Acção Social.

APÊNDICES

Apêndice A

Objectivo geral e objectivos específicos

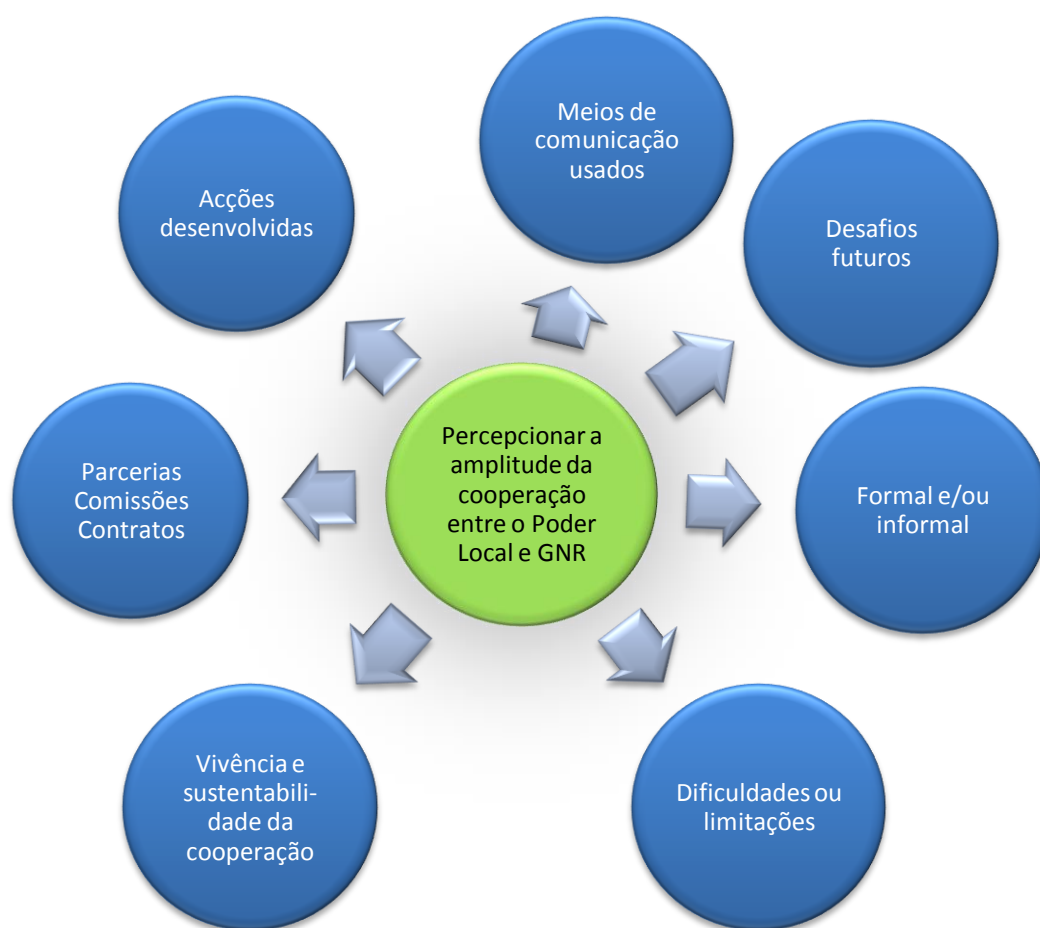


Figura A.1: Objectivo geral e objectivos específicos.

Apêndice B

Delimitação do Objecto de Estudo



Figura B.1: Delimitação do objecto de estudo na parte prática do trabalho.

Apêndice C

Metodologia da Investigação

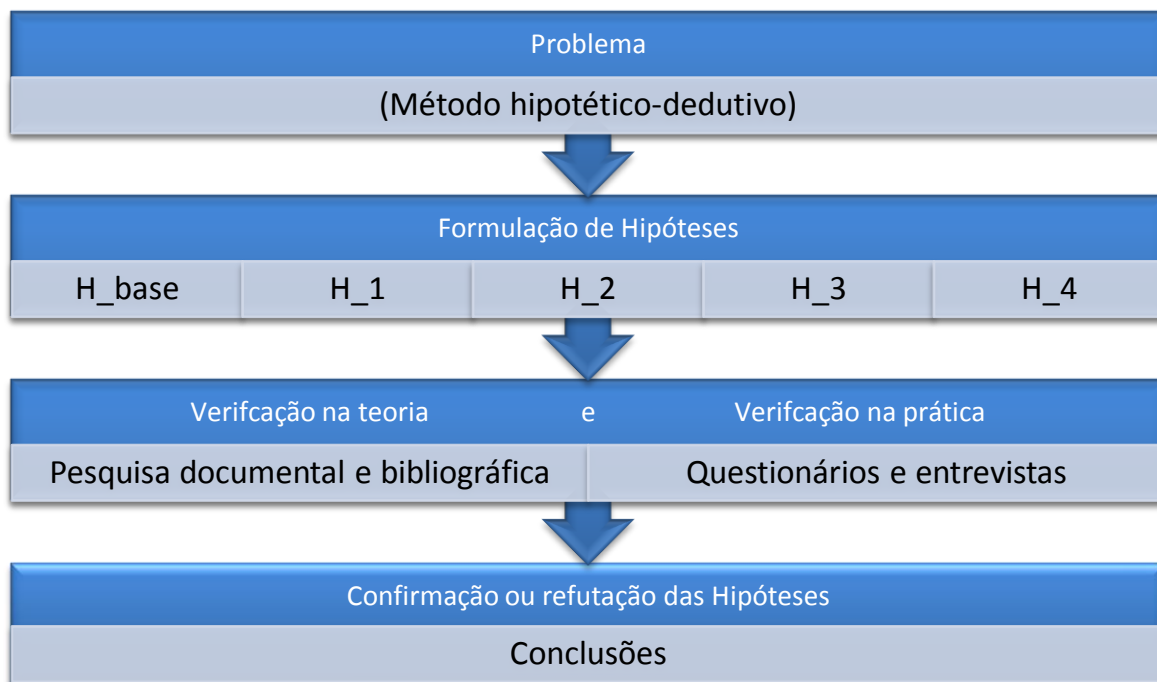


Figura C.1: Metodologia da Investigação.

Apêndice D

Estrutura do Trabalho

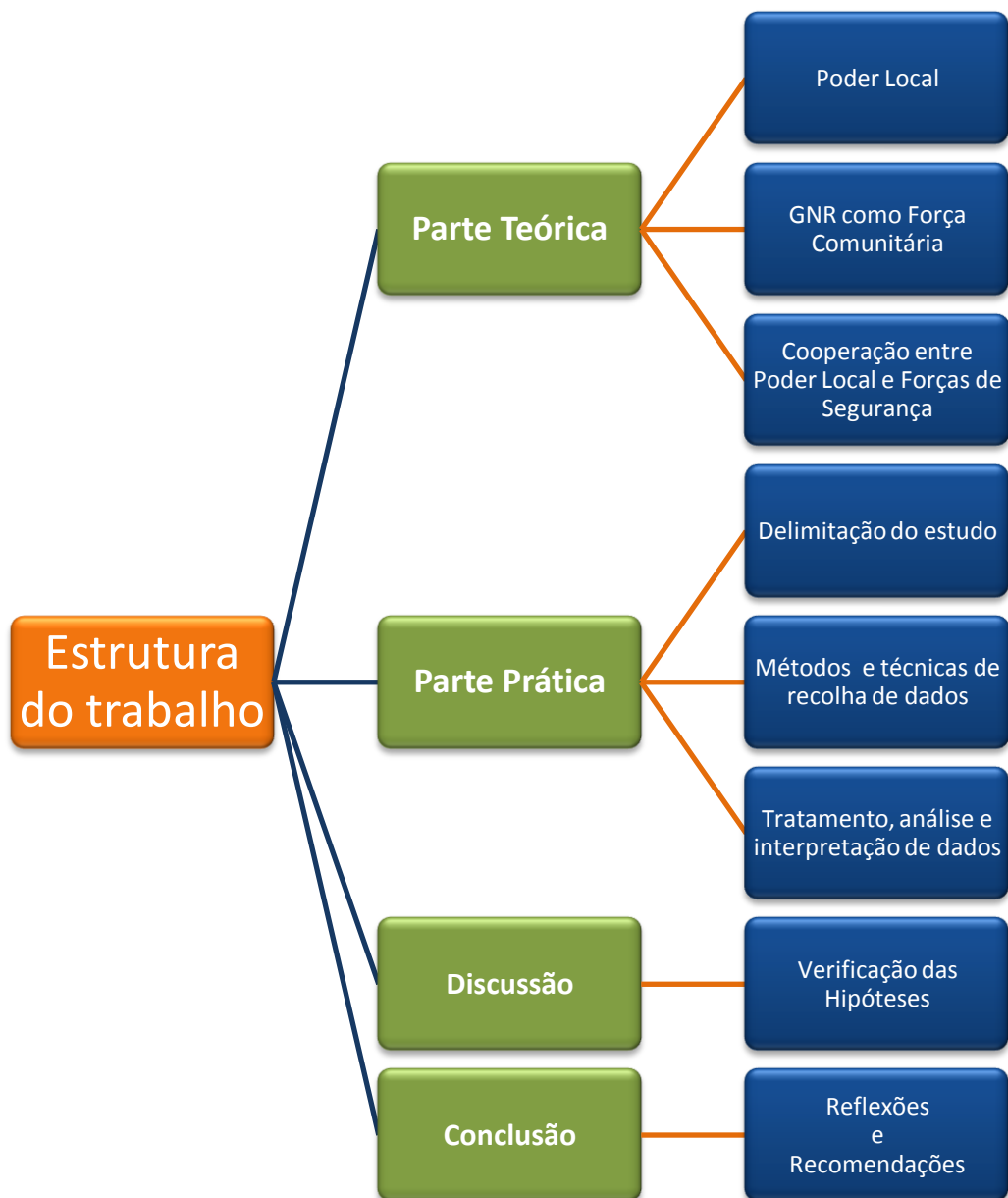


Figura D.1: Estrutura do trabalho.

Apêndice E

Organização da Administração do Estado



Fonte: Adaptado de Direcção Geral da Administração e do Emprego Público (2010).

Figura E.1: Organização da Administração do Estado.

Apêndice F

O poder administrativo das Autarquias Locais e das Forças de Segurança

A expressão “poder administrativo” é muitas vezes interpretada com autoritarismo inerente à Administração Pública e por esse facto assistimos actualmente à substituição desta denominação por “polícia administrativa”, a qual exerce o poder de polícia. Por Odete Medauar “poder de polícia é a actividade da Administração Pública que impõe limites a direitos e liberdades” (Leal, 2009, p. 15), porém segundo Marcelo Caetano, apesar das restrições que limitam a liberdade individual não é inimigo da liberdade. Este autor define assim polícia administrativa como “o modo de agir administrativamente para evitar que os perigos se transformem em danos”. (Leal, 2009, p. 18)

É correcto denominar as Forças de Segurança, assim como as Autarquias de “polícias administrativas”, no entanto as manifestações do poder administrativo, bem como o poder de coercibilidade, variam. Enquanto as Autarquias emanam regulamentos legitimados pelo artigo 241º CRP, concedem alvarás, licenças, autorizações e exercem actos de fiscalização, as Forças de Segurança manifestam o seu poder através das medidas de polícia enunciadas na Lei de Segurança Interna³⁸ (LSI), nomeadamente no artigo 28º, “identificação de pessoas suspeitas”, “interdição temporária de acesso e circulação de pessoas e meios de transporte”, “evacuação ou abandono temporários de locais ou meios de transporte” e “remoção de objectos, veículos ou outros obstáculos colocados em locais públicos sem autorização que impeçam ou condicione a passagem para garantir a liberdade de circulação em condições de segurança”.

Constitucionalmente e segundo Jorge Miranda, podemos referir que a polícia é uma manifestação ou modo de ser da Administração Pública, por esta enquadrar o poder de polícia (art. 272º) no Título IX que se intitula “Administração Pública”. Nesse título os princípios da Administração Pública contidos no artigo 266º também se aplicam às forças policiais (Leal, 2009, p. 27). Porém, Gomes Canotilho e Vital Moreira salientam que apesar deste enquadramento da “polícia” no Título da Administração Pública, não estamos somente perante uma “polícia administrativa”, mas também perante uma “polícia judiciária”³⁹ – menos preventiva e mais repressiva. (Canotilho & Moreira, 1993, pp. 954-955)

³⁸ Lei nº 53/2008 de 29 de Agosto.

³⁹ Segundo o professor Marcello Caetano “a polícia judiciária tem por fim efectuar a investigação dos crimes e descobrir os seus agentes, proceder à instrução preparatória dos respectivos processos, e organizar a prevenção da criminalidade, especialmente da habitual” (...) “Tudo o que não pertence ao âmbito da polícia judiciária integra-se no conceito de polícia administrativa” (Amado, 1994, p. 25).

Através deste enquadramento jurídico, reparamos que as Autarquias e Forças de Segurança são duas entidades administrativas pertencentes à Administração pública, em prossecução do bem comum, que em cooperação, através de normas concretizadas ou informais, mais facilmente alcançaram esse bem.

Apêndice G

Divisões Administrativas Básicas da Administração Local



* Ainda por instituir

Figura G.1: Divisões Administrativas Básicas da Administração Local.

Apêndice H

Municípios associados aos Destacamentos da GNR e dados demográficos

UNIDADES ESTATÍSTICAS Destacamento Territorial	Municípios na ZA do DTER	Área Km ²	Nº Habitantes (Hab)	Densidade populacional Hab/km ²
Pinhel	Mêda	286	5 879	21
	Pinhel	485	10 182	21
	Trancoso	362	10 512	29
	Vila Nova de Foz Côa	398	8 106	20
Gouveia	Aguiar da Beira	207	6 262	30
	Fornos de Algodres	131	5 368	41
	Gouveia*	301	15 628	52
	Seia	436	27 285	63
Vilar Formoso	Almeida	518	7 402	14
	Figueira de Castelo Rodrigo	509	6 723	13
Guarda	Celorico da Beira	247	8 683	35
	Guarda*	712	44 264	62
	Manteigas	122	3 768	31
	Sabugal	823	13 769	17
4	14	5 537	173 831	31

* Concelhos que também possuem policiamento da PSP.

Fonte: Adaptado de Associação Nacional de Municípios Portugueses (2010).

Tabela H.1: Dados referentes aos Municípios adstritos ao Comando Territorial da Guarda e respectivos dados demográficos.

UNIDADES ESTATÍSTICAS Destacamento Territorial	Municípios na ZA do DTER	Área (km ²)	Nº Habitantes (Hab)	Densidade populacional (Hab/km ²)
Mafra	Mafra* **	292	66 453	228
Alenquer	Alenquer	304	44 791	147
	Azambuja	263	21 748	83
	Cadaval	175	14 525	83
Sintra	Cascais* **	97	185 279	1910
	Sintra* **	319	428 470	1343
Vila Franca de Xira	Arruda dos Vinhos	78	11 795	151
	Loures*	169	197 567	1169
	Vila Franca de Xira*	318	137 915	434
Torres Vedras	Lourinhã	147	25 157	171
	Sobral de Monte Agraço	52	10 185	196
	Torres Vedras*	407	76 696	188
5	12	2 621	1 220 581	466

* Concelhos que também possuem policiamento da PSP.

** Concelhos que também possuem Polícia Municipal.

Fonte: Adaptado de Associação Nacional de Municípios Portugueses (2010).

Tabela H.2: Dados referentes aos Municípios adstritos ao Comando Territorial de Lisboa e respectivos dados demográficos.

Apêndice I

Questionário

O questionário é constituído por 5 quadros de questões fechadas e duas questões de resposta aberta.

Os quadros 1 e 2, sendo o sumo do estudo empírico, dão resposta à variedade de acções que se desenrolam entre GNR e Autarquia Local, bem como a sua frequência e a sua formalidade ou informalidade. Há, ainda, espaço para cada acção ser descrita ou objectivada.

Os quadros 3, 4 e 5 servem para conhecer melhor a relação entre ambas as entidades. Conhecer a sua sustentabilidade, a sua agilização, suas dificuldades e formas de comunicar.

As duas últimas questões, de resposta aberta, inclinam-se na perspectiva dos desafios futuros à cooperação.

A Tabela I.1 mostra a relação entre variáveis e a objecção às mesmas no questionário.

VARIÁVEIS	RESPOSTA NO QUESTIONÁRIO
Produtos da cooperação	Quadro 1 e
Formalidade/Informalidade	Quadro 2
Sustentabilidade e agilização da cooperação	Quadro 3 Quadro 4 Quadro 5
Desafios futuros	Questão 1 e 2

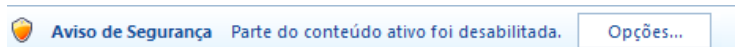
Tabela I.1: Relação entre variáveis e as respostas do questionário.

QUESTIONÁRIO


Procedimento de preenchimento do questionário interativo:

Procedimento para o uso do Office 2007

Quando abrir o documento, aparecerá em cima da régua uma barra de "**Aviso de Segurança**". Clique na guia "**Opções**" e escolha "**Activar este conteúdo**". Depois clique em ok.



Procedimento para o uso do Office 2003

Quando abrir o documento, aparecerá uma caixinha mostrando um ícone "Modo design" . Clique para desativar o modo e poder preencher o formulário.

SR. COMANDANTE DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE

Com a perspectiva de conhecer e melhorar os elos cooperantes entre esta força de segurança e as Autarquias, pretende-se com o presente questionário **conhecer o estado da cooperação existente entre as referidas entidades.**

Assim, a sua ajuda que, desde já, muito agradecemos, torna-se indispensável.

INSTRUÇÕES:

- Responda de acordo com a realidade do **Destacamento Territorial que comanda;**
- Preencha os **quadros 1 e 2**, conforme se indica:
 - Na 2ª coluna clique no respectivo quadrado de forma a mencionar a **frequência** da acção descrita na 1ª coluna, sendo que "**0**" corresponde a **Nunca**, "**1**" corresponde a **Raramente**, "**2**" a **Regularmente**, "**3**" a **Frequentemente** e "**4**" a **Sempre**;
 - Na 3ª coluna clique no respectivo quadrado conforme se trate de uma acção Formal (F), Informal (I) ou ambas;
 - Na 4ª coluna descreva **extensivamente** as acções e/ou objectivos pretendido dos eventos tidos como existentes na 2ª coluna

QUADRO 1 – COLABORAÇÃO DA GNR NA COOPERAÇÃO (SÓ REFERENTE AO CONTRIBUTO DA GNR)

1ª	2ª					3ª		4ª
Acções	Frequência					Formal/ informal		Descrição das acções e/ou Objectivos
	0	1	2	3	4	F	I	
Acções de Sensibilização (ex: burlas, incêndios, droga)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Cedência de homens (ex: eventos desportivos sem cobrar gratificado)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Cedência de Informações (ex: ofícios, estatísticas)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Aconselhamento/pareceres (ex: factores de risco)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Operações policiais conjuntas – iniciativa da Autarquia (ex: estabelecimentos de restauração e bebidas)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Programas comunitários (ex: comércio seguro, idosos em segurança, escola segura)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
OUTRA (S) -	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

QUADRO 2 – COLABORAÇÃO DA AUTARQUIA NA COOPERAÇÃO (SÓ REFERENTE AO CONTRIBUTO DAS AUTARQUIAS)

1ª	2ª					3ª		4ª
Acções	Frequência					Formal/ informal		Descrição das acções e/ou Objectivos
	0	1	2	3	4	F	I	
Apoio logístico, nomeadamente cedência de:								
- Viaturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
- Instalações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
- Equipamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
- Outros apoios logísticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Cedência de informações (ex: ofícios, plantas de casas)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Aconselhamento/apoio (ex: apoio psicológico)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Sensibilização (ex: matérias ambientais)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Obras (ex: obras no quartel)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Limpeza e meio ambiente (ex: limpeza do quartel, jardins)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Operações policiais conjuntas – iniciativa da GNR	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
OUTRA (S) -	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

NOS QUADROS QUE SE SEGUEM MENCIONE A OPÇÃO QUE SUPÕE SER MAIS CORRECTA CLICANDO NO RESPECTIVO QUADRADO

Quadro 3

Quantas **Câmaras Municipais** pertencem à área do Destacamento Territorial que comanda?

Se respondeu 2 ou mais, essa cooperação é semelhante com todas as Câmaras? SIM ☐ NÃO ☐

Quadro 4

Em relação à cooperação entre o Destacamento Territorial que comanda e as Câmaras Municipais pertencentes à sua Zona de Acção:


	Não	Pouco	Suficiente	Bastante	Excessivo
É célere?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É eficiente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É satisfatória?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existem dificuldades ou limitações?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se respondeu que existem dificuldades ou limitações, estas são de que ordem:					
Institucional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Legal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quadro 5

Quais são os canais de comunicação utilizados e com que frequência?

	Nunca	Raramente	Regularmente	Frequentemente	Sempre
Pessoalmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Telefone	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
E-mail	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fax	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Correio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro(s)/Quais(s) -	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Questão 1. O que gostaria de pôr em prática num futuro próximo de forma a melhorar essa cooperação?

A large, empty rectangular text input field with a thin black border. It includes standard scrollbars on the right and bottom edges.

Questão 2. O que gostava de ver alterado nesta cooperação?

A large, empty rectangular text input field with a thin black border. It includes standard scrollbars on the right and bottom edges.

Guarde o questionário no seu computador e **envie** para capelo.odm@gnr.pt

OBRIGADO!

Apêndice J

Entrevista - Carta de apresentação e guião

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Esta entrevista insere-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau Mestre em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança – Curso de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana, subordinado ao tema “**A Cooperação institucional entre a Guarda Nacional Republicana e o Poder Local na prevenção da criminalidade**”.

A presente entrevista tem como objectivo a recolha de dados referentes à extensão da cooperação entre os Destacamentos Territoriais da GNR e as Câmaras Municipais.

Com vista a alcançar o objectivo, torna-se fundamental entrevistar as entidades que, como V.Ex.^a, colaboram neste âmbito com a GNR, trazendo a esta maior eficácia e eficiência.

Esta entrevista visa essencialmente desenvolver uma relação com os questionários aplicados aos Destacamentos Territoriais da GNR de forma a responder à pergunta de partida formulada no início do presente Trabalho.

Assim, solicito a V.Ex.^a que me conceda esta entrevista que servirá de suporte para atingir os objectivos desta investigação.

Grato pela sua Colaboração

Atenciosamente

Óscar Capelo

ASP - CAV da GNR

GUIÃO DE ENTREVISTA

TEMA: A Cooperação institucional entre a Guarda Nacional Republicana e o Poder Local na prevenção da criminalidade.

PROBLEMA: Como se materializa a cooperação entre a Guarda Nacional Republicana e as Autarquias?

1) Objectivos gerais:

- a) Percepcionar a dimensão da cooperação e dos mecanismos que a regulam;
- b) Obter informações sobre as vínculos legais e relações informais que preceituam a cooperação;
- c) Conhecer as acções desenvolvidas por ambos os intervenientes no âmbito da cooperação;
- d) Conhecer a sustentabilidade da cooperação;

2) Conteúdos Temáticos:

Bloco A: Validação da entrevista

Bloco B: Mecanismos de cooperação

Bloco C: Produtos da cooperação

Bloco D: Sustentabilidade da cooperação

Bloco E: Desafios futuros

Bloco	Objectivos Específicos	Formulários de Perguntas
Bloco A: Apresentação e validação da entrevista	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do entrevistador; - Explicar os objectivos gerais da entrevista; - Estabelecer um ambiente de calma e confiança; - Validar a entrevista; - Motivar o entrevistado. 	<p>Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de fazer alguma questão relativa ao trabalho ou à entrevista?</p> <p>Permite que esta entrevista seja gravada e utilizada como base de sustentação no Trabalho de Investigação Aplicada que estou a elaborar?</p> <p>Existe algum inconveniente em responder às questões desta entrevista?</p>
Bloco B: Mecanismos de cooperação	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer parcerias comissões e contratos existentes que efectivam a cooperação; 	<p>1- Que mecanismos legais dispõe o Município, em cooperação com a GNR, no combate à criminalidade?</p>
Bloco C: Produtos da cooperação	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer detalhadamente, de parte a parte, as acções desenvolvidas respeitantes à cooperação de ambas as instituições; 	<p>3- Num âmbito geral, tanto formal como informal, que contributos ou iniciativas são, de parte a parte, efectivados por esta relação cooperante</p>
Bloco D: Sustentabilidade da cooperação	<ul style="list-style-type: none"> - Obter informações sobre a vivência e sustentabilidade da cooperação. - Conhecer a razão das possíveis dificuldades ou limitações. - Conhecer se a cooperação é formal e/ou informal. - Conhecer os meios de comunicação mais usados na lida da cooperação 	<p>2- A cooperação entre Autarquia e GNR é toda ela formal ou também se criam laços informais?</p> <p>4- Sente dificuldades ou limitações, nessa cooperação entre GNR e Autarquia? Existindo são de cariz legal, institucional ou pessoal?</p> <p>5- Como é que se processa a comunicação entre as entidades e quem é que por norma dá a cara nesta cooperação?</p>
Bloco E: Desafios futuros	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer eventuais desafios futuros no clima da cooperação. 	<p>6-Para finalizar, gostava de alterar algo ou ver algo alterado nestas instituições para maximizar e melhorar esta cooperação?</p>

Tabela J.1: Relação entre bloco de variáveis, objectivos específicos e perguntas da entrevista.

ENTREVISTA

Entrevistador: Aspirante GNR Óscar Capelo

Dados do Entrevistado:

Nome:

Função:

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de fazer alguma questão relativa ao trabalho ou à entrevista?

Permite que esta entrevista seja gravada e utilizada como base de sustentação no Trabalho de Investigação Aplicada que estou a elaborar?

Existe algum inconveniente em responder às questões desta entrevista?

1- Que mecanismos legais dispõe o Município, em cooperação com a GNR, no combate à criminalidade?

2- A cooperação entre Autarquia e GNR é toda ela formal ou também se criam laços informais?

3- Num âmbito geral, tanto formal como informal, que contributos ou iniciativas são, de parte a parte, efectivados por esta relação cooperante?

4- Sente dificuldades ou limitações, nessa cooperação entre GNR e Autarquia? Existindo são de cariz legal, institucional ou pessoal?

5- Como é que se processa a comunicação entre as entidades e quem é que por norma dá a cara nesta cooperação?

6- Para finalizar, gostava de alterar algo ou ver algo alterado nestas instituições para maximizar ou melhorar esta cooperação?

Apêndice L

Métodos de amostragem

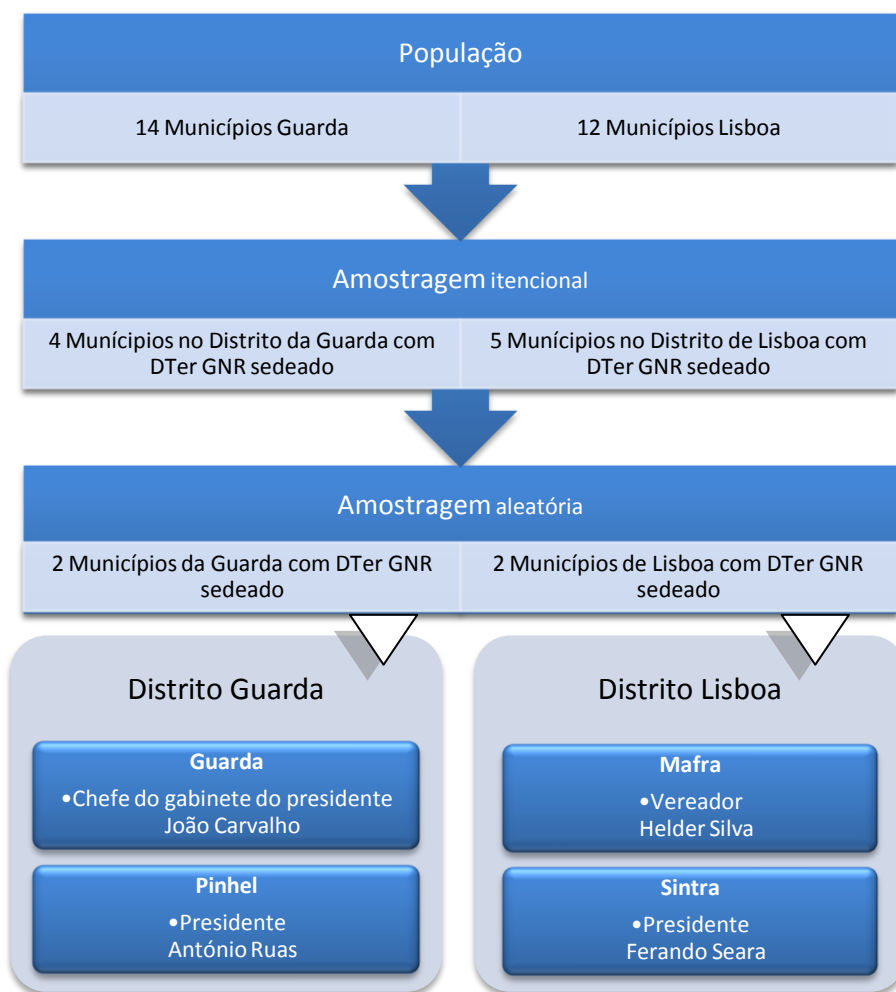


Figura L.1: Métodos de amostragem e amostra final.

Apêndice M

Cálculo do coeficiente do Alpha de Cronbach

	Alenquer	Mafra	Sintra	Torres Vedras	Vila Franca Xira	Guarda	Gouveia	Pinhel	Vilar Formoso	Variância
Item 1	3	3	2	3	3	3	3	3	2	0,194
Item 2	1	2	0	1	1	1	2	2	1	0,444
Item 3	1	2	3	4	2	2	2	1	1	1
Item 4	2	4	2	3	2	2	3	1	2	0,75
Item 5	2	0	2	0	0	0	1	0	0	0,778
Item 6	3	3	2	3	4	2	3	4	1	0,944
Item 7	0	3	1	1	0	0	0	1	0	1
Item 8	1	0	2	1	0	1	2	1	1	0,611
Item 9	0	1	2	2	0	1	0	2	0	0,944
Item 10	0	2	2	3	1	2	0	2	1	1,028
Item 11	1	2	3	4	2	1	0	1	0	1,778
Item 12	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0,25
Item 13	3	2	2	4	1	1	0	0	0	2,028
Item 14	2	2	1	3	0	2	1	2	2	0,75
Item 15	0	0	2	3	1	2	3	2	4	1,694
Item 16	0	0	3	0	0	0	0	0	0	1,028
Item 17	3	3	3	2	2	3	3	2	2	0,278
Item 18	3	3	3	3	2	3	2	3	2	0,25
Item 19	3	3	3	3	1	3	2	3	2	0,528
Item 20	1	0	2	2	3	2	3	2	0	1,25
Item 21	1	0	2	1	3	2	2	2	0	1,028
Item 22	0	0	2	1	1	2	3	1	0	1,111
Item 23	0	0	2	4	2	2	1	3	0	2,028
Item 24	2	3	2	3	3	3	3	3	2	0,25
Item 25	2	3	2	3	1	3	2	3	3	0,528
Item 26	1	1	2	2	2	1	0	1	2	0,5
Item 27	3	2	2	2	2	3	2	2	2	0,194
Item 28	3	2	2	2	3	3	3	3	3	0,25
									SOMA da variância	23,416
										Variância da soma
SOMA	41	46	56	63	43	51	46	51	33	76,6944

Tabela M.1: Dados obtidos nos questionários e cálculo da variância.

$$\alpha = \frac{K}{K-1} \left[1 - \frac{\sum Vi}{Vs} \right]$$

$$\alpha = \frac{28}{28-1} \left[1 - \frac{23,416}{76,6944} \right]$$

$$\alpha = 0,720$$

α = alpha cronbach

K = número de itens

Vi = Variância de cada item

Vt = Variância da soma

(BioEstatístico, 2009)

Apêndice N

Formalidade e informalidade da cooperação por Comando Territorial

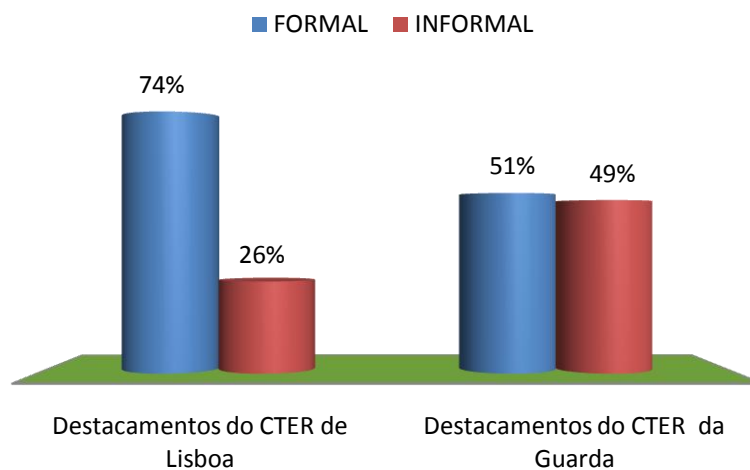


Gráfico N.1: Formalidade e Informalidade da cooperação por Comando Territorial.

Apêndice O

Agilização da cooperação

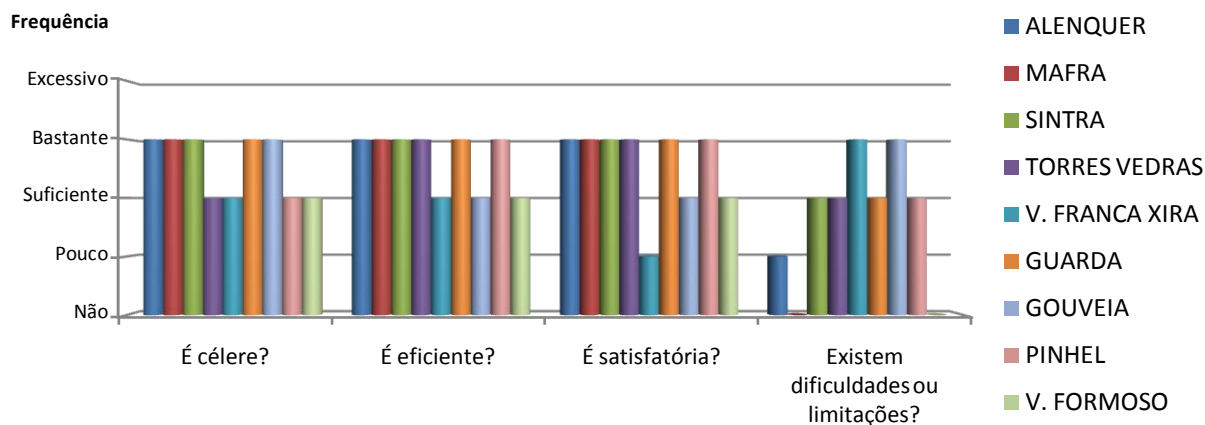


Gráfico O.1: Celeridade, eficiência, satisfação e dificuldades ou limitações, por Destacamento Territorial.

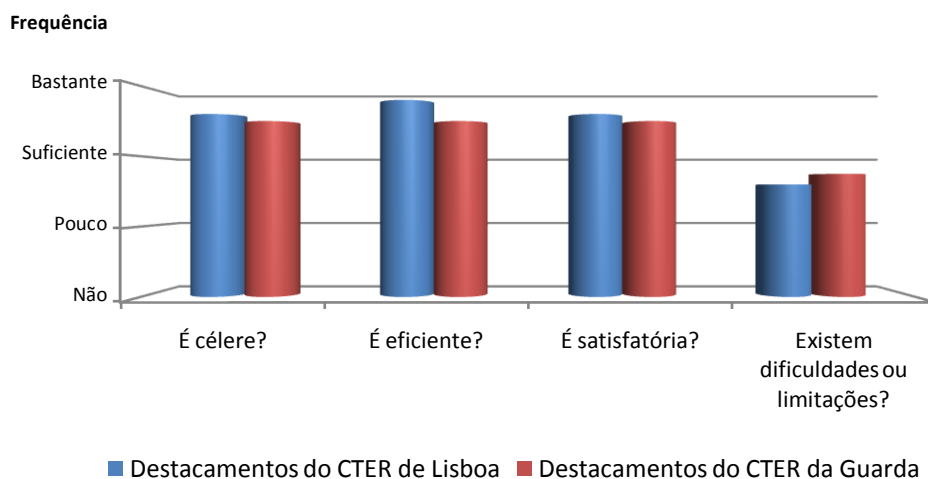


Gráfico O.2: Celeridade, eficiência, satisfação e dificuldades ou limitações, entre Comandos Territoriais.

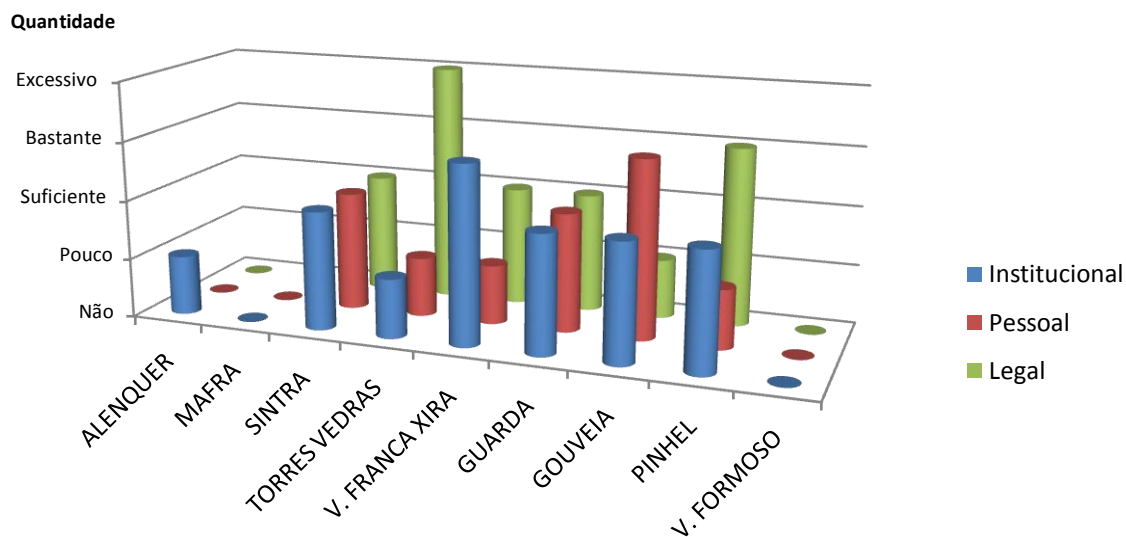


Gráfico O.3: Cariz das dificuldades ou limitações na cooperação

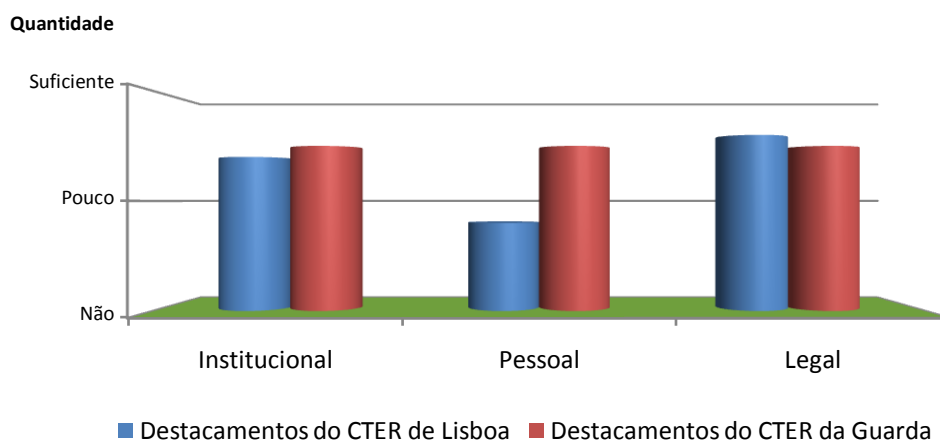


Gráfico O.4: Cariz das dificuldades ou limitações na cooperação, por Comando Territorial

Apêndice P

Comunicação entre GNR e Autarquias

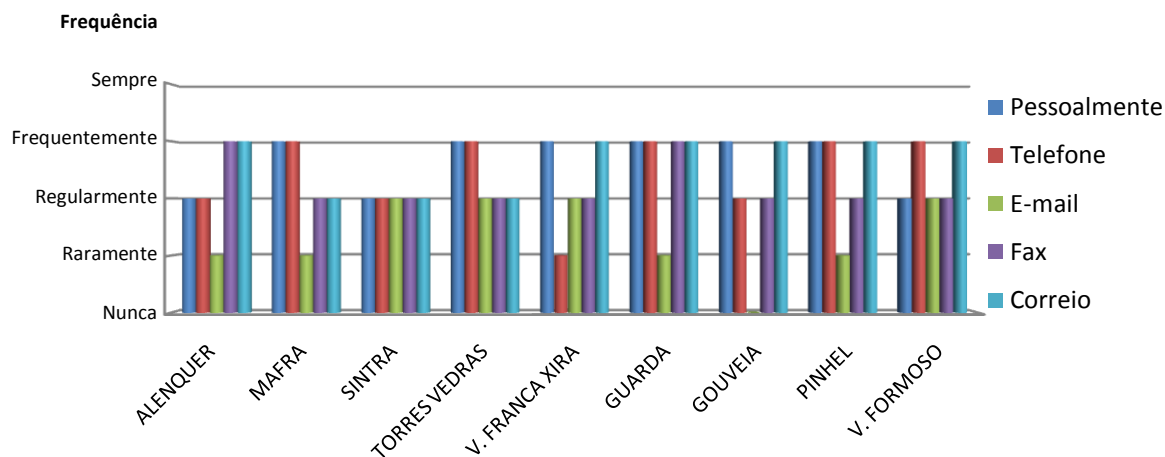


Gráfico P.1: Comunicação entre GNR e Autarquias.

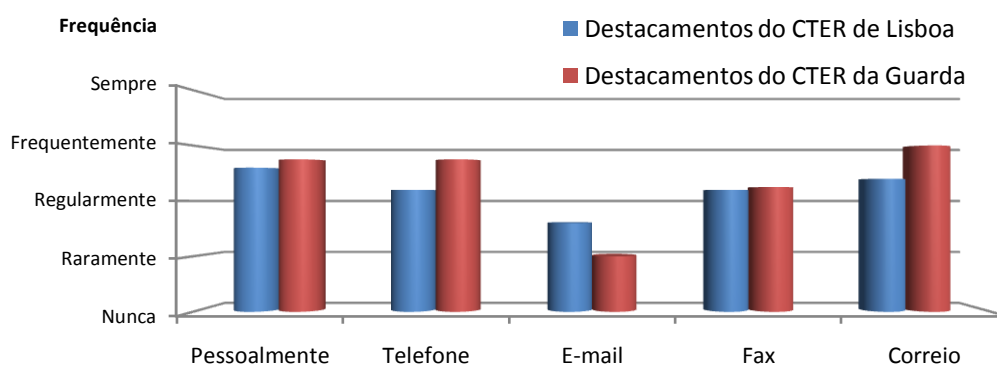


Gráfico P.2: Comunicação entre GNR e Autarquias, por Comando Territorial.

Apêndice Q

Respostas às duas questões abertas do questionário

	1- O que gostaria de pôr em prática num futuro próximo de forma a melhorar essa cooperação?	2- O que gostava de ver alterado nesta cooperação?
Alenquer	(Não respondeu)	(Não Respondeu)
Maфра	<i>Há uma boa relação entre a Autarquia e a GNR. Nada a referir.</i>	<i>Nada. É só manter a boa relação existente.</i>
Sintra	<i>Não.</i>	<i>Nada.</i>
Torres Vedras	<i>Passar a responsabilidade da manutenção dos quartéis para as respectivas Câmaras Municipais.</i>	<i>Menos impedimentos legais já que são instituições pertencentes ao estado Português.</i>
Vila Franca de Xira	<p>- A criação de dinâmicas sociais, tipo convívios institucionais nas instalações da GNR em que representantes das Autarquias seriam um excelente factor para agilizar/facilitar tornando por vezes o relacionamento mais informal; (Dificuldade prendesse com questões financeiras dado que o Destacamento não possui orçamento para poder organizar qualquer tipo de evento por mais modesto que seja)</p> <p>- A localização geográfica num Destacamento que trabalha com três Autarquias que se encontra longe dos três paços dos concelhos dificulta a aproximação no dia-a-dia. (a deslocalização do Destacamento para o centro de um dos dois maiores concelhos facilitaria o relacionamento pelo menos com essa Autarquia)</p>	<p>- A cooperação demora algum tempo a ser criada. No caso deste comando, só tem cerca de seis meses à frente do Destacamento, o que não facilita a proximidade com as Autarquias. É minha opinião que estabelecer essas ligações mínimas leva cerca de um ano.</p>
Guarda	<i>Melhorar o apoio em termos de cedência de equipamentos, instalações desportivas e apoio psicossocial.</i>	<i>Nada de especial, apenas não sermos tão dependentes em algumas situações.</i>
Gouveia	<i>Organizar jornadas de segurança, primando pela sensibilização, envolvendo as Autarquias nesse projecto.</i>	<i>Nada de significativa</i>
Pinhel	<i>As medidas para melhorar a colaboração entre GNR e Autarquias passam pela criação de convívios entre os quadros de ambas as Instituições, assim, desde há muito que se encontra enraizado no serviço operacional o convite e o apelo à participação em datas comemorativas (dia da Guarda, dia da Unidade e outras), estreitando os laços e relações pessoais/institucionais.</i>	<i>Dado as Autarquias deterem uma vertente predominantemente política existe sempre a tentação de aproveitamento, pelo que qualquer Comando deverá ter em atenção tal facto, de forma a não se tornar excessivamente dependente dessas, sob pena de perder, irremediavelmente, a sua acção de comando e a sua autoridade pública.</i>
Vilar Formoso	<i>Não vislumbro muitas medidas a tomar neste campo, na medida em que a cooperação entre as Autarquias e a GNR, está nas mais das vezes dependente do Presidente de Câmara e do relacionamento que este tem com a GNR. Como tal, essa colaboração apenas poderá beneficiar de uma conduta correcta e cordial relacionamento, por parte dos comandantes de Posto e comandante de Destacamento para com a Autarquia, a qual jamais deverá ser confundida com facilitismos ou "troca de favores".</i>	<i>Que de facto assumisse apenas e só o carácter de cooperação, deixando de ser necessário, por vezes, recorrer aos Municípios para assegurar o que devia ser garantido pela GNR.</i>

Tabela Q.1: Desafios futuros indicados nos questionários.

Apêndice R

Entrevista aos representantes dos Municípios

Apêndice R.1

Entrevista ao representante Câmara Municipal de Mafra

Dados do Entrevistado:

Nome: Hélder Sousa Silva

Função: Vereador da Câmara Municipal de Mafra

Pelouros: Turismo, Trânsito, Segurança, Protecção Civil, Programas Comunitários, Apoio às Actividades das Juntas de Freguesia, Planeamento e Ordenamento do Território, Obras Particulares, Toponímia, Coordenação de Processos de Concessão, Polícia Municipal

Data: 21 Junho 2010

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de fazer alguma questão relativa ao trabalho ou à entrevista?

Não.

Permite que esta entrevista seja gravada e utilizada como base de sustentação no Trabalho de Investigação Aplicada que estou a elaborar?

Sim.

Existe algum inconveniente em responder às questões desta entrevista?

Não.

1 Que mecanismos legais dispõe o Município, em cooperação com a GNR, no combate à criminalidade?

Mais do que na legalidade o Município aposta na proximidade e na colaboração estreita, não obstante existirem mecanismos como o Conselho Municipal de Segurança, o Conselho Municipal de Protecção Civil a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, o Conselho Municipal de Educação, ou seja uma serie de mecanismos legais que são naturalmente decorrentes da lei.

Aquilo em que o Município aposta sempre é numa próxima, eficaz, permanente e oportuna ligação às Forças de Segurança do Concelho. Isso tem acontecido no passado, no presente e acontecerá em termos de futuro.

Portanto cumprimos o que a lei prevê mas vamos muito além disso, porque a lei é feita por homens, muitas dessas próprias leis têm algumas lacunas e naturalmente são os próprios homens que as executam e põem em prática. Conhecemos casos de leis que têm um âmbito e objectivo muito nobre mas, depois, a prática do dia-a-dia demonstra que se os homens não quiserem, a aplicação das mesmas é altamente deficiente. Nós mais que nas leis apostamos naquilo que é o relacionamento inter-institucional suportado na lei.

2 A cooperação entre Autarquia e GNR é toda ela formal ou também se criam laços informais?

A cooperação está presente em tudo o que sejam as necessidades de um Destacamento, neste caso com 4 Postos. Todos os dias, meses ou semanas, há cooperação através da Câmara ou algumas vezes também através da própria junta de freguesia, uma unidade local mais próxima que o Município que está sempre disponível para, dentro desse carácter de informalidade, apoiar e disponibilizar os meios e recursos para coisas de pequenos arranjos e de coisas de pequena monta.

3 Num âmbito geral, tanto formal como informal, que contributos ou iniciativas são, de parte a parte, efectivados por esta relação cooperante?

Sendo a segurança interna responsabilidade do governos através o MAI, no que diz respeito à segurança interna a Câmara não tem, directamente, responsabilidades.

Contudo, hoje a situação é um pouco diferente porque às Câmaras é-lhe permitida a constituição da Polícia Municipal, que é uma polícia administrativa que tem por objectivo complementar e libertar a Guarda para as tarefas primeiras e principais, ficando aquela a dedicar-se às tarefas administrativas. Portanto aquilo que compete à Câmara em termos de responsabilidade directa, eu diria que é residual.

Em termos de responsabilidade indirecta é a circular tudo o que seja possível, ouvir, dar e receber da Guarda, que é isso que temos feito face às necessidades e onde a Câmara também possa corresponder face aos seus constrangimentos e dificuldades porque não faz parte do objectivo primeiro da Câmara ter Forças de Segurança, reforça-las e dinamiza-las, mas essencialmente, colaborar com essas Forças de Segurança porque elas vêm com mandado directo do Governo.

Na prática, temos colaborado num espírito de partilha mútua que pode ir desde a questão do apoio a material circulante, viaturas, essencialmente, ligados aquilo que é o projecto escola segura e a outros projecto postos em prática pela Guarda, como é a questão do comércio seguro e do idoso seguro, bem como outros apoios, como é a questão da realização de cerimónias. Há cerca de 3 anos a esta parte, o dia da extinta Brigada Territorial nº 2, tem tido lugar em Mafra com suporte do Município, o que, naturalmente, funciona um pouco como medida de promoção e dissuasão relativamente à presença da guarda na área Territorial do Município.

Existe ainda por parte do Município a requalificação de algumas infra-estruturas que a GNR precisa e apoios outros que não se enquadram em nenhum diploma legal mas que passam à prática em função das necessidades que são avaliadas a par e passo por ambas as instituições e que são praticadas e resolvidas no menor prazo possível.

E depois actividades outras, como o apoio pontual em termos de serviço, que vão desde o pequeno arranjo, pequena reparação, pequena requalificação, pequeno arranjo de torneiras avariadas, que pela proximidade que os serviços municipais têm permitem disponibilizar uma resposta rápida e eficaz para que as forças da Guarda tenham mais uma vez capacidade de se dedicarem ao que é a sua tarefa primeira e não andem preocupadas, por não terem condições mínimas de exercer e cumprir a missão que lhe está cometida.

Também a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, o SEPNA, tem um papel preponderante naquilo que são as acções de prevenção, fiscalização, vigilância e detecção ao nível do dispositivo municipal de defesa da floresta contra incêndios. Portanto, a presença desta Comissão dos elementos da Guarda é fundamental porque uma das componentes, inclusivamente, depois leva a algumas coimas e algumas detenções de alguém que durante o período crítico está a fazer queimas ou queimadas ou a deitar incêndios. É através deste braço que o Município consegue ter uma presença diária com EPNA's a fazer vigilância e detecção que integrados no dispositivo municipal, onde estão os elementos de protecção civil, os bombeiros, e os vigilantes da floresta, concorrem em prol da prevenção criminal na área florestal do Município. No âmbito desta e de outras comissões são elaborados planos em que cada entidade tem a sua responsabilidade, acabando por ser um protocolo conjunto inter-institucional.

Existem outras acções conjuntas, menos formalizadas. Imagine uma demolição coerciva de uma construção, em que os residentes não colaboram e é necessária a ajuda policial para as despejar. Há outras acções vossas que implicam a intervenção da Câmara. Por exemplo em relação a um veículo que esteja abandonado e que é preciso remover do local, como aqui a Guarda não dispõem de reboque nós vamos lá com o nosso reboque e solucionamos o problema.

Há aqui uma acção permanente, multi-disciplinar e conjunta em que a proximidade é fulcral, caso contrário, qualquer uma das instituições ficará desnudada se não tiver esse apoio institucional de proximidade.

4 Sente dificuldades ou limitações, nessa cooperação entre GNR e Autarquia? Existindo são de cariz legal, institucional ou pessoal?

Não, nenhuma, nenhuma. É assim, isso depende daquilo que sejam os comandos e as chefias das unidades Territoriais, isto depende sempre da pessoa que está à frente. Temos tido sorte em Mafra, penso que tem havido passagem de testemunho, quer directamente dos comandos residentes quer do Comando Territorial de Lisboa e através do próprio comando da Guarda que tem facilitado. E tudo isso acontece porque quando há alterações e rotações de comando, naturalmente, existe uma primeira apresentação formal do novo comando e o relacionamento estabelece-se logo *ab initio*, o que facilita a partir daí esse tal relacionamento.

5 Como é que se processa a comunicação entre as entidades e quem é que por norma dá a cara nesta cooperação?

Pelo que tem acontecido o contacto é iminentemente pessoal. A dar a cara na Câmara estou eu como vereador da segurança e pela Guarda tem sido o comandante de Destacamento ou adjunto deste.

6 Para finalizar, gostava de alterar algo ou ver algo alterado nestas instituições para maximizar ou melhorar esta cooperação?

Há uma busca incessante e permanente na procura da melhoria. Sabemos que hoje as dificuldades são muitas quer para a Guarda quer para Câmara, por dificuldades várias, recursos humanos, recursos financeiros, o que me motiva a estarmos cada vez mais próximos porque todos somos poucos para cumprir a missão.

Pudemos partilhar mais informação e estarmos mais próximos. Não quer dizer que tenhamos de fazer reuniões todas as semanas, todos os dias ou todos os meses, mas sempre que a situação o motive, para além das reuniões de rotina. Eu penso que a partilha da informação, especialmente informação generalista ao Município, muitas delas para nós são informações de pouca valia aparente para a Guarda, mas se for partilhada, a Guarda fará dela um tratamento e um bom uso sendo que muitas das vezes ajuda a aclarar situações outras, que é a pedra que falta para completar o puzzle.

A mesma coisa do lado da Guarda, situações se passam e que do ponto de vista de gestão municipal são importantes para podermos acautelar determinadas situações, e às vezes escaladas de violência. Muitas das vezes são tomadas medidas e nós não temos a dimensão da segurança que essas mesmas medidas vão implicar pelo que se existir esse ajuste fino entre as duas instituições, será tudo mais fácil. Tentando com reuniões das várias comissões, como já referi anteriormente, que esse ajuste seja o mais próximo, permanente e oportuno possível.

Em relação às melhorias, mais uma vez digo que estas dependem, das pessoas e dos comandos. Eu costumo dizer que na base está o bom senso, que é 90% da solução do problema, com 10% de base legal, que nos suporta, temos os nossos problemas, de ambas as instituições, resolvidos. Se entrarmos muitas vezes pelo fundamentalismo da legalidade, ou pela anarquia total da irregularidade e do mau senso as situações são altamente difíceis de controlar. Nunca enquanto eu aqui estiver nós vamos enveredar por qualquer tipo de extremismo dessa parte e também o mesmo acontecerá do lado da Guarda.

Portanto vamos sempre definir aquilo que será a convergência das duas instituições. Penso que se mantivermos o estado actual já nos devemos dar por muito satisfeitos, no entanto, vamos continuar com essa perseguição permanente da melhoria do relacionamento inter-institucional.

Apêndice R.2

Entrevista ao representante da Câmara Municipal de Sintra

Dados do Entrevistado:

Nome: Fernando Seara

Função: Presidente da Câmara Municipal de Sintra

Data: 2 Julho 2010

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de fazer alguma questão relativa ao trabalho ou à entrevista?

Não.

Permite que esta entrevista seja gravada e utilizada como base de sustentação no Trabalho de Investigação Aplicada que estou a elaborar?

Sim.

Existe algum inconveniente em responder às questões desta entrevista?

Não.

1 Que mecanismos legais dispõe o Município, em cooperação com a GNR, no combate à criminalidade?

A estrutura do Estado Português implica fundamentalmente, dois níveis, o nível da capacidade de intervenção das Forças de Segurança, ao nível das leis de política criminal, onde a GNR é um elemento fundamental, e os níveis de cooperação municipal, que são hoje em dia, níveis de cooperação informal. O que acontece é que o nível de cooperação informal depende em primeiro lugar dos mecanismos de articulação entre o Município e as Forças de Segurança que estão nele sediadas. Eu tenho, nesta particularidade, uma situação especial em Sintra porque tenho as duas Forças de Segurança, a PSP e a GNR, apesar, de territorialmente serem competentes em áreas específicas de Sintra. Todos os outros mecanismos, são mecanismos de cooperação informal. O Concelho Municipal de Segurança é órgão de audição e participação dos anseios dos representantes políticos e dos representantes dos cidadãos mas o nível de cooperação é, hoje em dia, um nível de cooperação informal porque os mecanismos de prevenção ao nível da segurança são atribuições que eu considero, e bem, exclusivas quer da GNR, da PSP, quer do SEF nessa matéria.

2 A cooperação entre Autarquia e GNR é toda ela formal ou também se criam laços informais?

O fundamental são os laços informais. Sobre o ponto de vista da necessidade do respeito hierárquico os mecanismos têm de ser formais. É evidente que os mecanismos da personalidade e da

relação pessoal são os fundamentais. As lideranças demasiado formais são aquelas que são demasiado transitórias, e estas não são tão eficazes, em primeiro lugar, e em segundo lugar não é tão susceptível de resultados positivos.

3 Num âmbito geral, tanto formal como informal, que contributos ou iniciativas são, de parte a parte, efectivados por esta relação cooperante?

Os níveis de envolvimento dos Municípios, e particularmente do Município de Sintra com as Forças de Segurança são aos níveis da agilização e do facilitar aquilo que podemos chamar os mecanismos de suporte dos recursos humanos. Quase a totalidade das instalações da GNR em Sintra são municipais, inclusive a cedência de instalações para a comandante do Sub-Destacamento Territorial de Sintra. A disponibilidade de veículos para projectos de escola segura, os mecanismos de colaboração na facilitação de fotocópias, documentos, ou seja, é também aí, para além do nível formal da cedência de instalações em regime de comodato, há aquilo que eu chamo a agilização informal com a GNR. E penso que é alguma coisa que a lei não regula, a norma não específica, mas que a lei impõe.

A GNR dá no âmbito das suas atribuições e competências, que é a sua razão de ser. A Câmara dá à GNR o suporte e o reconhecimento efectivo das atribuições.

O que cada uma das partes dá resulta das atribuições e competências que resultam da Constituição e da Lei. O resto não está escrito e tem a ver com o maior reconhecimento que existe nas sociedades contemporâneas, principalmente nas sociedades democráticas.

Em certos momentos a Câmara reconhece o papel de agentes concretos de segurança, como já reconheceu, com medalhas municipais, já a GNR nunca reconhece o papel dos civis, o que significa também, uma não bilateralidade de todos.

4 Sente dificuldades ou limitações, nessa cooperação entre GNR e Autarquia? Existindo são de cariz legal, institucional ou pessoal?

Não. Eu acho que o sistema de forças portuguesas está correcto, até porque participei no processo de elaboração do quadro da Assembleia da República da 1ª Lei de Política Criminal, portanto tenho consciência dos mecanismos bem como da necessidade de conjugação das atribuições e competências das Polícias Municipais que tenho em Sintra com as competências da GNR e da PSP. Tenho de ter consciência que a exclusividade dos mecanismos de prevenção cabem às Forças de Segurança e não podem caber à Polícia Municipal. Tenho a consciência de que os graus de relacionamento com a PSP e a GNR são diferentes em razão das características diferentes de cada uma das forças. Tenho de ter consciência da natureza orgânica específica de cada uma das realidades, GNR e PSP.

As relações das Forças de Segurança têm de se basear num princípio que é cada um de nós sabe as nossas competências, cada um sabe as suas atribuições, cada um conhece as suas limitações, e assim sendo, cada um tem de saber qual é o terreno que pisa para não invadir o terreno do outro.

O meu nível de relacionamento com a GNR é excelente, não só em razão da especificidade da área de actuação mas, também, por exemplo de a Escola da Guarda ter a sua sede no concelho de Sintra e temos esse mecanismo de cooperação.

5 Como é que se processa a comunicação entre as entidades e quem é que por norma dá a cara nesta cooperação?

Eu, exclusivamente eu. Os mecanismos de relacionamento da Câmara com a GNR e com a PSP são exclusivamente assumidos pelo Presidente da Câmara ou pelo Gabinete.

6 Para finalizar, gostava de alterar algo ou ver algo alterado nestas instituições para maximizar ou melhorar esta cooperação?

Não, não. Depende muito da nossa capacidade e das nossas perspectivas pessoais. Eu hoje em dia, pelo que conheço da realidade municipal e perante as novas ameaças, novas realidades, a nova situação específica do crime em Portugal e em particular o crime nas zonas metropolitanas de Lisboa, entendo que os mecanismos de prevenção têm de ser associados a estes novos tipos de situações criminais específicas até em razão da naturalidade e da facilidade da deslocalização. Eu penso que, hoje em dia, o que se pode exigir mais e por ventura que um novo Governo tenha que pensar, é na redefinição orgânica e no caminho para defender uma tutela comum entre PSP GNR, PJ e SEF, bem como a ASAE para que todos os mecanismos se conjuguem na prevenção com os primeiros elementos de repressão a serem chefiados e terem uma estrutura de comando que está para além dos mecanismos de coordenação que as novas figuras de coordenação, que agora assumidas pelo juiz conselheiro Mário Mendes, assumia.

Apêndice R.3

Entrevista ao representante da Câmara Municipal da Guarda

Dados do Entrevistado:

Nome: João Carvalho

Função: Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal da Guarda

Data: 8 Julho 2010

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de fazer alguma questão relativa ao trabalho ou à entrevista?

Não.

Permite que esta entrevista seja gravada e utilizada como base de sustentação no Trabalho de Investigação Aplicada que estou a elaborar?

Sim.

Existe algum inconveniente em responder às questões desta entrevista?

Não.

1 Que mecanismos legais dispõe o Município, em cooperação com a GNR, no combate à criminalidade?

O mecanismo mais acentuado será o Conselho Municipal de Segurança. E digo “será” porque, em sessão ordinária da Assembleia Municipal da Guarda, realizada em 22 de Dezembro de 2009, foram eleitos os representantes para integrar o Conselho Municipal de Segurança, no entanto este Conselho ainda não realizou a sua 1ª reunião.

2 A cooperação entre Autarquia e GNR é toda ela formal ou também se criam laços informais?

Eu para mim, de uma maneira geral é informal, informal porque dado o contacto e as urgências que há, na parte se calhar dos eventos e dos acidentes que ocorrem e que a nossa protecção civil tem que participar e tem que estar ao lado da GNR, nesta cooperação, então dá-se essa informalidade. Mas, por outro lado, quando há tempo é tudo comunicado formalmente e com o devido tempo e sempre no espírito de colaboração dessas duas entidades.

3 Num âmbito geral, tanto formal como informal, que contributos ou iniciativas são, de parte a parte, efectivados por esta relação cooperante?

Além de cedências de terreno num espírito de dar uma melhoria mais qualificada de instalações à GNR e isso em participação também com o ministério da Administração Interna,

portanto, temos outras colaborações a nível de toda a logística de arranjos de caminhos de acesso à carreira de tiro, mesmo equipar as instalações. Temos em curso agora, também, a cedência que está aí a ser ultimada de uns pré-fabricados para, eventualmente, darem outras condições ali à GNR, enquanto o novo quartel não está construído (de imediato se calhar brevemente) e outras cooperações a nível mesmo de florestas e tudo o que nós fazemos durante iniciativas e campanhas a nível florestal portanto, toda essa colaboração, por vezes, também, têm nessa área bastante responsabilidade e, portanto, juntamente com a Câmara temos tido um espírito bastante aberto.

4 Sente dificuldades ou limitações, nessa cooperação entre GNR e Autarquia? Existindo são de cariz legal, institucional ou pessoal?

Não, de maneira alguma. Hoje acho que estão abertos ao público, principalmente, a nível institucional.

5 Como é que se processa a comunicação entre as entidades e quem é que por norma dá a cara nesta cooperação?

Geralmente há duas três pessoas ou o coordenador da Protecção Civil ou a parte do Gabinete da Presidência para não ser logo directamente o Presidente porque nem sempre está ou qualquer um dos Vereadores ou mesmo até os técnicos superiores com ares as que tenham a ver ou com responsabilidades nesta Câmara que tenham a ver e quando solicitados pela GNR. Meios mais utilizados, talvez o telefone, o telemóvel.

6 Para finalizar, gostava de alterar algo ou ver algo alterado nestas instituições para maximizar ou melhorar esta cooperação?

Não acho que funcionam bem, funcionam bem porque desde o comandante até ao subordinado e se calhar chefes de equipas das várias forças acho que há uma abertura muito boa e uma cooperação muito boa.

Apêndice R.4

Entrevista ao representante da Câmara Municipal de Pinhel

Dados do Entrevistado:

Nome: Ruas

Função: Presidente da Câmara Municipal de Pinhel

Data: 5 de Julho 2010

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de fazer alguma questão relativa ao trabalho ou à entrevista?

Não.

Permite que esta entrevista seja gravada e utilizada como base de sustentação no Trabalho de Investigação Aplicada que estou a elaborar?

Sim.

Existe algum inconveniente em responder às questões desta entrevista?

Não.

1 Que mecanismos legais dispõe o Município, em cooperação com a GNR, no combate à criminalidade?

As Autarquias, apesar de estarem envolvidas nessas matérias nunca estiveram muito preocupadas porque nestes meios mais pequenos, felizmente, não temos grandes fenómenos de criminalidade, não sendo para a Autarquia uma primeira prioridade. No entanto existem medidas advindas do Governo, como o Conselho Municipal de Segurança, de onde a GNR é um dos conselheiros e, portanto, vamos assim apontando pistas de forma a minorar e a combater a criminalidade.

2 A cooperação entre Autarquia e GNR é toda ela formal ou também se criam laços informais?

Também se criam laços informais. Os laços formais são muitas vezes fruto de cinismos e por isso optamos pelos laços informais. Exemplo disso, é o facto de eu bem como outros funcionários da Câmara sermos convidado para todas as festas que existem, não institucionais, festas por diversos factos, aniversários, despedidas de militares. Portanto é um relacionamento informal, ao qual eu dou mais valor.

3 Num âmbito geral, tanto formal como informal, que contributos ou iniciativas são, de parte a parte, efectivados por esta relação cooperante?

O papel da Câmara é estar o mais perto possível das autoridades, nomeadamente com a GNR. Eu defendo que deve existir este relacionamento estreito entre a GNR e as Autarquias,

devendo este ser estreito e de sã convivência, porque se assim não for, as coisas na minha perspectiva não funcionam.

Eu felizmente, com os comandantes de Destacamento tenho tido um bom relacionamento institucional, para além do relacionamento pessoal que já é de outra índole.

Não temos grandes focos de criminalidade, poderá haver um caso ou outro, por exemplo de algum indivíduo com problemas mentais de resto não temos criminalidade organizada, felizmente, e quando temos trata-se de fenómenos passageiros e não residentes. Portanto a segurança não é nossa prioritária, deixando o comandante de Destacamento ocupado nessas matérias.

Não podemos confundir as competências do Governo, nomeadamente, da Administração Interna, no que diz respeito às condições, à preservação e dignificação das Forças de Segurança, pois não é este o papel da Autarquia. No entanto, eu faço questão de fazer protocolos de colaboração com as Forças de Segurança em vários sentidos, quer com a finalidade de melhorar as instalações, realizar limpeza e jardinagem das mesmas, instalação de aquecimentos, entre outras acções. Eu faço protocolos, assim como a GNR está disposta a colaborar com a Autarquia com alguns equipamentos e valências que tem. Pelo facto deste Destacamento possuir cavalos, o comandante de Destacamento põe os cavalos igualmente ao serviço dos munícipes quer para eventos de acções sociais, quer para eventos festivos. Portanto este é um facto notável e exemplar da colaboração perfeita e estrita entre a Autarquia e o Destacamento.

4 Sente dificuldades ou limitações, nessa cooperação entre GNR e Autarquia? Existindo são de cariz legal, institucional ou pessoal?

Felizmente não, tenho-me dado bem a todos os níveis com o Destacamento aqui sedado.

5 Como é que se processa a comunicação entre as entidades e quem é que por norma dá a cara nesta cooperação?

As comunicações são feitas por telemóveis pessoais, a qualquer hora do dia, e qualquer dia da semana, incomodando eu o comandante de Destacamento e ele a mim sempre que se justifique.

O meu executivo municipal tem os números do comandante de Destacamento e de Posto, bem como eles os nossos. Assim, sempre que necessário o contacto torna-se fácil.

6 Para finalizar, gostava de alterar algo ou ver algo alterado nestas instituições para maximizar ou melhorar esta cooperação?

Eu gostava de ver algo alterado, não no relacionamento directo das instituições, mas nas ajudas exteriores à cooperação. Gostava que as instituições, sendo ambas pertencentes à Administração Central, tivessem ao seu alcance mais meios, para um melhor serviço à população local. Não podemos querer o mesmo que os locais críticos, mas queremos um interior com mais meios, mais equipamentos e mais homens para uma maior eficiência, apesar de esta já ser muito boa.

Apêndice S

Expressões essenciais das entrevistas

Questão 1	Que mecanismos legais dispõe o Município, em cooperação com a GNR, no combate à criminalidade?
Maфра	<i>Mais do que na legalidade o Município aposta na proximidade e na colaboração estreita, não obstante existirem mecanismos como o Conselho Municipal de Segurança, o Conselho Municipal de Protecção Civil a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e o Conselho Municipal de Educação. Comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios</i>
Sintra	<i>Os níveis de cooperação municipal são hoje em dia, níveis de cooperação informal. O Concelho Municipal de Segurança é órgão de audição e participação dos anseios dos representantes políticos e dos representantes dos cidadãos.</i>
Guarda	<i>A 22 de Dezembro de 2009, foram eleitos os representantes para integrar o Conselho Municipal de Segurança. Este Conselho ainda não realizou a 1ª reunião.</i>
Pinhel	<i>O Conselho Municipal de Segurança, de onde a GNR é um dos conselheiros.</i>

Tabela S.1: Respostas à questão 1 da entrevista.

Questão 2	A cooperação entre Autarquia e GNR é toda ela formal ou também se criam laços informais?
Maфра	<i>Carácter de informalidade.</i>
Sintra	<i>O fundamental são os laços informais. Sobre o ponto de vista da necessidade do respeito hierárquico os mecanismos têm de ser formais. É evidente que os mecanismos da pessoalidade e da relação pessoal são os fundamentais.</i>
Guarda	<i>De uma maneira geral é informal. Informal, dadas as urgências. Quando há tempo é tudo comunicado formalmente.</i>
Pinhel	<i>Relacionamento é informal, ao qual eu dou mais valor.</i>

Tabela S.2: Respostas à questão 2 da entrevista.

Questão 3	Num âmbito geral, tanto formal como informal, que contributos ou iniciativas são, de parte a parte, efectivados por esta relação cooperante?
Maфра	<i>Cedência de viaturas, essencialmente, ligados aquilo que é o projecto escola segura. Na realização de cerimónias da GNR tem o suporte do Município. Requalificação de algumas infra-estruturas que a GNR precisa, pequenos arranjos, pequenas reparações. Cedência de reboque de carros da Autarquia para remover veículos da via. A GNR auxilia na sua competência por exemplo nos despejos de residências.</i>
Sintra	<i>Contributos ao nível da agilização... facilitar aquilo a que podemos chamar os mecanismos de suporte dos recursos humanos. Cedência de instalações à GNR, veículos para projectos comunitários, facilitação de fotocópias, documentos. A Câmara dá à GNR o suporte e o reconhecimento efectivo das atribuições. A Câmara reconhece o papel de agentes com medalhas municipais. A GNR contribui no âmbito das suas atribuições e competências.</i>
Guarda	<i>Cedências de terreno para construção do Comando Territorial. Arranjos de caminhos, como o de acesso à carreira de tiro. Equipar as instalações. Cedência temporária de pré-fabricados, enquanto o novo quartel não está construído. Nível florestal.</i>
Pinhel	<i>Celebra protocolos de colaboração com as Forças de Segurança: para melhorar as instalações, realizar limpeza e jardinagem das mesmas, instalação de aquecimentos, entre outras acções. A GNR está disposta a colaborar, nomeadamente com cavalos. Quer para eventos de acções sociais, quer para eventos festivos.</i>

Tabela S.3: Respostas à questão 3 da entrevista.

Questão 4	Sente dificuldades ou limitações, nessa cooperação entre GNR e Autarquia? Existindo são de cariz legal, institucional ou pessoal?
Maфра	<i>Não, isso depende daquilo que sejam os comandos e as chefias.</i>
Sintra	<i>O meu nível de relacionamento com a GNR é excelente. Cada um de nós sabe as nossas competências, cada um sabe as suas atribuições, cada um conhece as suas limitações e assim sendo, cada um tem de saber qual é o terreno que pisa para não invadir o terreno do outro.</i>
Guarda	<i>Não. Hoje acho que estão abertos ao público, principalmente, a nível institucional.</i>
Pinhel	<i>Não.</i>

Tabela S.4: Respostas à questão 4 da entrevista.

Questão 5	Como é que se processa a comunicação entre as entidades e quem é que por norma dá a cara nesta cooperação?
Maфра	<i>É um contacto iminentemente pessoal, entre o vereador da segurança e o comandante de Destacamento ou adjunto deste.</i>
Sintra	<i>Os mecanismos de relacionamento da Câmara com a GNR e com a PSP são exclusivamente assumidos pelo Presidente da Câmara ou pelo seu gabinete.</i>
Guarda	<i>Processa-se com o coordenador da Protecção Civil, o Gabinete da Presidência ou Vereadores ou mesmo até com os técnicos superiores consoante as áreas de responsabilidades. Os meios mais utilizados são o telefone e o telemóvel.</i>
Pinhel	<i>São usados os telemóveis pessoais sempre que se justifique. O executivo municipal tem os números do comandante de Destacamento e de Posto, bem como eles os nossos.</i>

Tabela S.5: Respostas à questão 5 da entrevista.

Questão 6	Para finalizar, gostava de alterar algo ou ver algo alterado nestas instituições para maximizar ou melhorar esta cooperação?
Maфра	<i>Há uma busca incessante e permanente na procura da melhoria. Pudemos partilhar mais informação e estarmos mais próximos. As melhorias dependem das pessoas e dos comandos. Com o estado actual já nos devemos dar por muito satisfeitos.</i>
Sintra	<i>Não.</i>
Guarda	<i>Não.</i>
Pinhel	<i>Eu gostava de ver algo alterado, não no relacionamento directo das instituições, mas nas ajudas exteriores à cooperação: mais meios, mais equipamentos e mais homens apesar de esta já ser muito boa a relação.</i>

Tabela S.6: Respostas à questão 6 da entrevista.

ANEXOS

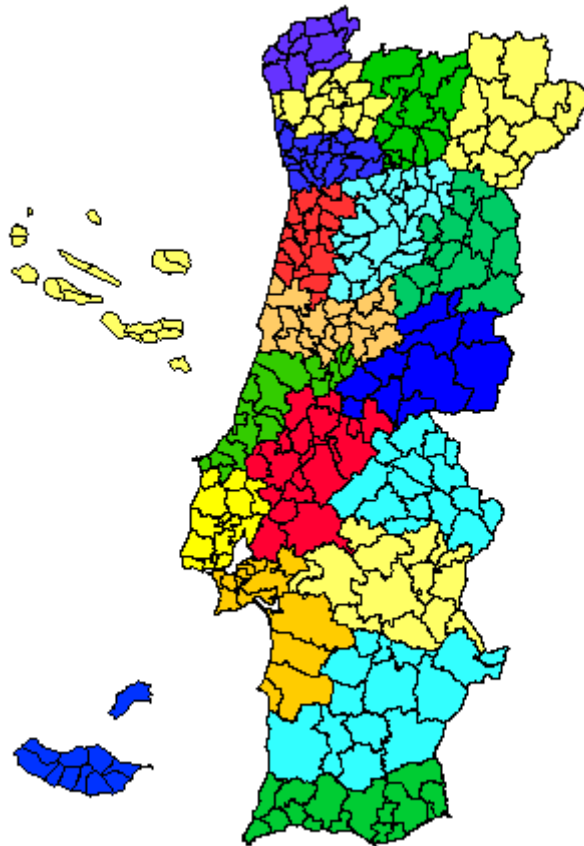
Anexo T

Freguesias e Municípios em Portugal

	Freguesias	Municípios
Continente	4050	278
Regiões Autónomas	209	30
PORTUGAL - TOTAL	4259	308

Fonte: Adaptado de Direcção Geral das Autarquias Locais.

Tabela T.1: Quantitativos de freguesias e Municípios em Portugal



Fonte: Associação Nacional de Municípios Portugueses, (2010)

Figura T.1: Mapa delimitador dos Distritos e Municípios de Portugal

Anexo U

Importância dos Municípios

Internacionalmente, o Município é o único tipo de Autarquia que tem existência universal, pelo menos no mundo democrático: não a têm a freguesia, o Distrito ou a região.

Historicamente, o Município é a única Autarquia que, vindo já de antes da fundação de Portugal, sempre se tem mantido na nossa organização administrativa como Autarquia Local.

Politicamente, é no Município que se estrutura e pratica a democracia local: o Município é um autêntico viveiro de vocações políticas, e uma escola de formação de quadros para a vida política nacional, além de ser um limite às tendências tentaculares de onipotência do Estado e do poder central.

Economicamente, o conjunto da administração municipal chama a si a responsabilidade por um número muito significativo de serviços prestados à comunidade, por consideráveis investimentos públicos, nomeadamente em equipamentos colectivos, e por uma intervenção moderada mas apreciável em certos circuitos económicos fundamentais e, de um modo particular, nos sistemas de abastecimento público.

Administrativamente, os Municípios empregam mais de 50 mil funcionários.

Financeiramente, a administração municipal movimenta uma percentagem significativa do total das finanças públicas, decerto ainda demasiado pequena mas que se espera venha a aumentar.

Juridicamente, não se pode esquecer neste contexto que o Direito Administrativo português começou por ser um direito municipal, que todos os códigos administrativos portugueses têm sido leis de administração municipal, e que o próprio contencioso administrativo começou por ser, no século XIX, um contencioso meramente municipal, pois quanto à acção do Poder central supunha-se suficiente, como garantia, a responsabilidade política do Governo e dos seus membros perante o Parlamento.

Doutrinariamente, enfim, é inegável que é ao nível municipal que se joga e se pode testar a concepção do Estado, da Democracia e do Poder, vigente em dado momento numa sociedade: centralização ou descentralização, predomínio do poder central ou afirmação de um autêntico poder Local, estatismo ou regionalização, monolitismo ou pluralismo político, prioridade para o desenvolvimento da capital ou para o da província e do interior, etc.

(Amaral, 2003a, p. 453)

Anexo V

Atribuições dos Municípios

Extracção das atribuições dos Municípios da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

Artigo 16.º

Equipamento rural e urbano

É da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos seguintes domínios:

- a) Espaços verdes;*
- b) Ruas e arruamentos;*
- c) Cemitérios municipais;*
- d) Instalações dos serviços públicos dos Municípios;*
- e) Mercados e feiras municipais.*

Artigo 17.º

Energia

1 — É da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos seguintes domínios:

- a) Distribuição de energia eléctrica em baixa tensão;*
- b) Iluminação pública urbana e rural.*

2 — É igualmente da competência dos órgãos municipais:

- a) Licenciamento e fiscalização de elevadores;*
- b) Licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento e abastecimento de combustíveis salvo as localizadas nas redes viárias regional e nacional;*
- c) Licenciamento de áreas de serviço que se pretenda instalar na rede viária municipal;*
- d) Emissão de parecer sobre a localização de áreas de serviço nas redes viárias regional e nacional.*

3 — Podem ainda os órgãos municipais realizar investimentos em centros produtores de energia, bem como gerir as redes de distribuição.

Artigo 18.º

Transportes e comunicações

1 — É da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos seguintes domínios:

- a) Rede viária de âmbito municipal;*
- b) Rede de transportes regulares urbanos;*
- c) Rede de transportes regulares locais que se desenvolvam exclusivamente na área do Município;*
- d) Estruturas de apoio aos transportes rodoviários;*
- e) Passagens desniveladas em linhas de caminho-de-ferro ou em estradas nacionais e regionais;*
- f) Aeródromos e heliportos municipais.*

2 — É ainda competência dos órgãos municipais a fixação dos contingentes e a concessão de alvarás de veículos ligeiros de passageiros afectos ao transporte de aluguer.

3 — Os Municípios são obrigatoriamente ouvidos na definição da rede rodoviária nacional e regional e sobre a utilização da via pública.

Artigo 19.º

Educação

1 — É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos e realizar investimentos nos seguintes domínios:

- a) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar;*
- b) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos das escolas do ensino básico.*

2 — É igualmente da competência dos órgãos municipais:

- a) Elaborar a carta escolar a integrar nos planos directores municipais;*
- b) Criar os Conselhos Locais de Educação.*

3 — Compete ainda aos órgãos municipais no que se refere à rede pública:

- a) Assegurar os transportes escolares;*
- b) Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;*
- c) Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico, como alternativa ao transporte escolar, nomeadamente em residências, centros de alojamento e colocação familiar;*

- d) *Comparticipar no apoio às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no domínio da acção social escolar;*
- e) *Apoiar o desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa na educação pré-escolar e no ensino básico;*
- f) *Participar no apoio à educação extra-escolar;*
- g) *Gerir o pessoal não docente de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.*

Artigo 20.º

Património, cultura e ciência

1 — *É da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos nos seguintes domínios:*

- a) *Centros de cultura, centros de ciência, bibliotecas, teatros e museus municipais;*
- b) *Património cultural, paisagístico e urbanístico do Município.*

2 — *É igualmente da competência dos órgãos municipais:*

- a) *Propor a classificação de imóveis, conjuntos ou sítios nos termos legais;*
- b) *Proceder à classificação de imóveis conjuntos ou sítios considerados de interesse municipal, assegurar a sua manutenção e recuperação;*
- c) *Participar, mediante a celebração de protocolos com entidades públicas, particulares ou cooperativas, na conservação e recuperação do património e das áreas classificadas;*
- d) *Organizar e manter actualizado um inventário do património cultural, urbanístico e paisagístico existente na área do Município;*
- e) *Gerir museus, edifícios e sítios classificados, nos termos a definir por lei ;*
- f) *Apoiar projectos e agentes culturais não profissionais;*
- g) *Apoiar actividades culturais de interesse municipal;*
- h) *Apoiar a construção e conservação de equipamentos culturais de âmbito local.*

Artigo 21.º

Tempos livres e desporto

1 — *É da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos nos seguintes domínios:*

- a) *Parques de campismo de interesse municipal;*
- b) *Instalações e equipamentos para a prática desportiva e recreativa de interesse municipal.*

2 — *É igualmente da competência dos órgãos municipais:*

- a) *Licenciar e fiscalizar recintos de espectáculos;*
- b) *Apoiar actividades desportivas e recreativas de interesse municipal;*
- c) *Apoiar a construção e conservação de equipamentos desportivos e recreativos de âmbito local.*

Artigo 22.º

Saúde

Compete aos órgãos municipais:

- a) *Participar no planeamento da rede de equipamentos de saúde concelhios;*
- b) *Construir, manter e apoiar centros de saúde;*
- c) *Participar nos órgãos consultivos dos estabelecimentos integrados no Serviço Nacional de Saúde;*
- d) *Participar na definição das políticas e das acções de saúde pública levadas a cabo pelas delegações de saúde concelhias;*
- e) *Participar nos órgãos consultivos de acompanhamento e avaliação do Serviço Nacional de Saúde;*
- f) *Participar no plano da comunicação e de informação do cidadão e nas agências de acompanhamento dos serviços de saúde;*
- g) *Participar na prestação de cuidados de saúde continuados no quadro do apoio social à dependência, em parceria com a administração central e outras instituições locais;*
- h) *Cooperar no sentido da compatibilização da saúde pública com o planeamento estratégico de desenvolvimento concelhio;*
- i) *Gerir equipamentos termais municipais.*

Artigo 23.º

Acção social

1 — *Os órgãos municipais podem assegurar a gestão de equipamentos e realizar investimentos na construção ou no apoio à construção de creches, jardins de infância, lares ou centros de dia para idosos e centros para deficientes.*

2 — *Os Municípios integram os Conselhos Locais de Acção Social e são obrigatoriamente ouvidos relativamente aos investimentos públicos e programas de acção a desenvolver no âmbito concelhio.*

3 — *Compete ainda aos Municípios a participação, em cooperação com instituições de solidariedade social e em parceria com a administração central, em programas e projectos de acção social de âmbito municipal, designadamente nos domínios do combate à pobreza e à exclusão social.*

Artigo 24.º

Habitação

Compete aos órgãos municipais:

- a) Disponibilizar terrenos para a construção de habitação social;
- b) Promover programas de habitação a custos controlados e de renovação urbana;
- c) Garantir a conservação e manutenção do parque habitacional privado e cooperativo, designadamente através da concessão de incentivos e da realização de obras coercivas de recuperação dos edifícios;
- d) Fomentar e gerir o parque habitacional de arrendamento social;
- e) Propor e participar na viabilização de programas de recuperação ou substituição de habitações degradadas, habitadas pelos proprietários ou por arrendatários.

Artigo 25.º

Protecção civil

É da competência dos órgãos municipais a realização de investimentos nos seguintes domínios:

- a) Criação de corpos de bombeiros municipais;
- b) Construção e manutenção de quartéis de bombeiros voluntários e municipais, no âmbito da tipificação em vigor;
- c) Apoio à aquisição de equipamentos para bombeiros voluntários, no âmbito da tipificação em vigor;
- d) Construção, manutenção e gestão de instalações e centros municipais de protecção civil;
- e) Construção e manutenção de infra-estruturas de prevenção e apoio ao combate a fogos florestais;
- f) Articular com as entidades competentes a execução de programas de limpeza e beneficiação da matas e florestas.

Artigo 26.º

Ambiente e saneamento básico

1 — É da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão de equipamentos e a realização de investimentos nos seguintes domínios:

- a) Sistemas municipais de abastecimento de água;
- b) Sistemas municipais de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas;
- c) Sistemas municipais de limpeza pública e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

2 — Compete igualmente aos órgãos municipais:

- a) Participar na fiscalização do cumprimento do Regulamento Geral sobre o Ruído;
- b) Participar na gestão da qualidade do ar, designadamente nas comissões de gestão do ar;
- c) Instalar e manter redes locais de monitorização da qualidade do ar;
- d) Participar na fiscalização da aplicação dos regulamentos de controlo das emissões de gases de escape nos veículos automóveis;
- e) Propor a criação de áreas protegidas de interesse nacional, regional ou local;
- f) Gerir as áreas protegidas de interesse local e participar na gestão das áreas protegidas de interesse regional e nacional;
- g) Criar áreas de protecção temporária de interesse zoológico, botânico ou outro;
- h) Manter e reabilitar a rede hidrográfica dentro dos perímetros urbanos;
- i) Licenciatar e fiscalizar a pesquisa e captação de águas subterrâneas não localizadas em terrenos integrados no domínio público hídrico;
- j) Participar na gestão dos recursos hídricos;
- l) Assegurar a gestão e garantir a limpeza e a boa manutenção das praias e das zonas balneares;
- m) Licenciatar e fiscalizar a extracção de materiais inertes.

Artigo 27.º

Defesa do consumidor

São competências dos órgãos municipais no domínio da defesa do consumidor:

- a) Promover acções de informação e defesa dos direitos dos consumidores;
- b) Instituir mecanismos de mediação de litígios de consumo;
- c) Criar e participar em sistemas de arbitragem de conflitos de consumo de âmbito local;
- d) Apoiar as associações de consumidores.

Artigo 28.º

Promoção do desenvolvimento

1 — São competências dos órgãos municipais no domínio do apoio ao desenvolvimento local:

- a) Criar ou participar em empresas municipais e intermunicipais, sociedades e associações de desenvolvimento regional;
- b) Gerir sub-programas de nível municipal no âmbito dos programas operacionais regionais;
- c) Colaborar no apoio a iniciativas locais de emprego;
- d) Colaborar no apoio ao desenvolvimento de actividades de formação profissional;
- e) Criar ou participar em estabelecimentos de promoção do turismo local;
- f) Participar nos órgãos das regiões de turismo;

- g) Participar na definição das políticas de turismo que digam respeito ao concelho, prosseguidas pelos organismos ou instituições envolvidas;*
 - h) Promover e apoiar o desenvolvimento das actividades artesanais e das manifestações etnográficas de interesse local;*
 - i) Criar e participar em associações para o desenvolvimento rural;*
 - j) Apoiar e colaborar na construção de caminhos rurais;*
 - l) Elaborar e aprovar planos municipais de intervenção florestal;*
 - m) Participar no Conselho Consultivo Florestal;*
 - n) Participar nos respectivos Conselhos Agrários Regionais;*
 - o) Participar em programas de incentivo à fixação de empresas.*
- 2 — São igualmente da competência dos órgãos municipais:**
- a) Licenciamento industrial e fiscalização das classes C e D;*
 - b) Licenciamento e fiscalização de empreendimentos turísticos e hoteleiros;*
 - c) Licenciamento e fiscalização de explorações a céu aberto de massas minerais;*
 - d) Controlo metrológico de equipamentos;*
 - e) Elaboração do cadastro dos estabelecimentos industriais, comerciais e turísticos;*
 - f) Licenciamento e fiscalização de povoamentos de espécies de rápido crescimento;*
 - g) Licenciamento e fiscalização de estabelecimentos comerciais.*

Artigo 29.º

Ordenamento do território e urbanismo

Compete aos órgãos municipais, em matéria de ordenamento do território e urbanismo:

- a) Elaborar e aprovar os planos municipais de ordenamento do território;*
- b) Delimitar as áreas de desenvolvimento urbano e construção prioritárias com respeito pelos planos nacionais e regionais e pelas políticas sectoriais;*
- c) Delimitar as zonas de defesa e controlo urbano, de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, dos planos de renovação de áreas degradadas e de recuperação de centros históricos;*
- d) Aprovar operações de loteamento;*
- e) Participar na elaboração e aprovação do respectivo plano regional de ordenamento do território;*
- f) Propor a integração e a exclusão de áreas na reserva ecológica nacional e na reserva agrícola nacional;*
- g) Declarar a utilidade pública, para efeitos de posse administrativa, de terrenos necessários à execução dos planos de urbanização e dos planos de pormenor plenamente eficazes;*
- h) Licenciar, mediante parecer vinculativo da administração central, construções nas áreas dos portos e praias.*

Artigo 30.º

Polícia municipal

Os órgãos municipais podem criar polícias municipais nos termos e com intervenção nos domínios a definir por diploma próprio.

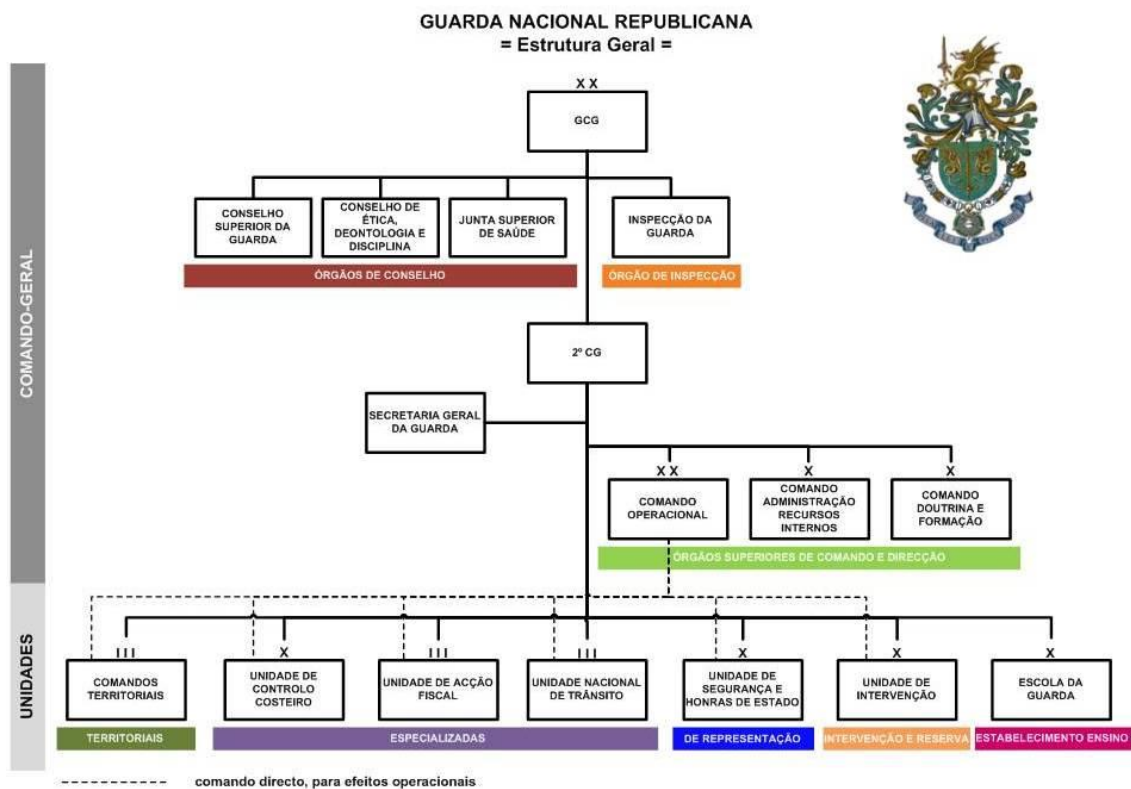
Artigo 31.º

Cooperação externa

Compete aos órgãos municipais participar em projectos e acções de cooperação descentralizada, designadamente no âmbito da União Europeia e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Anexo X

Organograma da GNR

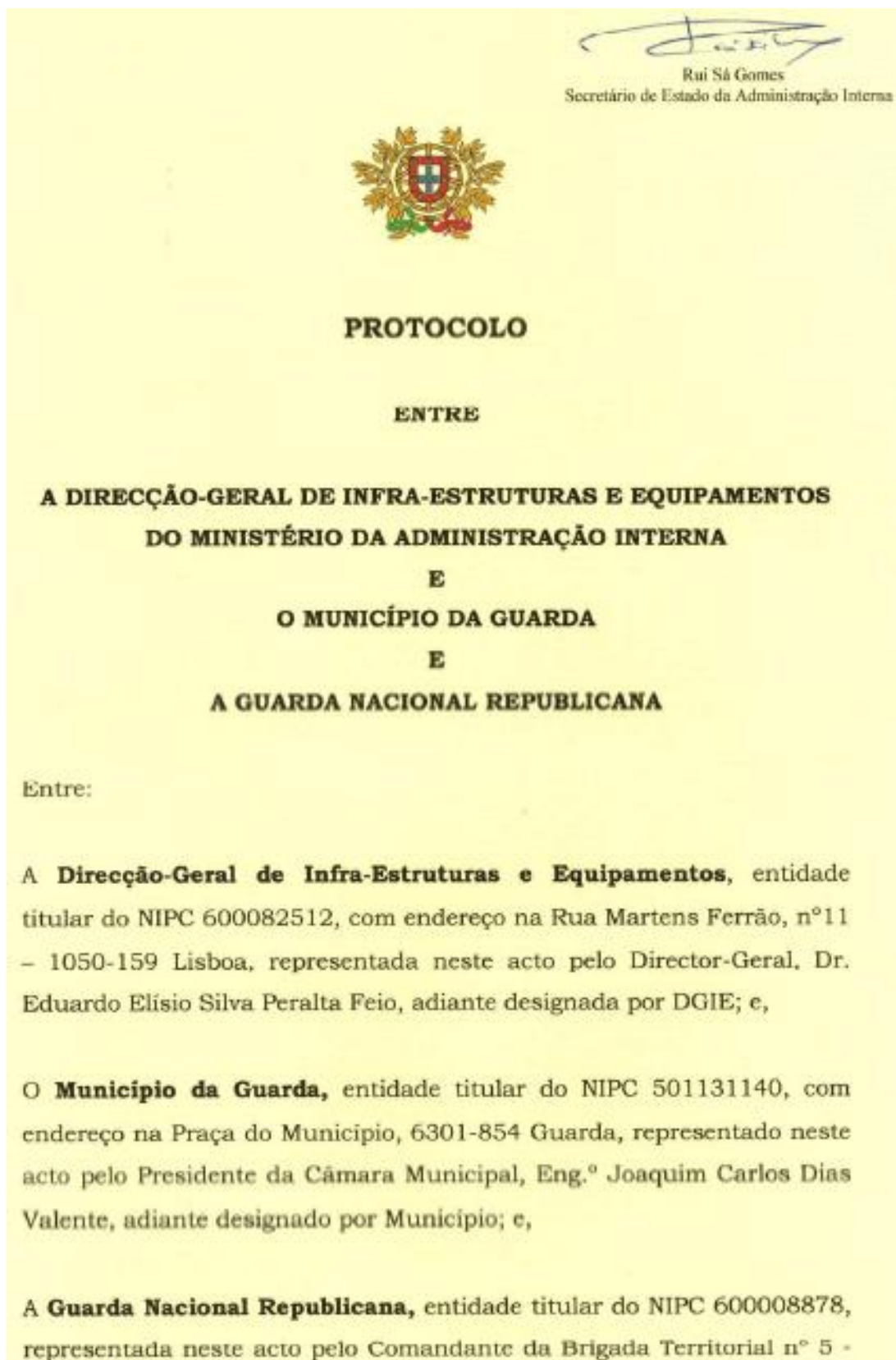


Fonte: Machado (2010).

Figura X.1: Organograma da GNR.

Anexo Z

Protocolo entre MAI, Município e GNR



Coimbra, Major-General João Manuel Peixoto Apolónia, adiante designada por GNR;

É celebrado o presente PROTOCOLO que tem em vista a construção do novo Quartel do Comando Territorial, passando a GNR a ter um local ajustado à sua actividade, dotado de condições de funcionalidade e operacionalidade, regendo-se o mesmo pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

A DGIE promoverá, junto da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, os procedimentos e os termos tendentes à permuta dos prédios (terrenos e edifícios) onde actualmente se situa o Quartel do Grupo Territorial da GNR, propriedade do Estado, com o terreno, sito na Quinta da Torre, distrito da Guarda, propriedade do Município da Guarda, onde irá ser construído o novo Quartel do Comando Territorial da GNR, todos assinalados nas plantas anexas.

Cláusula 2ª

No terreno sito na Quinta da Torre, o Município compromete-se a promover e fiscalizar a empreitada de construção do novo Quartel do Comando Territorial da GNR.

Cláusula 3ª

Para o efeito mencionado na cláusula anterior, a DGIE fornecerá o estudo geotécnico bem como o projecto de execução e todos os demais elementos técnicos que se mostrem necessários, acompanhará o processo de concurso para a execução da empreitada e fará o acompanhamento da execução da obra em conjunto com os serviços respectivos do Município.

Cláusula 4ª

Antes da aprovação pela DGIE, o projecto será sujeito a parecer da GNR e do Município.

Cláusula 5ª

Os encargos com a execução da empreitada serão suportados pelo Município até ao valor que resultar da diferença entre o valor da avaliação, feita pela Direcção-Geral de Tesouro e Finanças, dos terrenos permutados, sendo o eventual remanescente suportado pela DGIE até ao valor da adjudicação, acrescido de IVA.

Cláusula 6ª

A DGIE suportará, ainda, os encargos com eventuais trabalhos a mais, até ao limite de 5% do valor da adjudicação, desde que os mesmos sejam previamente sujeitos à sua aprovação.

Cláusula 7ª

Depois de concluída a empreitada será efectuada a permuta dos mencionados terrenos e edifícios ali implantados, sendo que o edifício implantado no terreno sito na Quinta da Torre será, posteriormente, cedido à DGIE para instalação da GNR, com o que esta cessará a utilização das instalações onde se encontra.

Cláusula 8ª

O presente Protocolo entra em vigor na data em que for assinado pelas entidades intervenientes e cessará os seus efeitos caso a empreitada não se inicie, por culpa do Município, no prazo de 2 (dois) anos, a contar do parecer favorável do Município ao projecto, a que se refere a Cláusula 4ª.

Os signatários concordam com os termos deste Protocolo que depois de lido, vai ser assinado em triplicado pelas três entidades, ficando cada uma com um exemplar.

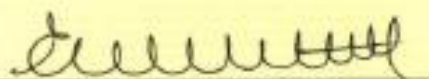
Guarda, 22 de Abril de 2008

**Direcção-Geral de Infra-estruturas e Equipamentos do Ministério da
Administração Interna**



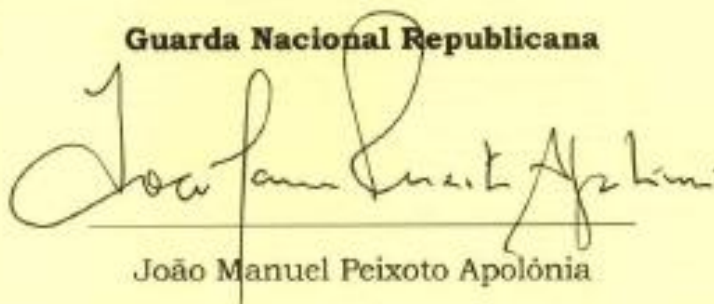
Eduardo Elisio Silva Peralta Feio
(Director-Geral da DGIE)

Município da Guarda



Joaquim Carlos Dias Valente
(Presidente da Câmara Municipal)

Guarda Nacional Republicana



João Manuel Peixoto Apolónia
(Comandante da Brigada Territorial nº 5 – Coimbra)

